

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS CENTRO DE EDUCAÇÃO E
CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

ISABELA CALIJURI HAMRA

**“EU VOU SER PUNIDO POR ISSO ATÉ QUANDO?”:
A (RE)INSERÇÃO DO EGRESSO PRISIONAL NO
MERCADO DE TRABALHO**

**São Carlos
2021**

ISABELA CALIJURI HAMRA

**“EU VOU SER PUNIDO POR ISSO ATÉ QUANDO?”:
A (RE)INSERÇÃO DO EGRESSO PRISIONAL NO
MERCADO DE TRABALHO**

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós Graduação em
Sociologia da Universidade Federal
de São Carlos como parte dos
requisitos para obtenção do título
de Mestre em Sociologia

Orientadora: Prof^ª. Dra. Jacqueline
Sinhoretto

**São Carlos
2021**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Folha de Aprovação

Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Isabela Calijuri Hamra, realizada em 28/01/2021.

Comissão Julgadora:

Profa. Dra. Jacqueline Sinhoretto (UFSCar)

Profa. Dra. Izabella Lacerda Pimenta (UFF)

Prof. Dr. Felipe Athayde Lins de Melo (UFSCar)

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia.

Ao meu pai, Samir Hamra

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é dedicado ao meu pai, que infelizmente faleceu no decorrer dessa pesquisa. Meu maior incentivador para enveredar para a área da sociologia, apaixonado por livros e por ciências humanas, grande educador e estimulador de debates. Agradeço a formação que me deu enquanto pai contestador, responsável por moldar minha personalidade argumentativa. Sou eternamente grata por ele ter me incentivado fortemente a entrar no mestrado na UFSCar, que permitiu toda essa caminhada. Quando ele se foi, ao final do primeiro ano de mestrado, tive certeza que não seria possível concluir esse trabalho sem ele aqui, mas foi, graças a ajuda de muitas pessoas que me levantaram quando eu desabei. Concluímos juntos esse mestrado, sei que de onde estiver, ele não se cabe de tanto orgulho de mim. Conseguimos!

Minha mãe, Maria Célia, que me acalentou quando eu quis desistir de tudo, obrigada pela dedicação diária, por tanto cuidado, amor e bondade, ela me inspira imensamente - sua trajetória acadêmica me fez acreditar que seria possível. Meus irmãos, Samir, pela inteligência compartilhada, incentivo constante e acolhimento durante o período de pesquisa, e José, por me apoiar muito, enquanto irmão e sócio, segurando todas as barras (e foram muitas) para que eu pudesse concluir essa dissertação. Agradeço às minhas tias, Lúcia, Carmo, Cláudia e Catarina, por serem mulheres fontes de inspiração para mim. Agradeço também ao meu cunhado, Guilherme, por ser um grande amigo, colo e por tornar as idas para São Paulo tão gostosas.

Meu companheiro, Fernando, por me encorajar constantemente, apoiar incondicionalmente e me fazer acreditar que eu seria capaz. Sem ele, certamente não teria conseguido concluir essa etapa. Sou imensamente grata por tudo o que ele fez para tornar isso possível. Obrigada por cuidar de mim com tanto zelo, compreensão, afeto e incentivo!

À minha orientadora, Jacqueline Sinhoretto, agradeço a disponibilidade, a leitura atenta, a paciência e carinho que teve comigo em momentos difíceis, as reuniões e alinhamentos que permitiram que essa

pesquisa ocorresse da forma em que se encontra hoje. Obrigada por me ajudar com apontamentos e novos direcionamentos, foram fundamentais.

Ao Prof. Dr. Felipe Athayde Lins de Melo e à Profa. Dra. Izabella Lacerda Pimenta, pelas considerações realizadas em minha banca de qualificação que contribuíram muito para os encaminhamentos da pesquisa, agradeço a leitura densa e os debates suscitados, muito obrigada.

Aos meus amigos do GEVAC (Grupo de Estudos da Violência e Administração de Conflitos), obrigada por compartilharem comigo das mesmas angústias, caminhadas e risadas. Agradeço a leitura do meu trabalho e as sugestões realizadas por Raphael, Eduardo, Henrique M., André, Juliana, Tomás, Paula e Jade, foram importantes para mim. Em especial, minhas amigas, Paula e Jade, por me incentivarem e me ensinarem a navegar.

Ao Programa de Pós Graduação em Sociologia da UFSCar, aos professores pelas aulas, debates, ensinamentos e por contribuírem para a minha formação acadêmica, agradeço também à secretaria, que auxiliou nos processos administrativos.

Muitas pessoas foram essenciais para que esse ciclo pudesse ser concluído, agradeço aos meus amigos de infância que me deram todo suporte emocional, bem como minhas amigas da faculdade, que sempre estiveram lá. Não consigo citar todos aqui, mas agradeço em especial aqueles mais próximos pelo carinho, irmandade e colo sempre que precisei.

Agradeço especialmente à equipe do Wikilab, pela compreensão, paciência e auxílio, principalmente na reta final dessa pesquisa, e à comunidade de coworkers com quem sempre tive conversas inquietantes que me apresentavam outras perspectivas.

Por fim, à Katiana que me introduziu ao campo (talvez nem saiba o quão importante foi para mim!), às ONGs que me permitiram realizar a pesquisa e todos os egressos que se abriram, compartilharam comigo vivências e percepções e que também me incentivaram. Obrigada de coração, sem essa abertura e diálogo a pesquisa não aconteceria, sai transformada dessa experiência, sou extremamente grata a cada um de vocês!

Talvez não seja possível dizer o quanto cada pessoa que cruzou meu caminho me estimulou e me fez ter forças para chegar até aqui, principalmente após a morte de meu pai, eu sinto que não seria capaz de agradecer da forma devida. A trajetória desses 3 anos de mestrado foi tortuosa, além da perda, veio ainda uma pandemia que fez todos ficarem em casa, dessa forma se deu o último ano de pesquisa. Além disso, a pandemia inviabilizou a continuação da pesquisa de campo, o que foi frustrante em um primeiro momento, e gerou um caos mundial que desafiou nossa saúde mental e produção acadêmica. Agradeço a todos que mesmo distantes se fizeram presentes, que fizeram questão de mandar uma mensagem perguntando como estava o mestrado, que acreditaram em mim, àqueles com quem tive conversas virtuais infindáveis dividindo aflições e aquecendo o coração.

*“Pensou que eu ando só, atente ao tempo
Não começa nem termina, é nunca, é sempre
É tempo de reparar na balança de nome
cobre que o rei equilibra
Fulmina o injusto, deixa nua a justiça
(...)
Se choro, quando choro, e minha
lágrima cai
É pra regar o capim que alimenta a vida
Chorando eu refaço as nascentes que
você secou
Se desejo, o meu desejo faz subir marés
de sal e sortilégio
Vivo de cara pra o vento, na chuva, e
quero me molhar
(...)
Sou como a haste fina que qualquer
brisa verga
Mas nenhuma espada corta”*

(Maria Bethânia e Paulinho Pinheiro)

Resumo

A dissertação tem o objetivo de compreender como está organizado o campo de atendimento ao egresso prisional em São Paulo, com foco na (re)inserção desses indivíduos no mercado de trabalho formal. A atuação de duas organizações do terceiro setor é ponto de partida dessa análise, que mapeou suas metodologias, pautando-se na observação participante, enfocando a compreensão de aspectos subjetivos através das percepções dos egressos atendidos por esses programas. A intenção inicial de observação dos níveis de empregabilidade, se mostrou mais complexa, atingindo uma dimensão simbólica pautada nas ideologias ligadas ao pensamento neoliberal. A introjeção de mitos envolvendo ideias de empreendedorismo, auto responsabilização e pensamentos motivacionais, atua em uma dimensão que faz os egressos modificarem a percepção que têm sobre si. No entanto, não necessariamente esse deslocamento simbólico vem acompanhado de uma mudança material. Os rituais de passagem promovidos pelas ONGs produzem múltiplos acionamentos identitários que transitam da categoria *bandido* à de *trabalhador*, evidenciando a permeabilidade entre identidades consideradas opostas. A percepção dos egressos sobre as ONGs é de que, ainda que não consigam uma vaga de emprego, há uma mudança significativa na imagem que têm sobre si, o que pode levar à modificação de conduta. Ademais, o campo de atores que forma a grande rede de atenção ao egresso prisional na cidade de São Paulo mostrou-se diverso e repleto de relações envolvendo as esferas estatal e não estatal. Buscou-se analisar a atuação dos órgãos públicos, das ONGs, de empresas privadas e financiadores, somando ao todo 12 atores que encontram-se em um cenário embebido em ideologias e práticas neoliberais.

Palavras-chave: Prisão. Egresso prisional. ONGs. Rituais de passagem. Identidade. Neoliberalismo.

Abstract

The goal of this thesis is to understand how the field of support services for ex-offenders from the penitentiary is organized in São Paulo, focusing on (re)integration of these individuals in the formal job market. The starting point of this analysis is the performance of two non-profit organizations, targeting their methodology, driven by participant observation, and focusing on the comprehension of subjective aspects through the perspective of ex-offenders that have attended those programs. The initial intention to observe the levels of employment showed to be more complex, reaching a symbolic dimension guided by ideologies connected to the neoliberal thinking. The introjection of myths encompasses ideas of entrepreneurship, self accountability and motivacional thinking, acting in a dimension that modifies the perception that the ex-offenders has of itself. However, this symbolic transformation does not necessarily bring material change. The passage rituals promoted by these NGOs produce multiple identity triggers ranging from *criminal* to *worker*, showing the permeability between identities considered opposite. The perception of the ex-offenders about the NGOs is that, although they don't get a formal job, there is a meaningful change in the image they have about themselves, which can lead to a switch in their behavior. Furthermore, the field of actors that integrate the big network of support services for ex-prisoners from the penitentiary in the city of São Paulo has been presented to be diverse and full of relationships between government and non-government entities. This research sought to analyze the performance of government entities, NGOs, private companies and investors, adding to a total of 12 actors who find themselves in a scenario with an abundance of neoliberal ideas and practices.

Keywords: Prison system. Ex-offenders. NGOs. Passage rituals. Identity. Neoliberalism.

LISTA DE SIGLAS

CAEF - Central de Atenção ao Egresso e Família

CAPS - Centro de Atenção Psicossocial

CIC - Centro de Integração da Cidadania

CLT - Consolidação das Leis do Trabalho

CNJ - Conselho Nacional de Justiça

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social

CRSC - Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania

DEPEN - Departamento Penitenciário Nacional

DPE - Defensoria Pública do Estado

EJA - Educação de Jovens e Adultos

GEVAC - Grupo de Estudos da Violência e Administração de Conflitos

ILANUD - Instituto Latino-americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e do Tratamento do Delinquente

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LEP - Lei de Execuções Penais

ONG - Organização Não Governamental

PCC - Primeiro Comando da Capital

SAP - Secretaria de Administração Penitenciária

SUS - Sistema Único de Saúde

SUAS - Sistema Único da Assistência Social

UFSCar - Universidade Federal de São Carlos

USP - Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

Introdução	13
Organização do Texto	17
Capítulo I - A Prisão	19
1. A Prisão	21
2. A Prisão no Brasil	37
Capítulo II - O Pós-Prisão	45
1. Os egressos na literatura nacional	46
2. Experiência Prisional	59
3. Quem são os egressos?	62
4. As políticas públicas	66
Capítulo III. ONGs e Egressos: Trajetórias e Seletividade	73
1. ONGs	74
1.1. Recomeçar	75
1.2. Resposta	80
2. Trajetórias	85
3. Seletividade	89
Capítulo IV. Ritual e Identidades	94
1. Metodologia das ONGs	94
2. Rituais de Passagem	113
3. Acionamentos Identitários	119
Capítulo V. Contexto neoliberal, atores e aspectos políticos	123
1. Contexto político e econômico	123
2. Os atores do campo	130
3. Mas, por fim, e os egressos nisso tudo?	145
Considerações Finais	151
Referências Bibliográficas	156

Introdução

Por que pesquisar egressos? Se o Brasil tem uma das maiores populações carcerárias do mundo, ele também tem provavelmente uma das maiores populações de egressos prisionais do mundo. Esse dado não é preciso, não conseguimos quantificar na esfera nacional quantos egressos prisionais existem, mas no caso específico do estado de São Paulo, dentre os anos de 2013 e 2018 saíram da prisão 626.638 pessoas¹. Ou seja, em 5 anos, um montante equivalente à população de Sorocaba-SP, que é a 9ª maior cidade do estado, deixou a prisão e se tornou egresso prisional. Trata-se de um número elevado de indivíduos que têm suas trajetórias e suas subjetividades atravessadas pela experiência prisional. Como é a vida pós-prisão? Quais políticas públicas atendem esse público na cidade de São Paulo? Existem organizações do terceiro setor que atuam com egressos? Como se dá essa atuação? A empregabilidade é a maior demanda dos egressos? Em qual contexto estão inseridos os atores que lidam com esse público?

Questionamentos como esses surgiram em mente ao longo do estágio que realizei atendendo familiares de presos e egressos prisionais na defensoria pública do estado de São Paulo, enquanto cursava direito na USP em Ribeirão Preto. No entanto, a minha formação jurídica inclinava meu olhar a aspectos mais procedimentais, que se baseavam nas disposições legais e nos encaminhamentos burocráticos. Finalizei o estágio e durante os 6 meses seguintes ainda me questionava sobre aspectos subjetivos envolvidos na experiência prisional, buscando compreender quem olhava para esses egressos. A partir de leituras e de conversas com amigos, vi na sociologia um caminho viável e frutífero para buscar respostas para as minhas inquietudes. Iniciei então as aulas como aluna especial e, posteriormente, ingressei no programa de mestrado em sociologia.

O início tímido, e ainda carente de bases teóricas me fez enxergar por um espectro mais amplo, pois a falta de conhecimentos mais específicos

¹ Dados obtidos através da plataforma Justa. O Justa é um projeto que visa facilitar a visualização de dados de gestão e financiamento do sistema de justiça, com foco especialmente em segurança pública e justiça criminal. O projeto é fruto de uma parceria do Instituto Brasileira de Ciência Criminais com o Open Knowledge Brasil.

abriu meus olhos para diversas abordagens possíveis, permitindo que a pesquisa se delineasse da forma que será vista a seguir. Além disso, as minhas idas a campo para conhecer as instituições e programas que atendiam os egressos, sendo bem recebida por essas organizações, viabilizaram as análises aqui realizadas. Desde a elaboração do projeto de pesquisa, o meu foco eram as vivências em campo, poder conversar, compreender e trocar com os egressos, por isso também a escolha das ONGs, pois poderia acessá-los através desses ambientes e desses programas. Onde está o egresso prisional? Não sabemos exatamente, ele se distribui pelo espaço e é difícil conseguir localizá-lo sem o auxílio de uma instituição que ajude a intermediar essa relação. Através das ONGs pude acessar esses indivíduos, além de claro, compreender a atuação dessas instituições e quais caminhos seriam possíveis a partir daí.

O principal objetivo desta pesquisa é analisar o campo de atendimento ao egresso prisional na região metropolitana de São Paulo, em especial como se dá a atuação das organizações não governamentais voltadas a inseri-los no mercado de trabalho. A partir da bibliografia internacional e nacional sobre prisões, compreendendo posteriormente o momento pós-prisional que envolve a categoria egressos, as experiências prisionais, quem são esses egressos e as políticas públicas voltadas a esse público, adentrou-se as organizações não governamentais. Duas ONGs que atuam com a (re)inserção de egressos prisionais no mercado de trabalho em São Paulo foram escolhidas e pude observar algumas trajetórias de egressos, bem como, a seletividade empregada por essas organizações - se ela realmente existe. Além disso, em uma análise mais profunda, abordei as metodologias das ONGs, envolvendo os rituais promovidos e os múltiplos acionamentos identitários. Por fim, a visão analítica dos atores que compõem a grande rede de atendimento ao egresso prisionais, considerando o contexto político e econômico, os atores em si e a percepção dos egressos.

A compreensão da realidade prisional, bem como os possíveis efeitos causados após o período de privação de liberdade, são de fundamental importância para iniciarmos essa análise. Os laços afetivos e sociais são ressignificados após a experiência prisional que se dá, no contexto nacional, em condições perversas e desumanizantes, impactando o indivíduo em todas

as esferas de sua vida. São muitas as marcas do encarceramento na subjetividade do egresso. Por isso, buscou-se, através do contato com essas pessoas, entender a experiência que tiveram no sistema prisional, qual é o perfil desses egressos, com enfoque especial nos indivíduos que buscam programas de apoio focados na (re)inserção no mercado de trabalho. O uso do prefixo “re” entre parênteses se dá, pois na maioria dos casos se trata de uma primeira inserção no mercado de trabalho formal, podendo ser chamada apenas de inserção, mas o que se verifica na linguagem comumente utilizada tanto pelas políticas públicas, quanto pelas ONGs, é a expressão reinserção.

A partir da análise das políticas públicas, das ONGs, suas metodologias e do contexto político e econômico envolvendo esse campo de atenção ao egresso, é possível notar o quão essenciais são pesquisas acadêmicas que tenham o olhar voltado a esse público, existem múltiplos aspectos envolvidos na experiência pós-cárcere. Seja pelas particularidades que apresentam os egressos, pelo campo estabelecido entre governo, ONGs, indivíduos, financiadores e demais instituições ou ainda pela profundidade envolvida na metodologia dessas organizações, a riqueza de possibilidades de caminhos a serem explorados se mostrou significativa. A opção por um enfoque na metodologia visando observar os rituais de passagem e os acionamentos identitários empregados, se deu em razão da exploração da dimensão simbólica observada por trás da superficialidade material. O levantamento dos atores do campo ocorreu de forma natural ao longo das idas às ONGs, conforme participava das dinâmicas pude perceber que havia mais complexidade e mais atores envolvidos naquela relação do que apenas as ONGs e os egressos.

O olhar atento a tudo que me cercou na pesquisa de campo possibilitou a expansão do objeto de análise, que a princípio se pautava na relação estabelecida entre ONGs e egressos e como se dava essa inserção no mercado de trabalho. Mais do que encaminhar egressos às empresas parceiras, as ONGs atuam em uma esfera simbólica, reforçando ideologias e mitos através dos rituais praticados que possibilitam aos egressos outros acionamentos identitários. As análises do campo com viés neoliberal também possibilitaram essa expansão com uma observação mais ampla envolvendo ao menos 12 atores em relações diretas e indiretas.

Quanto ao acesso ao campo de pesquisa, é importante destacar como se deu esse processo. O meu contato com pessoas envolvidas no setor de empreendedorismo social em São Paulo viabilizou esse acesso, bem como repercutiu na receptividade que tive em campo, especialmente pelos gestores das ONGs. Eu já havia tentado contato por sites institucionais mandando mensagem sobre o meu interesse em pesquisa, mas não obtive retorno, diferente do tratamento recebido quando o contato se deu a partir dessa outra rede. Antes mesmo dessa receptividade se concretizar eu já tinha a intenção de fazer uma pesquisa a partir da observação participante, pois compreendia que só assim eu conseguiria entender a visão dos egressos, que era meu objetivo desde o início. A convivência com os egressos seria imprescindível para a pesquisa que eu gostaria de realizar, e a abertura das ONGs viabilizou essa abordagem. A relação estabelecida com egressos fundadores e funcionários das ONGs, com quem eu tive mais contato, e também com os que participavam das ações, que eu via cerca de 3 dias seguidos e depois não tinha mais contato, exigiu um preparo significativo. Isto porque, em muitos casos eu sabia que seria uma única oportunidade para extrair a percepção, informação ou observação que eu precisava, especialmente com os egressos participantes das ações. A abordagem de observação participante, no sentido de Becker (1999), se baseia na ida do pesquisador ao campo, colocando seu próprio corpo e características pessoais nas interações que ali se desenvolvem. Estive presente vivenciando as ações das ONGs juntamente com os egressos, almoçando juntos a mesma comida, nos encontrando nos mesmos locais, participando das mesmas dinâmicas e colocando nessas interações a minha subjetividade. Além disso, ressalto que eu tinha um contato prévio com o campo de empreendedorismo social em São Paulo, portanto, conheço alguns atores, compreendo e vivencio, em alguma medida, suas linguagens, métodos e práticas. De qualquer forma, com essas ONGs em específico eu não tinha contato, portanto, reconheço que a abertura dada pelos gestores possibilitou traçar esse caminho de pesquisa, mantendo a metodologia inicialmente planejada, portanto, esse privilégio de acesso ao campo viabilizou as análises subsequentes.

Organização do Texto

A dissertação está organizada em 5 capítulos, além da introdução, considerações finais e as referências bibliográficas. Os capítulos estão estruturados a partir dos recortes que trago a seguir.

No Capítulo I estão presentes os referenciais teóricos sobre prisão, a partir de autores internacionais e nacionais. A compreensão sobre a experiência prisional é ponto de partida para esse trabalho, pois a partir disso é possível definir a categoria “egressos prisionais”. Desde as teorias mais clássicas, até autores mais recentes e atuais, o objetivo é traçar um panorama das prisões ao longo do tempo em busca de entender as marcas existentes na subjetividade do indivíduo egresso.

No Capítulo II, adentrou-se os fatores que envolvem a vida pós-prisional. Partindo da bibliografia específica sobre egressos prisionais no Brasil e, posteriormente, abordando a relação que os egressos têm com a experiência prisional, pautando-se nas percepções obtidas através dos egressos participantes das ações das ONGs. Buscou-se realizar um levantamento mais analítico de quem são os egressos no país e, por fim, quais são as políticas públicas voltadas a esse público em São Paulo.

Quanto ao Capítulo III, trata-se da descrição mais densa das incursões em campo. Esse capítulo pretende situar o leitor no campo de pesquisa, descrevendo as ONGs, suas atuações e observando as trajetórias dos fundadores e dos funcionários que nelas trabalham. Houve um esforço também em retratar trajetórias de egressos participantes das ações, o que foi prejudicado em razão das limitações impostas para as idas a campo, conforme veremos. Além disso, a análise da seletividade empregada pelas ONGs para selecionar quem pode ou não pode participar de suas atividades.

Já no Capítulo IV, em uma perspectiva analítica, observou-se as metodologias aplicadas pelas ONGs. A partir das vivências em campo, foi possível a compreensão de rituais de passagem que atuam na esfera simbólica e também dos múltiplos acionamentos identitários por eles suscitados.

O Capítulo V tem um foco específico na análise macro do campo de atendimento ao egresso em São Paulo e o levantamento dos atores

envolvidos. O capítulo se desenvolve a partir de uma análise macro que visa observar o contexto neoliberal e relacionar com os atores observados em campo e a atuação de cada um deles, bem como, por fim, perceber o entendimento do egresso sobre esse todo que ao seu redor se forma.

As considerações finais pretendem tecer os fios que delinearão essa pesquisa, recuperando os resultados obtidos em cada um dos capítulos, principalmente o capítulo IV que traz a discussão sobre o efeito simbólico dos rituais de passagem e os múltiplos acionamentos identitários despertados nos egressos. Além disso, os debates iniciados no capítulo V que observam uma rede de atendimento ao egresso prisional em São Paulo com atores embebidos em uma lógica neoliberal que é perpassada por todos os envolvidos no campo, impactando na relação desenvolvida com os egressos. Neste último capítulo existem assuntos que são pincelados, mas que não foi possível o aprofundamento, portanto, poderão ser aprimorados em pesquisas futuras.

Por fim, ressalto que essa organização do texto sofreu algumas modificações drásticas ao longo da pesquisa, pois quando estava tudo encaminhado, com a pesquisa de campo em plena execução e os resultados preliminares aparecendo foi necessário *recalcular a rota*. A pandemia de COVID-19 teve início no Brasil e impôs medidas sanitárias de restrição de circulação de pessoas, fechamento de estabelecimentos comerciais e de serviços, alcançando até o momento 200 mil vítimas fatais no país. Em razão disso, o campo foi limitado, dando espaço a outras discussões que fizeram a pesquisa chegar ao formato em que se encontra hoje. De qualquer forma, a ida precoce ao campo de pesquisa viabilizou os resultados aqui obtidos que, ainda que limitados, trazem observações satisfatórias para a análise proposta.

Capítulo I - A Prisão

O Brasil é o terceiro país do mundo com maior população carcerária chegando a cerca de 812 mil pessoas encarceradas em 2019², nesse contexto o estado de São Paulo é o líder nacional com o maior número de presos, somando 234 mil³. O encarceramento em massa e seletivo é um fenômeno amplamente discutido tanto na bibliografia internacional, quanto nacional, gerando hiper populações carcerárias com condições cada vez mais precárias e desumanas de sobrevivência, que se desdobram em consequências graves e urgentes, que terão aqui especial atenção.

A Plataforma Justa disponibiliza um levantamento realizado no estado de São Paulo constatando que em 2013 o número de egressos prisionais no estado foi de 99.935, em 2014 os egressos somaram 104.283 pessoas, no ano seguinte o montante foi de 105.319 egressos e em 2016 de 108.872, em 2017 o número se manteve muito próximo somando 108.692 egressos e em 2018 era de 99.537. Além disso, a plataforma aponta que o investimento em políticas públicas voltadas ao egresso do sistema prisional no estado de São Paulo entre os anos de 2013 a 2018 somou 1 milhão de reais. Sendo que o Tribunal de Justiça teve um gasto de 12,4 bilhões, o Ministério Público de 2,5 bilhões e a Defensoria Pública de 838 milhões, com isso é possível realizar uma escala comparativa de análise. Se o encarceramento em massa é uma realidade, o orçamento em políticas públicas voltadas aos egressos prisionais no estado é tal qual o apresentado, será que estão sendo realizadas ações efetivas destinadas ao amparo e atenção ao egresso prisional?

O Estado restringe a liberdade do indivíduo apartando-o do convívio social e tutelando a vida dessa pessoa que obedecerá à lógica prisional, resultando em marcas tanto na trajetória de vida, quanto na subjetividade do encarcerado. Após esse período de privação, o Estado, de acordo com as leis vigentes, deve fornecer condições de reinserção social ao egresso e criar políticas públicas para mantê-lo distante da criminalidade. O art. 10 da Lei de

² Dado divulgado em Julho de 2019 extraído do Banco Nacional de Monitoramento de Prisões (BNMP) 2.0, plataforma desenvolvida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

³ Dado divulgado em Agosto de 2019 pela Secretaria de Administração Penitenciária (SAP) do Estado de São Paulo.

Execuções Penais dispõe que a assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade e no parágrafo único consta que essa assistência se estende ao egresso. Dessa forma, para não perpetuar a *clientela*⁴ da justiça penal com altos índices de reentrada prisional, conforme vemos atualmente, o poder público deve criar ações que visem apoiar moral e socialmente o egresso, dando-lhe outras direções para que este encerre a sua atividade no *mundo do crime*.⁵

O uso do termo “reentrada prisional” ao invés de “reincidência prisional” é proposital, visto que a reincidência apresenta registro em quatro formas distintas, não havendo nas pesquisas um consenso sobre sua conceituação. A reincidência pode ser: a) genérica, quando a pessoa comete mais de um crime (mesmo sem trânsito em julgado) independente de lapso temporal; b) criminal, quando há mais de uma condenação, independente do tempo decorrido entre um e outro; c) penitenciária, quando há retorno ao sistema prisional, após o cumprimento de pena em regime fechado; d) legal, quando há condenação judicial transitada em julgado por um crime em um período de até 5 anos após a extinção da pena anterior. Por essa razão, optou-se pelo termo “reentrada”.⁶

A respeito do encarceramento em massa observado no Brasil nos últimos anos, sua ocorrência se verifica em decorrência de o sistema de justiça priorizar a aplicação da pena privativa de liberdade para crimes patrimoniais e de tráfico de drogas, tendo como alvo uma camada específica da população, havendo assim um crescimento vertiginoso do sistema prisional, com a criação de novas vagas, levando ao processo de encarceramento em massa de um grupo específico da população

⁴ Utiliza-se o termo “clientela” na justiça penal para se referir à seletividade do sistema judiciário que tem como réus pessoas com perfis semelhantes e que acabam retornando ao encarceramento com frequência. Sobre a seletividade da justiça criminal, veremos a seguir no Capítulo I.

⁵ A expressão *mundo do crime* é aqui utilizada se referindo à práticas, saberes, códigos e relações sociais que são comuns ao universo criminal, envolvendo atividades ilícitas, organizações criminosas e demais condutas consideradas ilegais. O “mundo do crime” é uma categoria de vivências e sociabilidades próprias de quem pertence a esses círculos sociais, não se trata de uma distinção física, tampouco excludente de outras relações sociais não criminosas. (MELO, 2012) (PIMENTA, 2014)

⁶ Reentradas e reiterações infracionais: um olhar sobre os sistemas socioeducativo e prisional brasileiros/ Conselho Nacional de Justiça - Brasília: CNJ, 2019.

(SINHORETTO, SILVESTRE, MELLO, 2013, p. 89). Os autores ainda analisam que esse processo leva à emergência de novos sujeitos políticos, produzindo novos processos e identidades, o que se entende que levará também a diferentes experiências pós-prisionais. Há, no entanto, uma discussão a respeito do encarceramento em massa, visto que alguns estudiosos alegam se tratar de um encarceramento seletivo e não exatamente em massa, por atingir um grupo específico da população que vêm sendo encarcerado de forma sistemática.

Neste capítulo será realizada uma revisão bibliográfica pautada no tema das prisões, visto que os egressos são assim categorizados devido à experiência que tiveram no estabelecimento prisional. A prisão é a instituição pela qual passam e que deixa marcas em suas trajetórias e subjetividades, busca-se observar o movimento de saída da prisão e como se dá esse desencarceramento. A partir destes referenciais teóricos será possível articular teorias e conceitos que ajudarão a compreender as questões que envolvem a categoria central dessa análise. Visa-se, em um primeiro momento, estabelecer esse panorama teórico amplo e situar o ponto de partida deste trabalho.

1. A Prisão

Os egressos prisionais só são assim considerados pois tiveram alguma experiência na prisão, o que faz deles um grupo social⁷ é a passagem por essa instituição que priva os indivíduos de sua liberdade. Mundialmente, há muitos anos, os autores vêm estudando as origens do punitivismo e as fontes das penas, que se modificam ao longo do tempo e do espaço. Culturalmente as penas diferem entre si, no entanto, uma das penas mais utilizadas na atualidade é a privativa de liberdade, aplicada no mundo todo pelos Estados nacionais. Ao longo dos séculos XVII e XVIII a pena de prisão ganha notoriedade no Ocidente e no século XIX a pena privativa de liberdade se consolida. (BECCARIA, 2006)

⁷ No sentido de ser um conjunto de seres humanos que forma uma coletividade plural, que desenvolve interações sociais, têm uma consciência de grupo e objetivos semelhantes.

Considerados pioneiros nos estudos sobre prisão, Rusche e Kirschheimer escreveram no final da década de 1930 sobre o fato de que as prisões estavam, naquele momento, servindo ao modelo econômico vigente. Sob uma ótica marxista, os autores entendem que, do século XVI em diante, toma-se a consciência de que os prisioneiros são uma mão de obra inutilizada pelo Estado, reconhecendo-se o “valor potencial de uma massa de material humano completamente à disposição das autoridades estatais” (RUSCHE e KIRSCHHEIMER, 2004, p. 43). Nesse sentido, o capitalismo estaria moldando inclusive o sistema penitenciário aos seus interesses, utilizando dessa força de trabalho em um momento de crescimento dos centros urbanos, resolvendo então o problema da escassez de mão de obra frente à crescente demanda por manufaturas decorrente da expansão do mercado. De acordo com os autores, após o declínio das casas de correção determinado por fatores econômicos, a prisão passou a ser a principal forma de punição no ocidente. O modelo das prisões, no entanto, entrou em queda quando deixou-se de explorar essa mão de obra para fins econômicos, essas instituições passaram a ser locais com escassez de recursos em que as pessoas viviam em condições desumanas em decorrência de uma administração incompetente e ineficaz.

No final do século XIX, cria-se a ideia de *welfarismo penal*, segundo o qual a punição deveria ter uma “função educativa”, havendo nessa perspectiva um foco na reabilitação do infrator. De acordo com essa teoria, pensa-se também o papel da sociedade diante daquela infração, no sentido de responsabilidade social e oportunidades a que o sujeito teria acesso, a partir disso, tratar-se-ia ou não de um indivíduo recuperável. É importante destacar que a relação entre o sistema punitivo de uma sociedade e o modelo econômico vigente é fundamental na perspectiva desses autores, visto que até mesmo a punição serve ao sistema produtivo.

No que se refere ao modelo punitivo e à prisão, Sykes (1958) problematiza os efeitos da pena privativa de liberdade com base nas “dores do encarceramento”, observando como estas se desdobram em constrangimentos sociais para o indivíduo egresso. O olhar do autor sobre a penitenciária como uma *sociedade dentro de uma sociedade* traz aspectos importantes para observar os sentimentos vividos pelos presos com base nos

papéis sociais ali desenvolvidos. As maiores dores apontadas pelo autor são ligadas à liberdade, aos bens e serviços, às relações heterossexuais, à autonomia e à segurança. Essas privações se desdobram em consequências como a rejeição moral do criminoso pela sociedade e sua degradação como ser humano, o não acesso aos bens e serviços apreciados na sociedade em geral, a privação sexual através do celibato compulsório, a perda da autonomia devido às rígidas regras internas das prisões e a segurança que se encontra ameaçada pelas tensões sociais internas.

Ressalta-se que esta obra observa a prisão estadual de New Jersey (EUA) nos anos 50, importante que sejam realizadas ressalvas com relação ao modelo encontrado hoje no Brasil. No entanto, alguns pontos de atenção são destacados, pois o autor entende a prisão como um sistema social que conta com processos sociais próprios e dinâmicas autônomas. Há a possibilidade de permeabilidades entre a prisão e a sociedade em geral, porém com as rupturas ocasionadas pela delimitação nítida entre o dentro e o fora, esse universo social acaba por ficar circunscrito à prisão que desenvolve um sistema social peculiar, instável e precário. Cria-se então uma interface entre prisão e sociedade que abre um novo campo de estudos, permitindo inclusive se pensar o pós-prisão em que se desdobram as consequências dessas dores do aprisionamento.

Em oposição ao entendimento de Sykes, Goffman (1988) considera as prisões instituições totais⁸, sendo estas fechadas e rigidamente administradas. (GOFFMAN, 1990) Ressalta-se que, portanto, não há que se falar em sociabilidades que transitam de dentro para fora desse ambiente, divergindo de Sykes, no entanto, ambos concordam no entendimento de que a prisão não se encerra na privação de liberdade. Sob essa perspectiva, cabe aos indivíduos aprisionados passar por um processo de ressocialização que consiste na construção de redes sociais dentro da prisão. A partir das novas regras de convívio e da sociabilidade com os demais presos é que torna-se possível manter-se vivo dentro do cárcere, por esta razão este processo merece especial atenção. (GOFFMAN, 2010)

⁸ A prisão enquanto instituição total é voltada à proteção da sociedade de perigos e ameaças, desconsiderando o bem estar na vida das pessoas inseridas nesta instituição (GOFFMAN, 1990, p. 11).

As contribuições do autor canadense são fundamentais para se compreender o momento pós-cárcere. Uma das marcas que a experiência prisional deixa no indivíduo é o estigma social, colocando-o como inapto a uma aceitação social plena, pois recai sobre o egresso a desconfiança de uma possível reincidência. Existem formas diferentes de manifestação do estigma, baseadas na identidade social real e a identidade social virtual, sendo esta a imagem que se cria do indivíduo, que não necessariamente se relaciona com a *realidade*. Os indivíduos apresentam características passíveis de estigma, diferenciando-se em desacreditados e desacreditáveis, sendo que no primeiro caso, esses atributos são reconhecidos em um primeiro momento, por exemplo, um indivíduo negro que não consegue ocultar a cor de sua pele, já quanto aos indivíduos desacreditáveis, que é o caso dos egressos prisionais, trata-se de uma atribuição/característica do indivíduo que pode ser encoberta até que se revele a história daquela pessoa. (GOFFMAN, 1990) Os egressos se enquadram no grupo de indivíduos estigmatizados, havendo por vezes uma interiorização do estigma, visto que passam eles mesmos a acreditar que são pessoas diferentes e não *normais*, entendendo-se a si próprios como inferiores.

Goffman (1990) entende que as pessoas estigmatizadas tendem a formar redes entre si, o que está intimamente relacionado à identidade do eu e do grupo social no qual está inserido, essa análise irá se relacionar posteriormente com as metodologias empregadas pelas ONGs que atendem egressos prisionais. No que se refere à formação desses grupos, é importante ressaltarmos que o autor observa as relações sociais a partir das interações estabelecidas e, portanto, nota que os indivíduos buscam ter controle sobre as percepções dos outros sobre si. Trata-se de uma demonstração que precisa ser dada a respeito das intenções do indivíduo ou de qual parte de sua identidade ele quer ou não mostrar ou acentuar naquela interação. Pode ser entendido como um período em que um determinado grupo de observadores estão analisando uns aos outros sendo que há simultaneamente influência de um sobre o outro (GOFFMAN, 1975). As identidades são múltiplas e variam de acordo com o contexto, tal análise é extraída sobretudo da obra que trata das representações do “eu” na vida cotidiana.

O autor interacionista será de grande importância na análise do momento de saída da prisão, pois observa profundamente os efeitos e manifestações do estigma na vida dos indivíduos, fenômeno muito presente nas vivências dos egressos prisionais. Além disso, os múltiplos acionamentos identitários que veremos no capítulo IV se baseiam nessas teorias do autor, da interação social como um jogo, um *drama*, em que constantemente há focos de luz e sombra, ou seja, atribuições que queremos exaltar e outras que buscamos esconder. Ressalta-se que as teorias apresentadas pelo autor recebem críticas, à exemplo das prisões tidas como instituições totais, no entanto, a sua contribuição é rica e de grande importância para o campo da sociologia da violência e da punição.

Enquanto Goffman pontua a prisão como instituição total, Foucault tem um outro olhar a essa problemática, entendendo as prisões como um sistema de repressão, mas ao mesmo tempo produtivo, sendo parte de um conjunto de instituições disciplinares que dispõem de técnicas de controle, assim como escolas, hospitais e fábricas.⁹ As teorias elaboradas por Michel Foucault entre os anos 1950 e 1980 se debruçam sobre os estudos de prisão, punição, poder, disciplina, dentre outros aspectos que influenciaram gerações de pesquisadores. O autor entende a prisão como uma das instituições que disciplinam a sociedade moderna, sendo um mecanismo de punição que opera condenando aqueles indivíduos com maior dificuldade de integração social, como os anormais e os desviantes. Há uma abordagem relacionada à disciplina dos corpos, pois a punição engloba técnicas de controle e treinamento dos corpos e comportamentos, levando à submissão do sujeito punido (Foucault, 2014, p. 49). O próprio modelo arquitetônico do panóptico

⁹ O próprio autor francês em entrevista concedida na época relatou seu distanciamento com as teorias formuladas por Goffman, como vemos no seguinte trecho: “Os problemas que trato em meus livros não são novos. Eu não os inventei. Uma coisa me impressionou nas resenhas que foram feitas de meus livros nos Estados Unidos, em particular no que se escreveu sobre o livro que consagrei às prisões. Diz-se que eu tentava fazer a mesma coisa que Erving Goffman em sua obra sobre os asilos [...]. Não procuro fazer a mesma coisa que Goffman. Ele se interessa pelo funcionamento de um certo tipo de instituição: a instituição total – asilo, escola, prisão. De minha parte, tento mostrar e analisar a relação que existe entre um conjunto de técnicas de poder e de formas políticas como o Estado. (FOUCAULT, 2001, p. 804)

incute essa disciplina nos indivíduos que têm seus corpos e comportamentos vigiados a todo momento, seja por indivíduos que detêm o poder da punição, agentes do Estado, seja pelos próprios apenados em um mecanismo de auto vigilância (Foucault, 2014, p. 195). Lembramos que esse modelo não se aplica à realidade brasileira, visto que a constituição, as organizações, a gestão e as dinâmicas prisionais em nosso país são muito diferentes, apresentando particularidades que não permitem realizar esse paralelo. No entanto, em ambas as realidades a relação de poder dentro do ambiente prisional envolve a disciplina, que controla o tempo, os gestos, os hábitos, produzindo corpos dóceis que passam a obedecer à lógica imperativa naquele sistema.

Foucault, ao elaborar seus estudos sobre a genealogia das prisões, observa determinados dispositivos que permeiam essas relações de poder, assujeitando os indivíduos, ou seja, incutindo-lhes normas de forma sutil sem que fosse possível notar os impactos em suas subjetividades. A pena deixa de ser aplicada ao corpo do sujeito e passa a punir sua subjetividade, devendo esta deixar de ser criminosa, delitiva. Não que a disciplina da corporalidade não tenha relevância, ao contrário, o autor explora intensamente essas análises, mas o aspecto subjetivo da punição ganha outras facetas até então pouco observadas. O conceito de biopolítica consiste em uma tecnologia criada para gerir a vida que disciplina os corpos individuais e auxilia na organização do poder, propiciando governabilidade. A biopolítica se manifesta na prisão visando estabelecer dispositivos para gerir as relações de poder.

A governabilidade decorrente dos dispositivos de controle social que se instalam através dos modelos de dominação foi outro ponto observado por Foucault (2003). Através de um discurso técnico-científico sobre o criminoso, o crime e a pena o Estado legitimou socialmente, com base em um consenso moral coletivo, a punição pautando-se em um discurso de manutenção da ordem social. A visão utilitária da pena que se justificava tanto na ordem social, quanto na regeneração do indivíduo apenado, reformula a ideia de vingança que havia até então. Essa análise se relaciona ao estado de bem-estar social que sustentava os mesmos mecanismos de governabilidade e controle social, mas baseado em princípios mais aceitáveis à época, o que

veremos a seguir com outros autores. A contribuição a respeito dos dispositivos de poder que nos permitem uma visão analítica em torno da microfísica do poder e da governabilidade dos indivíduos nos propicia um campo rico de entendimentos a respeito do egresso prisional e suas sociabilidades. São os dispositivos conjuntos heterogêneos que envolvem discurso, técnicas, estratégias, aspectos administrativos, leis, instituições, o meio científico, a moralidade e formas de assujeitamento. (FOUCAULT, 2003, p.14) Os dispositivos podem ser discursivos, mas também apresentam manifestações práticas ligadas às instituições e até mesmo à burocracia administrativa, sendo esta uma forma *mecânica de poder*. Trata-se de estratégias de relações de forças que suportam tipos de saberes e são ao mesmo tempo sustentados por eles. (FOUCAULT, 1999, p. 13)

O principal ponto das reflexões do autor francês sobre as prisões se relaciona ao entendimento dos dispositivos de normalização e as consequências do poder que exercem através das formas de assujeitamento e dominação. A prisão mais do que a forma arquitetônica, é uma forma social em que o poder é exercido no interior de uma sociedade, sendo esta a sociedade prisional. No entanto, o autor entende a prisão para além da prisão, observando fatores internos daquela sociedade mas que também se manifestam no mundo exterior, havendo uma interface entre os processos de assujeitamento, os dispositivos de poder e mecanismos de disciplina dentro e fora da instituição. (FOUCAULT, 2013, p.230)

Os apontamentos a respeito da governamentalidade, do poder, dos dispositivos e da disciplina auxiliam a compreender fatores de assujeitamento e de políticas voltadas aos egressos prisionais. A teoria de que o indivíduo tem inculcido em si padrões de comportamento através de dispositivos institucionais fica evidente quando se olha para os sujeitos após a experiência prisional, que mesmo tendo cumprido suas penas em lugares diferentes apresentam um conjunto de características semelhantes, fruto desses dispositivos articulados pelo sistema prisional. Ademais, a governamentalidade que se manifesta através das ações dos agentes em mecanismos de poder e coerção, influenciando técnicas de controle em massa da população, o que hoje sabemos se tratar de um controle seletivo, assim como já apontado quando refletia sobre o controle dos indesejados.

O estado de bem estar social se manifesta na incorporação de direitos aos presos garantidos pela legislação, incluindo as ideias ressocializadoras e regeneradoras das penas nos sistemas punitivos vigentes. Nesse contexto, Zaffaroni (1991) observa os fundamentos da reabilitação que teoricamente ocorreria durante o cumprimento da pena pelo condenado. De acordo com o autor, as “filosofias re” que englobam a ressocialização, readaptação social, reinserção social, reeducação, repersonalização, dentre outras, leva-nos a compreensão de que houve uma falha que precisa ser corrigida. O prefixo “re” passa a impressão de que algo específico falhou e bastaria um pequeno ajuste para que então retornasse ao funcionamento padrão esperado. No entanto, esse pensamento é extremamente simplista, escondendo toda a complexidade envolvida na sociedade, nos sujeitos, nas instituições. Sykes (1958) aborda uma dinâmica típica que a sociedade dos cativos produz nos indivíduos, a ideia de adequação e de que eles se distanciam dos padrões sociais, pois essa sociedade privada de liberdade cria experiências semelhantes entre seus membros. Não se trata de características individuais, mas de um sistema de ações, são diferentes papéis sociais desempenhados frente aos problemas decorrentes do encarceramento. A ideia simplista de que basta de ajustar ao padrão de comportamento esperado se relaciona fortemente com o observado por Sykes (1958) em sua célebre obra “A Sociedade dos Cativos”. Ademais, neste contexto das “filosofias re”, a seletividade do sistema penal também é desconsiderada, ignorando o fato de que a justiça age de forma diferente para membros de uma mesma sociedade, fazendo sua *clientela* nas categorias sociais mais vulneráveis - ou nos indesejados, para Foucault.

As observações tecidas sobre as “filosofias re” são verificáveis em campo e são essenciais para compreendermos os impactos do cumprimento da pena e também o seu contexto após a prisão, qual o ambiente para o qual retornam e como os egressos relatam seus períodos encarcerados. A ideia de que basta um pequeno ajuste para que o indivíduo modifique sua conduta é irreal, além do fator do convívio com outros presos, inclui-se o retorno do egresso aos mesmos círculos sociais que o rodeavam quando do cometimento do crime. Há muitas críticas a esse caráter ressocializador da pena privativa de liberdade, atualmente há uma corrente de pensamento que

não acredita nas “filosofias re” supostamente desencadeadas pela prisão, acredita-se inclusive que ela desperte exatamente o efeito oposto, a partir do qual se verifica altos índices de reentrada prisional. No entanto, as políticas públicas operam com esses conceitos, havendo uma contraposição dessa terminologia à ideia de *extermínio do inimigo interno* que seriam os *bandidos*, assim, o caráter democrática das “filosofias re” se apresenta mais benéfico do que a política de puro confinamento, neutralização e extermínio.

O Estado de bem-estar social era mantido através de mecanismos que se pautavam no biopoder e na biopolítica, havendo assim um controle social. Quanto ao estado de bem-estar social que se desdobra também em práticas penais, David Garland (1993, 2008) analisa se tratar de um modelo que se desenvolve entre os anos 1890 e 1970 e se manifesta no *welfarismo penal*. Desta forma, o Estado era o responsável por “ressocializar”¹⁰ o preso reintegrando-o à sociedade, conforme analisou Zaffaroni (1991). A delinquência passou a ser vista como resultante de uma série de problemas sociais, que envolviam acesso à direitos como educação, saúde, trabalho e cidadania. A punição era chamada de “tratamento penitenciário”¹¹, evidenciando essa visão mais complexa que considera condições sociais em que indivíduo está inserido, não incumbindo a prática do delito apenas à vontade da pessoa. Não decorre só do querer ou não, mas de fatores e contextos sociais no qual aquele indivíduo está inserido, trata-se de uma visão holística sobre a delinquência.

Do *welfare state* decorreu o previdenciarismo penal que Garland descreve como uma estrutura que combina o legalismo liberal do devido processo legal e da punição proporcional com uma ideia de reabilitação, bem-estar e saber criminológico especializado (GARLAND, 2008, p.93). Neste modelo se intensifica a intervenção estatal na vida dos cidadãos visando evitar o delito, seria o período denominado pelo autor de *Estado Previdência* que tinha como foco o modelo correcionalista. Enquanto o

¹⁰ O termo é utilizado entre aspas, pois acredita-se que este não seja o melhor termo para ser utilizado nesses casos, mas é a forma amplamente difundida na academia e nos programas públicos referentes ao assunto dos egressos.

¹¹ A própria expressão “tratamento penitenciário” traz um aspecto patológico da criminalidade, visto que o termo “tratamento” geralmente é utilizado para questões de saúde, ligadas a uma patologia, uma doença, algo anormal, desviante. Nota-se que o indivíduo geralmente submetido a um tratamento não o faz porque quer, mas sim, por fatores alheios à sua vontade que fizeram o tratamento ser necessário.

modelo capitalista vivia um período de equilíbrio e grande aceitação social, as críticas eram mais teóricas, suscitando debates sociológicos com relação aos paradigmas envolvidos no caráter ressocializador da pena. No entanto, com as crises fiscais dos anos 1970 e 1980 em que o neoliberalismo ganha força e aderência social, tornando-se a lógica vigente a partir dos anos 1990, este modelo previdenciário penal torna-se insustentável economicamente. O ajuste fiscal fez com que o Estado não conseguisse mais manter as políticas sociais funcionando, assim, o modelo de *welfarismo penal* entra em colapso. Na perspectiva neoliberal, o delito deixa de ser decorrente de fatores sociais que influenciam o indivíduo a se comportar de determinada forma, tornando-se unicamente uma escolha do indivíduo, ontológico. Posteriormente, o autor vai abordar as penas cada vez mais severas, alegando se tratar da extrema punição, não havendo mais a intenção de corrigir o indivíduo mas unicamente da punição pelo ato cometido, ainda que para isso haja excessos (GARLAND, 1993). Através das análises de estratégias penais e modelos punitivos, o autor aborda aspectos relacionados à cultura do controle, o modernismo penal e a ordem social na atualidade, o que nos permite observar a partir disso as prisões e as experiências de encarceramento.

O contexto em que Garland observou o estado de bem-estar social se passava nos Estados Unidos, esse modelo nunca chegou a ser verdadeiramente implementado no Brasil, no entanto, alguns princípios foram incorporados na legislação brasileira com a promulgação da Lei de Execuções Penais em 1984. Nos anos 1950 e 1960 havia um consenso global, mas principalmente em países europeus, de que os presos tinham direitos básicos que lhes asseguravam a integridade física e que garantisse que seriam capazes de retornar à vida em liberdade após o cumprimento da pena. Quando a LEP finalmente garantiu esses direitos à população encarcerada no Brasil, o modelo de previdenciarismo penal já estava em declínio nos EUA e na Europa. (GARLAND, 2008, p.93)

O fenômeno do encarceramento em massa observado nos EUA desde os anos 1970 desencadeou elevados números de pessoas encarceradas, em decorrência da mudança do papel da prisão que se tornou um depósito de pessoas, deixando para trás o *ideal de reabilitação*. O cárcere deixa de ser disciplinar para se tornar uma instituição fundamentalmente de punição e

controle, gerindo aqueles grupos considerados perigosos e deixando de oferecer atividades de capacitação aos presos, aliando a isso uma deterioração nas condições da vida prisional - superlotação das celas, alimentação de má qualidade, falta de suprimentos, etc.

A antiga penologia tinha suas bases no modelo de previdenciarismo penal, conforme abordado por Garland (2008, p.44) que dialoga em muitos aspectos com os estudos de Feeley e Simon (1992). A penologia tradicional deu lugar a uma nova penologia, de acordo com autores como Jonathan Simon (1992, 1993) que observa a penologia pautada no direito e na criminologia tradicionais dando espaço a essa justiça baseada em dados estatísticos dirigida a determinados agregados populacionais tendo como foco o monitoramento de grupos considerados perigosos. (Feeley e Simon, 1992, p. 449) Nesse contexto, o discurso do risco e da probabilidade acaba ganhando força em detrimento do diagnóstico clínico, sob o olhar disciplinar, e o da retribuição proveniente da ótica jurídica. Dessa forma, “a linguagem atuarial de cálculos probabilísticos e das distribuições estatísticas é aplicada à população” (Feeley e Simon, 1992, p.452) De acordo com o autor, não se pretende mais a eliminação do crime, mas sua gestão dentro da sociedade, sua *coordenação sistêmica*.

A questão do encarceramento em massa abordada por Garland (1990), Simon (1993) e Wacquant (2001) começa a apresentar, na visão desses autores, uma nuance mais específica, o encarceramento seletivo. As prisões estavam certamente com mais pessoas, havendo um aumento no número de aprisionamentos, no entanto, essas prisões estavam direcionadas a determinados grupos sociais. Mais adiante veremos alguns recortes dessa seletividade, mas destacam-se os grupos populacionais específicos que estavam sendo presos, como os negros, imigrantes, e além disso, os tipos de crimes que eram cometidos que recebiam maior atenção do sistema de justiça e segurança pública, por exemplo, as infrações relacionadas ao tráfico de drogas. Alguns dos efeitos desse encarceramento em massa são o agravamento do déficit público, a realocação de recursos públicos destinados a outras áreas para o sistema de justiça criminal, a centralidade da experiência prisional em alguns grupos sociais, o aumento da criminalidade após a passagem pela prisão considerando as altas taxas de reentrada no

sistema e o agravamento das desigualdades sociais pautadas em critérios de classe, raça e gênero.¹² Ressalta-se que essa seletividade do encarceramento irá repercutir no perfil do egresso prisional que será observado mais adiante.

O fracasso do Estado de bem-estar social foi abordado pelos autores supra mencionados e também é objeto das análises de Wacquant (2008), discípulo de Bourdieu, que entende os processos de criminalização como instrumentos de administração da pobreza, sendo uma estratégia de controle das classes mais pobres. O Estado penal observado pelo autor, em especial nos Estados Unidos, têm como resultado o aumento vertiginoso das taxas de encarceramento, criminalizando os pobres e fazendo as vezes de uma política social (WACQUANT, 2003, p.19). No caso observado, o autor nota que a administração das populações criminosas resulta em preconceitos de raça e de classe, servindo o sistema penitenciário para “governar a ralé”. A pena deixa de ser uma reabilitação, tratando-se da pura punição e castigo, no mesmo sentido em que observou Garland e Simon, aliando-se a isso a seletividade desse encarceramento, conforme mencionado acima.

Wacquant diverge da análise realizada por Foucault no que se refere à funcionalidade do sistema de penas, pois engloba dimensões simbólicas da relação entre punição e estrutura social, não apenas as dimensões instrumentais. O sistema de penas para Wacquant tem a utilidade de “neutralizar e estocar fisicamente as frações excedentes da classe operária”, “reafirmar a autoridade do Estado e a vontade reencontrada das elites políticas de enfatizar e impor a fronteira sagrada entre cidadãos de bem e as categorias desviantes” (WACQUANT, 2007, p.16).

Complementando o pensamento de justiça atuarial de Simon (1992, 1993), Bernard Harcourt (2007, 2009) concorda com a existência dessa nova penalogia, bebendo na fonte dos autores anteriormente citados e também inspirando-se nas noções foucaultianas de biopoder. Segundo o autor, vivemos a penalogia atuarial que se baseia em cálculos, focada em reduzir custos do Estado, no entanto, de forma seletiva. Há aspectos de luz e

¹² Os pontos apresentados foram extraídos do artigo recém publicado por Minhoto (2020) que faz uma brilhante análise sobre o encarceramento em massa, a racionalidade neoliberal e a justiça atuarial. (MINHOTO, 2020, p.167)

sombra, visto que para determinadas ações o Estado tem verbas, mas para outras não, o que faz com que a situação nas penitenciárias seja cada vez mais degradante. Isso porque o foco do Estado pode estar na política pública menos eficaz, enquanto grande parte da verba é destinada à construção de mais prisões e mais armamento, as políticas de atenção ao egresso prisional recebem pouco investimento, por exemplo, o problema não seria a ausência de recurso, mas a destinação dele. Harcourt observa que o biopoder é agora modulado, não são mais todos os corpos que precisam ser docilizados, mas alguns, um grupo social específico, reforçando a ideia de encarceramento seletivo. Os trabalhadores, por exemplo, já são considerados *cidadãos de bem*, não precisam mais serem disciplinados, ao passo que outros grupos sociais marginalizados se tornam hoje principais alvos das políticas criminais. Existe o pensamento da criminologia modular que define a quem se aplica ou não se aplica a lógica atuarial. Influenciado por Foucault e Garland, o autor escreve sobre o punitivismo neoliberal, segundo o qual a punição deve ocorrer de forma rígida para um grupo da sociedade, não para todos, aliando a isso o paradigma da penologia atuarial e o biopoder modulado.

A gestão de grupos sociais indesejados a partir da lógica atuarial foi implementada nos EUA na década de 1970, segundo este método um sistema de cálculos atuariais servem como critério de racionalidade para definir uma ação, pautando-se em dados que geralmente são obtidos por amostragem e, assim, podem determinar a probabilidade de um fato ocorrer. No final dos anos 1990 e início dos 2000, a política criminal atuarial tornou-se a mais forte estratégia de controle da criminalidade, atribuindo *perfis de risco* aos indivíduos de acordo com suas características. O objetivo é gerir de forma eficiente o risco, colocando na prisão determinados segmentos da população, sendo esta a manifestação do punitivismo neoliberal, pautado em dados estatísticos ao serviço da política criminal. O método em questão atraiu a atenção dos setores governamentais, pois estava ligado às ideias de progresso, cientificidade e modernidade, permitindo o desenvolvimento mais eficaz de estratégias de controle social. No entanto, a política criminal atuarial causa um significativo impacto no *custo social*, em consequência da

redefinição da racionalidade do sistema de justiça criminal.¹³ A repressão direcionada a determinados grupos sociais considerados minoritários acaba por levar à estigmatização tornando ainda mais grave o preconceito e restringindo o acesso ao emprego e escola, o que ajudaria na classificação de menor risco, tornando-se uma perpetuação da exclusão social. Por fim, de acordo com o autor, a eficiência de um modelo de política criminal pautada em instrumentos atuariais é insustentável. (HARCOURT, 2007, p. 35)

A seletividade do sistema penal também é objeto da autora Michelle Alexander (2010) que escreveu sobre o encarceramento em massa e o racismo, no contexto recente da história americana. O controle realizado sobre os negros no regime escravocrata e no segregacionismo se perpetua pelo encarceramento em massa da população negra, sendo mais uma forma de controle social sobre esse grupo considerado *indesejável*. A autora utiliza inclusive o termo *Jim Crow* que designa as leis segregacionistas que separavam os negros dos brancos na sociedade estadunidense, se referindo a esse fenômeno de encarceramento como o novo *Jim Crow*. Um ponto de especial atenção é no que se refere ao conjunto de legislações que mantém os indivíduos presos, ainda que não se encontrem mais no sistema penitenciário. Isso porque há uma série de acessos a serviços e direitos, como direito ao voto, à habitação, assistência social, programas públicos de apoio, e etc, que são negados aos egressos prisionais, funcionando como uma etiqueta perpétua que designa a pessoa como criminosa.

Além disso, considerando o que já foi citado com relação ao tipo do crime cometido, a autora destaca que “a guerra às drogas é na verdade uma guerra racial”. (ALEXANDER, 2017, p. 170) A repressão ao tráfico de drogas tem como alvos, majoritariamente, negros e latinos, sendo o bairro negro o maior foco dos policiais e agentes de segurança, recaindo a repressão sobre um grupo específico. Esse processo acaba representando a transformação do racismo, que era explícito e se materializa na política segregacionista, criando barreiras físicas e notadas a olho nu, enquanto agora essas barreiras são subjetivas, demonstrando uma nova instrumentalização do racismo, que é

¹³ A análise da obra de Harcourt no que tange à política criminal atuarial foi realizada por Dieter (2012) de forma a dialogar com o autor contemporâneo internacional sendo de grande importância para as observações pretendidas neste estudo.

sua prática implícita. De acordo com a autora, os próprios negros não percebem essa política de encarceramento em massa como um instrumento de racismo, pois sua forma velada e implícita não causa essa percepção em uma primeira análise. É imprescindível traçarmos um paralelo com a realidade brasileira, dadas as inúmeras similaridades, o que faremos no item 2 deste capítulo. Notadamente o perfil dos presos influencia aqueles indivíduos que terão consigo uma *etiqueta perpétua*¹⁴, tendo seus direitos e acessos negados e suas trajetórias marcadas como egressos desse sistema que pune por um tempo maior do que o de condenação efetivamente.

Encerrando esse levantamento bibliográfico dos autores internacionais que serão relevantes para as análises realizadas a seguir cito Thomas Lemke (2012) que revisita as obras de Foucault, realizando observações de modo a iluminar pontos que merecem detalhamento na obra do autor francês. O conceito de governamentalidade e as relações das teorias elaboradas por Foucault com o neoliberalismo são apontamentos do autor alemão que ensejam discussões atuais e que exploraremos em busca de compreender os diálogos existentes entre diferentes autores. A governamentalidade visitada por Lemke na obra de Foucault consiste no fim das dualidades entre consenso e violência, tecnologias de si e tecnologias de dominação, constituição do sujeito e formação do Estado e, principalmente, diferenciação entre poder e dominação. (LEMKE, 2017) Trata-se da articulação de um “conhecimento político” que se debruça sobre a capacidade de autonomia e autocontrole do indivíduo e como isso se diferencia da dominação política. Ressalta-se que o governo, sob essa ótica, se baseia não no governo estatal, mas no governo de si, nas decisões sobre suas ações, governar-se, evitando-se com isso possíveis confusões. “O ponto de contato do modo como os indivíduos são manipulados e conhecidos por outros encontra-se ligado ao modo como se conduzem e se conhecem a si próprios. Pode chamar-se isto de governo.” (FOUCAULT, 1993, p. 208-209)

¹⁴ Referência ao termo cunhado por Carnelutti, conforme citado a seguir. (CARNELUTTI, 2009, p.114). Além disso, essa percepção se deu em campo, com os egressos prisionais, quando questionavam “Eu vou ser punido por isso até quando?” após terem cumprido suas penas e ainda assim sentirem que são punidos diariamente, o que será melhor explorado quando adentrarmos a pesquisa de campo.

Ressalta-se a abordagem sobre poder e dominação, pois na abordagem foucaultiana o poder não necessariamente tem como consequência a restrição de liberdade, pelo contrário, o poder pode significar empoderamento e responsabilização que permite aos indivíduos escolhas livres tendo o governo sobre sua vida. A dominação é uma forma de relação de poder assimétrica que se caracteriza por ser hierárquica, estável, difícil de ser revertida havendo pouco espaço de manobra para as pessoas subordinadas, pois estas têm sua liberdade restringida - o termo *dominação* é o que normalmente chamamos de poder. (LEMKE, 2017, 199) Associado a esses pensamentos, observam-se as teorias foucaultianas e suas relações com o neoliberalismo, que podem ensejar críticas às práticas neoliberais que se manifestam através da ideologia, da realidade político-econômica e do “anti-humanismo prático”. As associações da obra foucaultiana com o neoliberalismo serão aprofundadas no Capítulo V.

Retomo um autor dos anos 1950 para encerrar este item sobre autores internacionais, pois especificamente sobre os indivíduos que cumprem pena de prisão, sob a perspectiva do processo penal em 1957, Francisco Carnelutti, renomado jurista italiano publicou o livro “As Misérias do Processo Penal” (2009). Nele, o autor trouxe diversas análises sobre o processo penal vigente na Itália entre os anos 1900 e 1950, visando garantir o devido processo legal e as igualdades de direitos entre acusação e defesa. Em uma passagem aborda a questão do egresso prisional, daquele que já teve sua pena devidamente cumprida e ressalta que a pena ao indivíduo condenado é *infinita*, conforme expõe neste excerto:

A crueldade está em pensar que, tal como foi, deve continuar sendo. A sociedade crava em cada um o seu passado. (...) as pessoas creem que o processo penal termina com a condenação, e não é verdade; as pessoas creem que a pena termina com a saída do cárcere, e não é verdade; as pessoas creem que o ergástulo é a única pena perpétua e não é verdade. A pena, se não propriamente sempre, em nove de cada dez

casos não termina nunca. Quem pecou está perdido. Cristo perdoa, mas os homens não. (CARNELUTTI, 2009, p.114).

A partir dessa citação vemos que tanto pensadores da área jurídica, quanto das ciências sociais encontram dificuldades para se precisar o momento de extinção da pena. Há uma determinação expressa em lei, porém sabe-se que são muitas as consequências da prisão na vida de um indivíduo, que acabam perpetuando as marcas do cárcere. A experiência prisional, considerando-se os estudos internacionais sobre prisões que norteiam a produção brasileira, é fundamental para se compreender o contexto em que se encontra o egresso e quais os impactos dessa marca em sua trajetória.

É importante ressaltar que nem todos os egressos prisionais são considerados *bandidos* para sempre, principalmente aqueles que pertencem às classes mais favorecidas de nosso país. Existem pessoas que já estiveram encarceradas e que hoje desfrutam de um convívio social muito semelhante ao que tinham antes de entrar na prisão. No entanto, a realidade da grande massa de egressos prisionais e, principalmente, dos egressos atendidos pelas ONGs que serão objeto deste estudo, é formada por indivíduos pobres, em grande parte negros e que não conseguem oportunidades no mercado de trabalho devido à sua experiência prisional. A marca permanente em suas subjetividades me atraiu a atenção, pois ouvi dos egressos de forma recorrente durante a minha imersão em campo a indagação “Eu vou ser punido por isso até quando?”.

2. A Prisão no Brasil

A partir dos anos 1970 os estudiosos das ciências sociais brasileiras passaram a se debruçar sobre o tema das prisões, sendo que a produção acadêmica específica sobre esse assunto ganhou força a partir da década de 80 e 90 e se consolidou nos anos 2000. Até então os estudos sobre a prisão recebiam maior enfoque da área jurídica (SALLA, 2006, p.107). A produção

acadêmica sobre prisões, crimes, violência e administração de conflitos no Brasil busca compreender as peculiaridades de uma sociedade desigual, violenta e com um Estado democrático recente.

As análises de Sérgio Adorno abordam desde os principais problemas do sistema penitenciário, até questionamentos sobre o sistema de justiça e os indicadores de reincidência criminal (1989, 1991, 1994, 2002). O sistema de justiça e as penitenciárias funcionam como um funil, decorrente do desequilíbrio entre o montante de pessoas potencialmente encarceradas e aquelas que efetivamente se encontram dentro dos estabelecimentos prisionais, pois se todos os que deveriam estar presos de acordo com o judiciário realmente estivessem, o sistema teria implodido. Esse funil permite, de certa forma, que a superpopulação carcerária se mantenha em limites “suportáveis”, pois além de gerar questões tributárias já que manter um indivíduo preso tem um custo para o Estado, também é responsável por fracassar no controle da criminalidade. (ADORNO, 1994, p.314-316) No âmbito da reincidência, que se aplica mais especificamente ao tema abordado neste trabalho, o autor nota que há um ciclo baseado na seletividade dos indivíduos indiciados, réus e condenados, pautado na estigmatização. Adorno foi pioneiro em abordar a questão dos egressos prisionais, falando sobre os serviços de assistência social em São Paulo na década de 80 e suas recorrentes falhas. O autor realiza apontamentos específicos como “os baixos salários, o regime e as condições adversas de trabalho, a ausência de tempo e de disponibilidade dos recursos para cursos de reciclagem e de atualização técnica” pouco abordados ainda na época (ADORNO, 1991, p.75).

Em 1989 Adorno publicou juntamente com Eliana Bordini um estudo intitulado “Reincidência e reincidentes penitenciários em São Paulo: 1974-1985”, neste texto analisam o fenômeno da reincidência criminal, apontando que o próprio conceito de reincidência sofre variações e, por essa razão, não são possíveis dados seguros sobre o tema, não havendo um entendimento científico unívoco sobre essas taxas (Adorno e Bordini, 1989, p.70). Sobre este assunto, o CNJ em parceria com IPEA lançou um Relatório

de Pesquisa sobre a Reincidência Criminal no Brasil¹⁵, neste documento consta inclusive os quatro tipos de reincidência conhecidos, conforme aponta Julião (2009), a reincidência genérica, a legal, a criminal e a penitenciária, ficando evidente essa ausência de precisão metodológica em muitos estudos sobre o tema. De acordo com o relatório citado, não temos um dado confiável nacional suficientemente abrangente que nos permita afirmar uma taxa exata.

Também pioneiro, Fernando Salla (2006) desenvolveu suas pesquisas nas penitenciárias do estado de São Paulo, analisando principalmente o contexto e a transformação histórica das práticas punitivas no Brasil no período compreendido entre 1822 a 1940. Destaca-se que o atual Código Penal brasileiro foi promulgado nos anos 1940, logo a legislação vigente era outra no período estudado. Desde a Casa de Correção¹⁶, o autor constatou que os presos viviam em situações precárias, passando por constantes violações dos direitos humanos. A partir dos anos 1990 e 2000 houve notável organização das facções criminosas, um número crescente de pessoas encarceradas, aliado à baixa qualificação profissional dos agentes penitenciários e à pouca oferta de profissionais da educação, saúde e assistência social dentro das prisões (SALLA, 2003, p.427). As contribuições de Salla para os estudos sobre prisão no Brasil, principalmente no contexto de São Paulo, a considerar sua abordagem histórico-sociológica, são significativas, servindo como base para todos os autores seguintes a ele.

No que se refere ao diálogo nacional com autores estrangeiros sobre o assunto da estigmatização e, principalmente, o olhar do sistema de segurança pública dirigido a grupos sociais específicos, há que se citar Michel Misse (1999). O autor cunhou a expressão "sujeição criminal", segundo a qual o imaginário construído socialmente na população leva determinados grupos sociais a serem alvos das políticas de segurança pública. Isso significa que alguns grupos sociais são tidos como principais suspeitos de ações

¹⁵ Relatório de 2015. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2011/02/716becd8421643340f61dfa8677e1538.pdf>. Acesso em dezembro de 2019.

¹⁶ A Casa de Correção de São Paulo é um marco no panorama prisional brasileiro, fundada em 1852, pretendia regenerar os condenados, no entanto, foi marcada por castigos arbitrários, revoltas e suicídios. A partir dessa instituição foi realizado um controle social estratégico, havendo dentro dela inclusive órfãos, pessoas endividadadas, vadios e desocupados, funcionando como importante instrumento de controle social. (Salla, 1999, p.92)

criminosas, o que acaba influenciando na prática daqueles que têm a função de controlar o crime como policiais, agentes de segurança e etc. A sujeição criminal é atribuir determinado crime a tipos sociais específicos antes que esses crimes ocorram, é uma acusação prévia que acaba por anular a agência do assujeitado na condição de criminoso. Esse fenômeno ainda implica na incorporação pelo próprio sujeito das expectativas negativas que recaem sobre ele, principalmente no que se refere à categoria *bandido*, passando o indivíduo estigmatizado a acreditar naquilo que lhe é inculcado pelo imaginário coletivo.

O autor ainda analisa que se trata não só de um processo decorrente de interações sociais entre pares, mas também estrutural, presente nas instituições gerenciadas pelo Estado. Misse (2014) diz se tratar de um processo irracional, em que não há agência direta do indivíduo assujeitado, mas uma série de fatores combinados que o levam à percepção dessa expectativa negativa como parte integrante de sua subjetividade. A sociedade entende que alguns indivíduos e grupos têm maior chance de cometer crimes violentos, o que leva a uma seletividade discriminatória, justificando o controle social. Os sujeitos alvo desse processo passam a compreender a si mesmos como potenciais suspeitos, crendo-se indivíduos perigosos, ainda que não tenha havido qualquer conduta criminosa (MISSE, 2014, p.23). Os estudos desse autor serão importantes para tentar compreender como os egressos se percebem na sociedade, se é possível verificar essa internalização do rótulo estigmatizante.

No que tange à priorização de determinados grupos sociais como alvos do sistema de justiça brasileiro, o GEVAC da UFSCar (Grupo de Estudos da Violência e Administração de Conflitos da Universidade Federal de São Carlos) apresenta conteúdos que valem ser destacados visto que analisam o encarceramento em massa como sendo seletivo, dialogando também com autores internacionais como Alexander (2010). Nos últimos anos em nosso país, as penas privativas de liberdade foram utilizadas majoritariamente para crimes patrimoniais e de tráfico de drogas, tendo como alvo uma camada específica da população. Tal fato gerou um crescimento vertiginoso do sistema prisional e exponencialmente o crescimento de indivíduos privados de liberdade, resultando no processo de encarceramento em massa

experenciado por grupos específicos da população. (SINHORETTO, SILVESTRE, MELLO, 2013, p.89).

Quando dizemos que o encarceramento teve um crescimento vertiginoso é fundamentado no fato de que entre 2005 e 2013 houve um aumento de 81% de pessoas encarceradas no Brasil e quando se fala na seletividade desse sistema, é em decorrência dos presos serem majoritariamente homens, jovens, negros, com ensino fundamental incompleto e acusados de crimes patrimoniais. (SINHORETTO, SILVESTRE, SCHLITTLER, 2015) No período em análise, nota-se que o número de negros encarcerados sempre superou o de brancos, sendo que nesses 8 anos em questão o número de brancos encarcerados cresceu 182%, enquanto o de negros aumentou 234%. No ano de 2012, o número de jovens chegava a ser 2,5 vezes maior do que o de não jovens. No que se relaciona ao tipo de crime cometido, entre 2008 e 2012 os crimes patrimoniais eram responsáveis por quase 50% das prisões realizadas ao longo desses 4 anos, enquanto os crimes de drogas representavam 20% e os crimes contra a pessoa menos de 12%. O recorte do estudo se baseia em uma série histórica de alguns poucos anos, no entanto, sabe-se que a precisão desse diagnóstico, bem como o cenário que se apresenta atualmente corroboram nesse mesmo sentido, sendo que ainda hoje as características da população carcerária são muito semelhantes ao apresentado, como veremos no Capítulo II.

No Brasil, após a promulgação da LEP que implementou as ideais do Estado de bem-estar social ao sistema penitenciário - não se caracterizando na prática exatamente em nosso país, mas sim no discurso - tendo o preso como sujeito de direitos, os ideais de ressocialização, humanização e regeneração do indivíduo também começaram a ser manifestados. O sistema penal, que consiste no *controle social punitivo institucionalizado*, é composto por quatro outros sistemas, sendo eles o legislativo, o policial, o judiciário e o de execução penal. (CHIES, 2013, p. 30) Além disso, o ambiente prisional também sofre a pressão de grupos externos, como familiares, instituições religiosas, ONGs, associações e etc, somando-se ao ambiente interno que também é diverso, formado por presos, agentes, técnicos, agentes de saúde. Todos os fatores que influenciam o sistema devem ser observados para não

haver uma análise simplista, excluindo-se toda a complexidade envolvida no sistema carcerário brasileiro.

As observações tecidas sobre as “filosofias re” por Zaffaroni, conforme já explanado, dialogam diretamente com as críticas realizadas por Bogo Chies (2013), pois para o autor as prisões são por si antissociais, não favorecendo situações de sociabilidade. A questão penitenciária se debruça sobre paradoxos e contradições que envolvem a prática e os discursos realizados pelos Estados modernos no que tange à punição pela pena privativa de liberdade. Trata-se de uma questão que se complexifica ao longo do tempo, pois enquanto as condições de encarceramento se tornam cada vez mais precárias devido à superpopulação prisional, vemos uma crescente de normas e diretrizes políticas que propaga mais promessas de direitos sociais aos presos, ao menos no discurso, havendo um descompasso entre a teoria e a realidade carcerária. No que se relaciona à situação do encarceramento no Brasil, de acordo com o autor, no momento não é possível observar uma transformação que suscite um caminho melhor. Conforme ressalta no que tange à sociabilidade na prisão:

A prisão é uma instituição antissocial, deturpa qualquer possibilidade de reprodução de condições mínimas de sociabilidade saudável, motivo pelo qual é muito difícil se realizar análises que, ao final, concluam por uma solução de seus paradoxos. Nenhuma conclusão será pelo melhor, mas sim pela maior possibilidade de redução de danos ou por sua abolição (CHIES, 2013, p. 33)

Dessa forma, nota-se que a exclusão social causada pela prisão não só não favorece a sociabilidade saudável do indivíduo como também gera revolta e, por vezes, perpetua a incidência de condutas delitivas. O ciclo de reentradas na prisão precisa ser cessado, a *porta giratória*¹⁷ precisa ter seu movimento interrompido. Ademais, constatando-se que a prisão é por si

¹⁷ Trata-se de uma categoria analítica, o termo se refere aos altos índices de reentrada prisional, é uma tradução livre que Vivian Calderoni fez da obra de Kelsey Kauffman. (KAUFFMAN apud CALDERONI, 2013, p.41)

antissocial, vem o questionamento se seria esse o modelo ideal para *ressocializar* ou então preparar o indivíduo para um *melhor convívio*¹⁸ em sociedade. O afastamento do convívio social traz consequências que serão apresentadas quando trouxer as interações com os egressos e seus depoimentos, demonstrando que o modelo da instituição prisão desencadeia o efeito oposto ao qual, a princípio, deveria servir.

Além disso, o termo *ressocialização* é repleto de críticas, uma delas é o fato de que o indivíduo está constantemente socializado, a sociedade fora da prisão não é a única socialização possível, Simon (1992) já argumentava nesse sentido. Dentro do cárcere existe uma socialização repleta de peculiaridades, para além disso, a prisão não é compreendida como uma instituição fechada, havendo fluxos constantes de entrada e saída. Godoi (2015) autor da obra “Fluxos em Cadeia: As prisões em São Paulo na virada dos tempos” também traz contribuições vendo a administração das prisões como um agenciamento de sujeitos, incluindo objetos que ultrapassam os limites físicos da prisão. A entrada, principalmente de mulheres, nas prisões masculinas são fundamentais para o fluxo de informações, mercadorias, possíveis auxílios e alinhamentos sobre a situação processual do preso visando torná-la mais célere, perpassando dentro e fora do estabelecimento prisional. (GODOI, 2015) O que se pretende não é exatamente a compreensão profunda desses processos de visitas que envolve diversas questões e análises possíveis, mas a compreensão do preso não como um indivíduo isolado, apartado da sociedade, pelo contrário, a prisão mostra-se porosa por diversos aspectos, sejam as visitas, os agentes, os presos que retornam ou mesmo os contatos proporcionados através de meios de comunicação. O entendimento dos fluxos que compreendem o dentro e o fora da prisão é importante para olharmos o egresso prisional enquanto um indivíduo que estava integrado nesses fluxos enquanto preso e não uma visão errônea de um indivíduo completamente isolado sem contato algum com o mundo exterior.

Tendo em vista as teorias sobre prisão e punição, pretende-se neste momento se aproximar dos egressos prisionais que são o grupo em análise

¹⁸ Os termos são utilizados na perspectiva de categoria nativa, por isso estão destacados em itálico.

neste trabalho. A partir da prisionização e posterior desencarceramento surge um grupo de indivíduos que se encontram em liberdade perante a lei, porém enfrentam questões subjetivas e objetivas em suas trajetórias, em decorrência da *passagem*¹⁹ pelo estabelecimento prisional. Os estudos sobre prisão são fundamentais para melhor compreensão do indivíduo egresso, pois a partir dessa experiência é que pode-se denominar um grupo que teve vivências individuais mas também coletivas dentro do mesmo modelo de instituição: a prisão.

¹⁹ Categoria nativa comumente utilizada tanto por policiais e operadores do Direito, quanto pelos indivíduos presos. A expressão mais recorrente em campo, no entanto, é “tirar uns dias” para se referir ao período em que estiveram presos.

Capítulo II - O Pós-Prisão

O período em que se passa atrás das grades e muros de uma prisão deixa marcas por longos períodos, seja em aspectos físicos com relação à postura, à possíveis cicatrizes, como também na subjetividade do indivíduo. As lembranças, vivências, relações estabelecidas, hábitos e cicatrizes internas são relatadas por todos que já passaram pela experiência prisional. Trata-se, especialmente no Brasil, de condições desumanas de aprisionamento com espaços superlotados, falta de infraestrutura básica, por vezes com racionamento de água, comida estragada, relações hierárquicas que se regem por regras próprias, são inúmeras as peculiaridades observadas dentro do sistema prisional. Neste capítulo a intenção é analisarmos o pós-prisão, ou seja, o momento após a prisão, em que os indivíduos retornam à sociedade²⁰ e irão buscar *restabelecer* seus laços sociais, afetivos, suas fontes de renda e, em alguns casos, buscar ajuda nesse processo.

No pós-prisão é que podemos falar efetivamente dos egressos prisionais, sejam eles condenados com sentença transitada em julgado que já cumpriram suas penas em regime fechado e continuam cumprindo em regime aberto ou aqueles que já finalizaram a pena integralmente, os presos provisórios que foram absolvidos ou que conseguiram aguardar o julgamento em liberdade, os que cumprem liberdade condicional, os detidos provisoriamente em cadeias públicas ou mesmo aqueles que foram absolvidos mas que um dia já estiveram presos.²¹ Para o entendimento deste

²⁰ Aqui é importante destacar que não se entende a prisão como completamente apartada da sociedade, como já exposto no capítulo I, o estabelecimento prisional tem barreiras porosas, repleta de fluxos que permeiam o dentro e o fora do estabelecimento.

²¹ Se o indivíduo já tem a sentença com trânsito em julgado e foi condenado, ele não tem mais possibilidade de recorrer, tendo sido condenado em definitivo pela justiça criminal. Os presos provisórios são aqueles que estão aguardando julgamento, ou seja, ainda não foram absolvidos, nem condenados, estão apenas esperando - somam cerca de 33% da população prisional no Brasil hoje. Os que estão em liberdade condicional, cumpriram parte da pena em regime fechado, mas como atenderam a determinadas exigências tiveram a oportunidade de cumprir o restante da pena em liberdade. Os que já finalizaram o cumprimento da pena podem ser tanto os que estão em regime aberto, a grande maioria, ou aqueles que já encerraram totalmente o cumprimento da pena. Os que foram inocentados mas que um dia já estiveram presos, são os presos provisórios que após aguardarem pelo julgamento foram absolvidos.

trabalho e também para as ONGs em que foi realizado o estudo de campo da pesquisa, os egressos são todos aqueles que já tiveram alguma experiência prisional, dentre os atendidos pelas ONGs havia pessoas que ficaram 1 semana e outras que ficaram mais de 30 anos na prisão.

A Lei de Execuções Penais, no entanto, dispõe o seguinte à respeito dos egressos prisionais:

Art. 26. Considera-se egresso para os efeitos desta Lei: I - o liberado definitivo, pelo prazo de 1 (um) ano a contar da saída do estabelecimento; II - o liberado condicional, durante o período de prova. (Lei 7.210 de 1984)

Desta forma, de acordo com a legislação brasileira, o egresso é aquele que cumpre liberdade condicional ou o liberado definitivo após 1 ano da sua saída do estabelecimento. Veremos, no entanto, que essa definição legal sofre críticas e discordâncias por parte das ONGs e também de estudiosos sobre o tema.

A proposta desse capítulo é compreender a bibliografia nacional sobre os egressos prisionais, as consequências da experiência prisional na vida desses indivíduos e também as políticas públicas voltadas ao egresso na cidade de São Paulo.

1. Os egressos na literatura nacional

Os estudos sobre egressos prisionais são recentes e a produção acadêmica é crescente em nosso país, alguns estudos são considerados os pioneiros como o de Adorno (1991) que em suas análises sobre reincidência penitenciária observou as problemáticas envolvendo os serviços de assistência social em São Paulo na década de 80 voltados a entender os egressos. Posteriormente, o assunto veio a ser foco de uma pesquisa coordenada por Espinoza em 2004, ligada ao Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente (ILANUD), em que foi realizado um levantamento dos programas de

atendimento ao egresso em esfera nacional, em especial observando esse cenário no estado de São Paulo. Um dos pontos levantados por essa pesquisa foi o fato de que os programas de atenção ao egresso deveriam ter foco na *reintegração social plena*²² desses indivíduos objetivando, principalmente, a geração de trabalho e renda. Além disso, a pesquisa também apontou a participação da família nos programas de apoio para garantir uma reinserção plena. Os programas voltados aos egressos deveriam atuar em uma rede articulada com outros programas sociais de atenção às populações vulneráveis, somando esforços e melhorando a efetividade dessas ações. Nesse sentido, o estudo coordenado por Olga Espinoza (2004) traz a seguinte reflexão:

Ao contrário do que se possa imaginar, o objetivo de um programa de atendimento à população egressa não deve ser simplesmente evitar a reincidência – ainda que evitá-la seja, sem dúvida, uma meta a ser perseguida. Um programa de atendimento a egressos deve ir além, buscando a promoção plena da reintegração social do ex-presidiário. (ESPINOZA, 2004, p. 103)

Dessa forma, o binômio reintegração e reincidência, que veremos a seguir com Melo (2012) havia sido pautado nesse levantamento e já se notava a importância de programas com maior abrangência, não apenas focados em evitar a reincidência. O objetivo dos programas na reintegração iria auxiliar na redução dos números de reincidência, havendo uma abordagem mais ampla e complexa, menos simplista, entendendo o indivíduo em suas subjetividades e multiplicidades de fatores determinantes para o cometimento ou não de novos crimes.

Ainda sobre os estudos pioneiros que se debruçaram sobre o tema dos egressos no Brasil, Alessandra Teixeira (2006) observou que mesmo após a LEP não havia uma política nacional de atendimento aos egressos do sistema prisional que envolvesse os poderes federal, estaduais e municipais, existiam

²² Trata-se de categoria nativa se referindo à forma como os juristas costumam chamar a reintegração do egresso prisional na sociedade.

apenas algumas iniciativas dispersas pelo país atuando de forma isolada. Nos artigos 78 e 79 da LEP (1984) que dispõem sobre Patronatos Públicos postulando suas funções e atuações, consta que estes devem dar assistência aos albergados e egressos, cabendo aos conselhos penitenciários supervisionar essas atuações e estimular os estados a criarem programas de atenção ao egresso. Iremos aprofundar nisso no tópico sobre as políticas públicas, ainda neste capítulo.

A autora ainda aborda a implementação tardia do modelo de bem-estar social na legislação brasileira, os ideais ressocializadores e humanizadores da prisão tiveram pouquíssima eficácia no sistema criminal nacional, provavelmente pois quando instituídos em nossa legislação já se encontravam em declínio há mais de uma década nos países europeus e nos Estados Unidos. (TEIXEIRA, 2006) Conforme abordado no capítulo I, esse modelo humanizador das prisões não chegou a ser efetivamente implementado em nosso sistema, ocorreram leves brumas dessas ideias em solo nacional, mas ações práticas não foram implementadas nem no sistema prisional, nem nos programas de atendimento aos egressos.

A existência de programas de atendimento ao egresso provenientes de iniciativas da sociedade civil, de organizações do terceiro setor ou de instituições religiosas, de acordo com Bruno Teixeira (2007) atesta a ineficiência estatal de reintegrar e *ressocializar* o indivíduo. A categoria “egresso”, de acordo com o autor, é decorrente da estigmatização realizada pelo próprio sistema prisional e a existência dos programas de atendimento ao egresso reforça a prática adotada nas prisões evidenciando que o estabelecimento prisional não atua de forma a *ressocializar* o indivíduo, pois se assim fosse, esses programas não seriam necessários. A respeito dos ideais *ressocializadores* o autor diz que “está na hora de se admitir que a pena de prisão serve para castigar e que a tão proclamada *ressocialização* do infrator não passa de uma impostura, ou, de propaganda enganosa de um sistema de justiça criminal que foi idealizado para punir o pobre, nada mais do que isso.” (TEIXEIRA, 2007, p.23)

Embora haja uma real preocupação dos profissionais que atuam nos programas em reinserir efetivamente o indivíduo na sociedade, Teixeira (2007) entende estes programas como formas de controle social, em que as

classes dominantes utilizam dessa estratégia para manter o *status quo*. Não se trataria então de *instrumentalização de direitos*, mas de formas de monitoramento desses indivíduos depois da passagem pela prisão. Ademais, o autor aponta a defasagem entre o número de pessoas atendidas por esses programas e o número de egressos do sistema prisional, que é crescente. Além disso, ainda sobre os programas o autor aponta se tratar de demagogia, já que estes atendem as demandas de alguns poucos egressos, havendo “um valor mais simbólico do que real, ao mesmo tempo em que se constitui em um argumento ideológico para validar o sistema penitenciário, no sentido de que este funciona perfeitamente, quem devem ser corrigidos são os sujeitos.” (TEIXEIRA, 2007, p. 119)

No ano seguinte, 2008, Madeira publicou sua tese que realizou um levantamento amplo dos programas de atenção ao egresso prisional espalhados pelo Brasil e é considerado um dos trabalhos nacionais mais abrangentes sobre o tema. A pesquisa inclui o mapeamento desde políticas públicas até projetos da sociedade civil, a partir dos anos 90, quando essas iniciativas começaram a surgir, visando compreender os desdobramentos desses programas na vida dos egressos. A autora tem um viés foucaultiano, escrevendo sobre os impactos do aprisionamento, disciplinamento e prisionização, utilizando conceitos como capital social, econômico e cultural, explorados por Bourdieu nos anos 1980, para compreender aspectos das trajetórias desses egressos. De acordo com suas conclusões, “o trabalho aparece como principal elemento de reinserção e inclusão social para todos os programas” (MADEIRA, 2008, p.331), no entanto, ainda existem entraves como a capacidade de atendimento desses projetos, o que acaba limitando a atuação. Há ainda o fato de ser um público não qualificado, que acaba por conseguir empregos temporários, e findado o apoio do projeto, passam para “trabalhos precarizados e informais” (MADEIRA, 2008, p.331). Destaca-se que os programas estudados pela autora apoiam a categoria egressos tendo como definição desse público a estrita letra da lei, diferente do que se propõem a fazer esta pesquisa, visto que as ONGs abordadas consideram egresso todo e qualquer indivíduo com experiência prisional, não seguindo o texto legal. Ainda que haja essa diferenciação com relação a quem é considerado egresso, os pontos destacados pela autora serão fundamentais

quando analisarmos as ONGs que desenvolvem esses projetos de apoio ao egresso prisional em São Paulo.

A abordagem utilizada por Madeira (2008) é uma grande referência, pois a autora realizou entrevistas com as pessoas atendidas pelos programas, visando observar padrões nos perfis desses indivíduos e buscando entender a visão que elas têm sobre os programas que participaram. A autora relata um processo de *conversão*, visto que os egressos que chegam aos programas já passaram por essa *troca de valores*, deixando expectativas vinculadas ao *mundo do crime* e visando novos caminhos, esse apontamento da autora tem forte relação com os discursos utilizados pelas ONGs. A busca por esses programas é imbuída por esperança dos egressos em *mudar de vida*:

Se a chegada aos programas de apoio dá-se, justamente, em função dessa esperança, a passagem pelos programas resulta em ganhos e frustrações. Os programas não conseguem atender todas as demandas, há limites em sua atuação: nem todos conseguem acesso a trabalho, nem todos obtêm qualificação, no entanto, através dos programas os egressos conseguem acesso à cidadania formal, a assistências, como alimentação, roupa e transporte. Apesar de tudo, os programas apresentam-se como o espaço destinado a eles, como o local de sociabilidade e as redes formadas a partir desta inserção serão fundamentais para a manutenção longe do crime e a ampliação das pequenas chances. Como já salientado, há construção de visibilidade para um universo excluído e invisível. (MADEIRA, 2008, p.333)

A insuficiência dos programas é relatada em praticamente todos os estudos e também em campo pelos operadores, a falta de recursos e de

credibilidade do público, assim como a dificuldade em conseguir a inclusão no mercado de trabalho - que é a maior demanda dos egressos - são alguns dos fatores que dificultam a criação e expansão dos programas. O número ainda baixo de egressos atendidos, que configura essa insuficiência apresentada, não significa que os programas não sejam benéficos, pelo contrário, as redes de sociabilidade que permitem uma ampliação nas interações sociais desses indivíduos é muito importante, pois auxilia no processo de reintegração à sociedade.

Quanto às trajetórias pós-prisionais a autora relata que o trabalho desenvolve papel central visto que a entrada no mundo do crime é, segundo a autora, “fruto de um abandono do ideal de trabalho, em função de uma vida mais fácil, de maior lucro e satisfação mais imediata, e que, para seu azar, deu errado.” (MADEIRA, 2008, p. 324) Nesse sentido, desde a entrada no mundo do crime o trabalho já desenvolve um papel central, sendo também considerado o período na prisão em que alguns trabalham ou gostariam de trabalhar, mas não há vagas. O trabalho ainda persiste tendo papel importante no momento de saída da prisão, pois “para a manutenção longe das grades, precisam trabalhar; para se reinserir, precisam trabalhar; para se sentirem cidadãos, precisam trabalhar”. A leitura realizada pela autora do papel do trabalho na vida desses indivíduos é relevante para compreensão das trajetórias e das motivações que muitas vezes levam os egressos a procurarem essas iniciativas que é a (re)inserção no mercado de trabalho formal.

Melo (2012) traz contribuições relevantes a respeito do binômio em que Madeira (2008) e Espinoza (2004) se debruçam, que consiste na dualidade entre reintegração e reincidência. No que se relaciona ao mercado de trabalho, o autor aponta que na pesquisa de Madeira “o trabalho ocupa centralidade no processo de “reintegração social”, de modo que a ausência de trabalho, ou de oportunidade de vir a trabalhar, acaba por “conduzir ao crime”” (MELO, 2012, p. 177). A crítica realizada se baseia nesse maniqueísmo que se dá entre reincidir no crime ou reintegrar-se socialmente, não se trata de completos opostos, mas de situações mais fluidas e complexas. Sobre a fluidez, o autor ainda aborda os fluxos que permeiam o dentro e o fora do estabelecimento prisional, o que contribui para essa visão

menos estagnada e mais volátil desse campo, tanto do estabelecimento, quanto das trajetórias dos presos. Além disso, o autor aponta que esses fluxos se estabelecem a partir da “constante entrada e saída das mesmas pessoas do sistema prisional, e, por outro (lado), pelo crescimento contínuo deste sistema” (MELO, 2012, p. 171)

Para além dessa abordagem, o autor em sua interlocução com Diego, egresso com quem estabelece diálogo em sua dissertação, observa o momento de saída e posterior retorno pro cárcere desse indivíduo. “Diego não buscou apoio nos órgãos oficiais de atendimento a egressos prisionais. O monitor preso de educação indaga sobre essas organizações “O que iam me oferecer? Uma vaga num cursinho qualquer?” (MELO, 2012, p.146). Após a saída do *sistema*, o egresso opta por cometer um “último assalto” e então partir para uma “nova vida, longe do crime, longe do PCC²³” (MELO, 2012, p.146). No entanto, o egresso foi capturado novamente e retornou ao sistema prisional, ficando apenas alguns poucos dias em liberdade, essa é uma trajetória comum a muitos egressos. No entanto, o autor aponta que esse retorno à prisão não significou um grande impacto negativo na vida de Diego pois “Em termos simbólicos, representa que estar na rua ou na cadeia possui pouca distinção, ao passo que, em termo práticos, é mais fácil para Diego administrar conflitos do cotidiano no interior de um estabelecimento penal.” (MELO, 2012, p. 157) O não retorno do indivíduo à prisão não significa que este conseguiu se reinserir socialmente, tampouco que o tratamento penitenciário foi efetivo e teve seu objetivo alcançado, existem mais fatores que influenciam essas trajetórias.

Na análise que será realizada sobre quem são os egressos atendidos pelas ONGs é importante termos em mente a passagem em que Melo (2012) destaca os *presos de artigo* que são aqueles condenados por crimes sexuais observando que estes presos tem um fluxo menor de visitas e que se mantêm por períodos maiores nos mesmos estabelecimentos prisionais, isso ocorre pois não é toda prisão que aceita condenados por crimes sexuais. Ainda que os indivíduos respondam por outros crimes, os de cunho sexual, no caso de seu interlocutor, o estupro, marca de forma permanente seu perfil criminal.

²³ Primeiro Comando da Capital é uma das maiores organizações criminosas do país, não iremos adentrar suas especificidades.

Esses presos de artigo recebem algumas restrições dentro do próprio sistema prisional, ficando fora de atividades como escolas e oportunidades de trabalho consideradas melhores, o que será observado também nos programas de atendimento ao egresso, conforme veremos no capítulo seguinte.

A reintegração social como objetivo do sistema penitenciário que desde a implementação da LEP incorporou os ideais ressocializadores em nossa legislação e que está, na prática, baseada em uma diversidade de fatores como família, trabalho, religião, políticas públicas, medidas assistenciais, assistência jurídica e psicológica, enfim, uma pluralidade de aspectos que influenciam no retorno ou não à prisão, não podendo ser simplificados em reincidir ou reintegrar-se. As trajetórias de Anderson, Diego e Mário apontam nesse sentido, em especial o primeiro que teoricamente se encontra em uma situação favorável à reintegração, no entanto, a dependência química o faz retornar ao *mundo do crime* (MELO, 2012). Os contrapontos apresentados, o binômio e os fluxos que perpassam a prisão serão importantes fontes de diálogos nos capítulos seguintes, retomaremos essas discussões.

Como já apresentado no Capítulo I, através da análise da obra de Adorno e Bordini (1991), mas também ressaltado por Melo (2012), os indicadores de reincidência criminal não são confiáveis. Objetivando pesquisar programas de apoio ao egresso prisional em Minas Gerais, Rafaelle Souza apresentou a sua dissertação de mestrado, também em 2012, sobre o Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional (PrEsp) e os indicadores de reentrada prisional dos atendidos pelo projeto em 2010. A análise da autora utiliza dados quantitativos, apresentando como resultado uma taxa de 23% de reentrada no sistema penitenciário, composta em especial pelos mais jovens e que apresentavam antecedentes criminais. A autora analisou variáveis como o sexo, sendo 97% dos ingressantes no programa homens, escolaridade, idade, cor da pele e tipo de crime. Sobre a reincidência, 80% das pessoas que retornaram ao cárcere tinham menos do que 30 anos. Na amostragem, 23% retornaram à prisão devido ao crime de roubo, 18% por tráfico e 15% por furto. Conclui-se que a chance de reentrada prisional para homens é duas vezes maior do que para as mulheres, bem

como dobra a chance de ser preso novamente se for menor de 25 anos. Notou-se um aumento do risco de ser preso em 13% para pessoas negras. Dentre outras conclusões quantitativas que são interessantes para o estudo dos egressos prisionais por se tratar de dados que foram colhidas em programas de apoio, analisando pessoas que passaram pelo projeto e que reincidiram ou não, analisando de forma mais quantitativa esse contexto. Além disso, a autora publica um artigo em que debate o “mito da ressocialização” e analisa alguns programas voltados a atender egressos prisionais, observando que esses programas são crescentes a partir da década de 90 e que nascem em decorrência da falência do sistema prisional em efetivamente *ressocializar* os egressos. De acordo com as autoras, os programas não são ineficientes mas pelo fato dos egressos não possuírem “imunidades institucionais” coloca-os em situação de uma vulnerabilidade ainda maior, podendo ser cooptados por grupos criminosos, bem como estarem mais suscetíveis a mecanismos oficiais de controle por serem reincidentes. (SILVEIRA e SOUZA, 2015) No segundo caso, a passagem pela prisão já configura praticamente um atestado de condenação em um possível crime futuro, já que o indivíduo se enquadra na categoria *bandido* perante os órgãos do Estado e da mídia.

Abordando os contrapontos entre o “mundo do trabalho” e o “mundo do crime”, em uma perspectiva antropológica, Izabella Pimenta (2014) desenvolveu sua tese de doutorado etnográfica sobre os processos vividos pelos presos e egressos em uma perspectiva comparada entre Rio de Janeiro/Brasil e Ottawa/Canadá. O estudo aborda os processos de construção institucional desses indivíduos, especialmente em programas de emprego realizados por organizações não-governamentais. Ao analisar projetos criados e mantidos por ONGs, Pimenta (2014) analisa desde o uso desse conceito e nomenclatura até a sua disseminação no Brasil, as parcerias estabelecidas entre ONGs e Estado e a definição de “responsabilidade social” muito associada às organizações do terceiro setor e financiado por empresas privadas. A autora retrata em uma perspectiva histórica o surgimento e fortalecimento das ONGs no Brasil, as primeiras organizações não governamentais surgiram na década de 60 e 70 em solo nacional estando associadas à Igreja Católica e que não se

autodenominavam ONGs. O caráter assistencialista e de filantropia predominavam e se associavam aos valores cristãos de amor ao próximo, sendo estes os valores que conceberam as primeiras organizações. A partir da década de 80 em um período de redemocratização, esses princípios foram sendo substituídos por valores de autonomia social e política dessas organizações, havendo maior ênfase em temas relacionados ao desenvolvimento. Na década seguinte, os fóruns organizados deram ainda mais força e visibilidade a estas iniciativas e a partir da segunda metade da década de 90 começou a surgir “a composição de uma improvável parceria das ONGs com o Estado, o que originalmente denotaria uma espécie de antítese.” (PIMENTA, 2014, p. 206) Além disso, o financiamento promovido pelo setor empresarial passou a interferir nas definições dos papéis sociais das ONGs e em seus acionamentos identitários, em especial no que se refere à “responsabilidade social” que conta com um Estado cada vez menos presente.

De acordo com a autora, essas ONGs passaram a ter como pautas centrais ligadas à cidadania e o emprego é uma delas, a ONG estudada por ela no Rio de Janeiro atua de forma muito semelhante a que veremos mais adiante nessa dissertação, estabelecendo parcerias com empresas privadas e visando empregar a mão de obra de egressos, através disso visando promover a cidadania. “A ideia norteadora do projeto é oferecer emprego e, com isso, viabilizar o acesso à “cidadania”.” (PIMENTA, 2014, p. 207) A representação da carteira assinada como símbolo da cidadania e mais do que isso como identidade de um trabalhador, se opondo à categoria até então acionada de *bandido*. As observações quanto às origens das ONGs e suas formas de atuação são fundamentais para a compreensão da pesquisa de campo realizada, devido principalmente aos pontos de diálogo muito próximos ao trabalho da autora.

No que se refere ao acionamento das identidades, que irá se sobressair na pesquisa de campo, a autora traz a flexibilidade dos acionamentos identitários, dizendo que no caso da ONG Carioca essa flexibilidade era maior, sendo que “os membros da equipe tinham a possibilidade de acionar, de acordo com cada contexto específico, ora a

identidade de “trabalhador”, ora a de “ex-bandido”, dentre outras.” (PIMENTA, 2014, p. 288). Esta análise será base para compreendermos o papel dos trabalhadores das ONGs estudadas em São Paulo, visto que transitam nesse limiar acionando múltiplas identidades. No Canadá, segundo a autora, a ONG visa encaixar o indivíduo em um processo de normalização, tendo inclusive um *check list* de atributos que precisa cumprir para se tornar um egresso passível de ser inserido no mercado de trabalho formal (PIMENTA, 2014). Interessante observar sobre os acionamentos identitários, assunto ao qual dedicaremos um capítulo, que não se trata de conversão do *bandido* em *trabalhador*, o que se observa são múltiplos acionamentos identitários que demonstram a complexidade desse contexto, bem como os “deslocamentos, atravessamentos e ambiguidades” possíveis nos aspectos identitários. (PIMENTA, 2014, p. 287) As identidades acionadas não são fixas, trata-se de possibilidades fluídas e, em alguns casos, complementares, cabendo nesse caso uma análise mais ampla desses fatores e não baseada na dicotomia criminoso x não criminoso.

Sobre os funcionários da ONG, em ambas as organizações de São Paulo aqui estudadas, grande parte do quadro de funcionários é formado por egressos, inclusive os fundadores, semelhante ao que a autora retrata ocorrer em seu campo Rio de Janeiro. No entanto, em sua análise é apresentada uma diferença nessa abordagem pela ONG de Ottawa, lá os funcionários não tem um passado no “mundo do crime”, havendo apenas uma exceção que ela descobriu após longo período trabalhando na ONG, ou seja, eles priorizam esse “silenciamento” e “apagamento” do crime. Enquanto o que foi observado no caso carioca foi o contrário, o fato de os funcionários da organização serem egressos faz com que o “mundo do crime” de certa forma acabe por orientar os processos de encaminhamento dos egressos que estão buscando oportunidades (PIMENTA, 2014, p. 283). Evidenciando o quão permeáveis são essas fronteiras entre os dois mundos, do crime e do trabalho, que acabam se conectando entre os indivíduos que circulam entre ambos. A autora relata que, na ONG canadense, o rompimento com o mundo do crime é obrigatório, no sentido de se deixar para trás tudo aquilo que pertencia ao universo do passado criminal do indivíduo, ensinando os egressos a

assumirem uma nova identidade. Enquanto na ONG carioca há um reforço de que todos naquele ambiente são ex-presidiários, havendo uma construção baseada em saberes profissionais e saberes “da vida”, como coloca a autora, sendo que os saberes dos supervisores desse projeto são decorrentes tanto do “mundo do trabalho” quanto do “mundo do crime”, ou seja, são pessoas que já viveram os dois mundos e, portanto, têm circulação e conhecimento sobre ambos.

Pimenta (2014) traz a discussão sobre a trajetória dos egressos a partir de uma interpretação que entende que estas trajetórias não são “completamente aleatórias ou livres”, elas estão inseridas em um contexto social que envolve relações de poder que buscam enfatizar, alterar ou apagar parte dessas vivências. (PIMENTA, 2014, p. 51) O enfoque apresentado é interessante, pois nos faz lembrar que a trajetória observada é apenas aquela que se permite ser vista, não engloba todos os detalhes e exatamente todo o caminho percorrido por aquela pessoa. A relativização é necessária, visto que estamos olhando apenas para um recorte tentando entender aspectos mais amplos que serão importantes para compreensão dos egressos prisionais. Além disso, os egressos prisionais são um grupo de pessoas tratadas como categoria de análise, no entanto, trata-se de um grupo heterogêneo e que apresenta diversas necessidades. De modo geral, o indivíduo que sai do sistema penitenciário se vê desamparado pelo Estado, muitas vezes pela própria família e sem oportunidades no mercado de trabalho e enfrenta dificuldades para estruturar sua vida, sendo observado pela autora que “quando você sai da cadeia, todas as portas costumam estar fechadas. A única que vai continuar aberta é a porta do crime” (PIMENTA, 2014, p. 14).

A experiência na prisão tem um peso na subjetividade criminal do indivíduo, conforme Pimenta (2014) aponta em seus estudos, a rotulação pela sociedade e a internalização pelo indivíduo acabam incutindo um caráter criminógeno associado a sua personalidade (PIMENTA, 2014). Quando a autora fala desse aspecto ela se refere ao sistema canadense de atribuição de “pontos” aos apenados, como indivíduos que apresentavam alto, médio ou baixo risco. No entanto, é possível fazer um paralelo considerando a

experiência prisional como um grande processo que constrói e atribui identidades ou traços dessa identidade a indivíduos encarcerados. O sistema de pontos apresentado pela autora nos remete à lógica atuarial que se baseia em dados estatísticos para compreender o grau de risco ou de criminalidade de determinados indivíduos, conforme abordado no capítulo I.

Pesquisadora do GEVAC - UFSCar, assim como Melo (2012), Garcia (2019) estudou a trajetória de mulheres egressas do cárcere e aponta que as marcas psíquicas, morais, corporais e sociais vivenciadas por aqueles que já tiveram uma experiência de privação de liberdade, não se desenrola em rupturas quando do momento de desencarceramento, mas sim de continuidades que se transformam e adquirem novos significados. O desafio na *desintitucionalização* do indivíduo não é o cotidiano na prisão, não há um preparo ou qualquer processo desenvolvido nas prisões para o momento em que o indivíduo será posto em liberdade, no entanto, as consequências desse processo de experiência prisional serão observadas por longos períodos. O processo de desencarceramento ou desinstitucionalização conforme abordado pela autora envolve múltiplos fatores, como as “adaptações, estratégias, apoios, trâmites burocráticos, andamentos dos processos, reconstruções afetivas e materiais, tentativas de trabalho” (GARCIA, 2019, p. 10). Além disso, a autora ressalta que esse processo todo tem início ainda dentro da prisão e apresenta desdobramentos do lado de fora, alertando que “a liberdade é tão complexa e punitiva quanto o período das grades” (GARCIA, 2019, p. 75). A afirmação decorre do fato de que é necessário uma readaptação social muito prejudicada por estigmas, incertezas, dificuldade de compreensão dos trâmites burocráticos, reconstrução de famílias e reativação das esferas de sociabilidade. Outro ponto abordado pela autora, assim como por Melo (2012) e Godoi (2015) é a permeabilidade do sistema prisional, observando a presença desses fluxos e dinâmicas.

A partir desta breve revisão bibliográfica apresentando os trabalhos que consideramos mais relevantes para compreender o contexto dos egressos prisionais no Brasil e em São Paulo, podemos partir para a segunda parte deste capítulo que se dedica a estabelecer mais conexões com a pesquisa realizada em campo. A percepção dos egressos prisionais sobre o

momento pós-prisão e, principalmente, sobre suas experiências prisionais, considerando-se as políticas públicas voltadas a atender esse público.

2. Experiência Prisional

A pesquisa de campo desenvolvida para este estudo ocorreu em duas organizações não governamentais sediadas na região metropolitana de São Paulo, no Capítulo III irei abordar de forma mais profunda essas instituições. Porém, não há como falar sobre a experiência na prisão sem falar da minha vivência em campo, pois todos os diálogos que estabeleci tangenciaram a experiência prisional de meus interlocutores.

Nas ONGs em que realizei a pesquisa, os diálogos entre os egressos eram predominantemente sobre as experiências na prisão. Vou explicar mais adiante as metodologias das ONGs, mas adianto que havia momentos de dinâmicas com um “palestrante”²⁴ falando e também os intervalos em que os egressos participantes das dinâmicas conversavam entre si. No intervalo de almoço, que dura aproximadamente 1 hora, 1 hora e 30 minutos, muitos acabam sentando juntos na mesa para comer, nesses momentos, presenciei trocas muito interessantes em que todos compartilhavam vivências do cárcere. Chamou minha atenção o fato de que a grande maioria dos egressos tinham uma necessidade de dividir relatos sobre sua experiência na prisão.²⁵ O que une todos ali é o fato de terem sido encarcerados e todos, sem exceção, comentam como era onde estavam presos. Em qual estabelecimento já passaram e qual foi o último em que estiveram antes de serem soltos, contam o que viveram lá dentro, fazem comparações uns com os outros, falando onde a comida é melhor, por exemplo, e estabelecendo redes próprias de compartilhamento dessa vivência que é individual, mas também é coletiva.

²⁴ O termo utilizado em campo não é palestrante, mas utilizei aqui apenas para ficar mais fácil compreender o modelo das dinâmicas, quando uma pessoa está falando e as demais ouvindo aquela explicação. A categoria nativa é “facilitador”, a forma como eles chamam as pessoas que conduzem as atividades.

²⁵ A necessidade de dividir suas experiências prisionais era tanta que os gestores da ONG começaram a notar isso e adaptaram a metodologia para atender essa demanda. O capítulo III abordará mais a fundo essa questão, mas foi um ponto de atenção até mesmo para os funcionários das ONGs que notaram essa necessidade latente nos participantes dos projetos.

Os processos de subjetivação vividos são muito semelhantes entre os que passam pela prisão e profundos, ficando evidente no meu campo o quanto a prisão ainda é tão presente na vida dos indivíduos desencarcerados. A prisionização ou institucionalização incute certas práticas, saberes, vivências, linguagens, até mesmo olhares - é visível quem *tirou*²⁶ mais ou menos dias, quem tem uma experiência maior ou menor no sistema.

Os conceitos apresentados tanto por Misse (1999), quanto por Pimenta (2014), que comentam sobre a internalização de determinados rótulos pelo próprio indivíduo, passando ele mesmo a se perceber como pertencente a um determinado grupo “criminógeno” ou ao “mundo do crime” podem ser observados em campo em alguns momentos. O fato de terem ficado alguns dias, meses ou anos presos têm um impacto significativo na percepção desses indivíduos sobre si mesmos, mas também envolve a questão estrutural. A sujeição criminal (Misse, 1999) encontra bases estruturais, o que influencia não só como o sistema de justiça olhará para esse egresso prisional, mas também qual a percepção do mercado de trabalho, dos amigos e de toda a sociedade sobre ele. É possível fazer um paralelo considerando a experiência prisional como um grande processo que constrói e atribui identidades ou traços de identidade a indivíduos encarcerados, em especial o estigma que será vivenciado no pós-prisão. Os egressos incutem essas expectativas ligadas ao “mundo do crime” e trazem algumas falas como: “nóis é tudo bandido mesmo, você não tem medo de vir aqui só com bandido?”, “é só isso que eu sei fazer, roubar, a pessoa me vê e já sabe, já atravessa a rua” ou ainda “o meu mundo é esse, é o mundo do crime, nunca vivi em outro mundo”.²⁷

A prisão não só marca os corpos, reprimindo os indivíduos, mas principalmente gera controle social e atinge a subjetividade do encarcerado. A partir do conceito de sujeição criminal vemos que o crime está introjetado no indivíduo, moldando traços de sua personalidade. Não se trata de algo passageiro para a maioria dos egressos, são marcas que se perpetuam para além dos muros da prisão e geram por vezes um sentimento de “eu não sou

²⁶ Tirar uns dias é a expressão comumente utilizada entre eles para se referir ao tempo em que estiverem presos.

²⁷ Frases coletadas em campo no projeto Recomeçar em Agosto de 2019.

bandido mesmo? então é isso, vou continuar fazendo o que sei fazer porque eu sou bandido, pra sociedade eu sou bandido, pro governo eu sou bandido, é isso”.²⁸ Garcia (2019) aponta que as marcas psíquicas, morais, corporais e sociais vivenciadas por aqueles que já tiveram uma experiência de privação de liberdade, não são rupturas do momento de desencarceramento, mas continuidades que se transformam e adquirem novos significados. A *desintitucionalização* é um desafio que se desenrola como consequência desse processo vivido na prisão, dessa experiência prisional que repercutirá na vida do egresso. (GARCIA, 2019, p. 59)

Seria um contraponto analisarmos que Melo (2012) apresenta em sua interlocução com Diego a prisão como um espaço mais favorável para o seu interlocutor administrar sua vida do que o meio externo, no entanto, não foi colhido nenhum relato nesse sentido nas ONGs em que estive. Inclusive, um dos egressos com quem eu conversei que *tirou* mais tempo de cadeia, ficando 23 anos preso, relatou que teria que reaprender *muita coisa*, porque após tantos anos privado de liberdade já não sabia mais como *as coisas* aconteciam aqui fora.

As peculiaridades relativas à experiência prisional foram percebidas em campo com a observação dos diálogos estabelecidos entre os egressos, todos queriam dividir suas histórias, mas mais que isso, queriam também ouvir. A curiosidade pela experiência do outro, talvez até como uma forma de percepção de si próprios e a criação de laços de identificação, construíram laços que se fortaleceram ao longo dos dias de convivência. As sociabilidades estabelecidas entre pessoas que passaram pelas vivências do cárcere eram próprias, repletas de regras sociais e linguagens específicas daquele grupo, marcando que há uma experiência comum para aqueles que já estiveram sob o teto de uma instituição como a prisão.

²⁸ Essa fala foi de um egresso que participou das dinâmicas do projeto Recomeçar, ele não queria estar participando do programa e foi inscrito por sua mãe. Comentou que só foi porque a mãe insistiu muito dizendo que era uma oportunidade dele mudar de vida.

3. Quem são os egressos?

Até aqui falamos que os egressos são aqueles que já tiveram algum tipo de experiência prisional, ficando ainda que por poucos períodos e por razões diversas, privados de liberdade, porém quem são esses egressos? A qual faixa etária, raça, escolaridade esses indivíduos encarcerados pertencem? Ainda há poucos dados sobre egressos prisionais, então analisaremos a partir dos dados sobre presos, olhando para essas pessoas compreendendo que, em dado momento, estes irão deixar as instituições penitenciárias. Nos últimos levantamentos realizados, em 2019, 44,79% dos presos do Brasil tinham entre 18 e 29 anos, ou seja, praticamente metade da massa carcerária é formada por pessoas jovens. No estado de São Paulo 45,77% dos presos são jovens e 46,43% têm filhos.²⁹

Em um levantamento de 2017 analisou-se que proporcionalmente haviam mais negros do que brancos e amarelos na prisão, sendo que o total de negros correspondia a 67% da população carcerária, 14% a mais do que a porcentagem de negros presente na sociedade como um todo.³⁰ Além disso, com relação à escolaridade, analfabetos, sem cursos regulares e pessoas com fundamental incompleto somavam 68% enquanto na população em geral esse número corresponde a 40%. Apenas 1% dos presos possui ensino médio completo, enquanto na sociedade em geral esse número sobe para 28%. Outro dado importante é que a prevalência de HIV entre os presos é 60 vezes maior do que na população brasileira em geral, de 100 mil presos, 1.216 têm HIV. A tuberculose é outra doença que acomete fortemente os encarcerados, sendo um número 38 vezes maior do que na população em

²⁹ Estes dados se referem ao Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias disponível no site do Depen referente ao período de Julho a Dezembro de 2019.

³⁰ Esses dados se baseiam em todo o território nacional, se observarmos a proporção apenas no estado de São Paulo a discrepância da porcentagem de negros presos, para a porcentagem de negros na população em geral, vai para 32,37% a partir de dados de 2010 obtidos no Portal de Estatísticas do estado de São Paulo. Disponível em: <http://produtos.seade.gov.br/produtos/retratosdesp/view/index.php?indId=5&temaId=1&loclId=1000>.

geral.³¹ A partir desses dados é possível traçar um panorama geral de quem é o preso brasileiro e, conseqüentemente, quem é o egresso prisional.

No último Levantamento de Informações Penitenciárias referente ao período de Julho a Dezembro de 2020 notamos um dado extremamente relevante, desde 2001 quando a coleta de dados começou a ser realizada, nunca havia sido constatada uma diminuição da população carcerária brasileira. Em 2020 o montante de presos em território nacional teve um encolhimento de 10,93%, acredita-se que em decorrência da pandemia de Covid-19³². De acordo com os dados observados, nesse período tivemos 456.365 entradas no sistema prisional, em contrapartida, 532.577 saídas, ou seja, pela primeira vez desde que o levantamento é realizado, mais pessoas saíram do que entraram nas prisões brasileiras, tornando assim a população egressa ainda maior. A informação chama atenção e cabe a observação do que ocorrerá nos próximos relatórios, se foi única e exclusivamente uma questão de saúde pública relacionada a esse fato específico do momento atual ou se veremos uma redução dos níveis de encarceramento e aumento dos índices de soltura nos próximos anos.

Para além dos dados, esse trabalho tem como foco a pesquisa de campo que foi realizada na região metropolitana de São Paulo e através da qual tive contato com cerca de 250 egressos. A minha entrada em campo e as relações estabelecidas serão aprofundadas no Capítulo III, mas é fundamental que eu traga neste tópico as minhas experiências. A metodologia de observação participante³³ me permitiu entrar em campo de modo a vivenciar aqueles dias de dinâmicas integralmente. Na maioria das vezes eu apenas observava o que estava sendo dito entre os egressos e quando algum

³¹ Esses dados foram divulgados em 2017, no entanto, se referente ao Infopen de 2014. Estão desatualizados, mas é possível a partir deles ter um panorama geral de quem é o preso no Brasil e o que mais interessa para esse trabalho, quem é o egresso prisional. Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/grafico/2017/01/18/Qual-o-perfil-da-popula%C3%A7%C3%A3o-carcer%C3%A1ria-brasileira>. Acesso em: 10 de Maio de 2020.

³² O objetivo aqui não é observar em profundidade os impactos da pandemia de Covid-19 no Brasil e nas prisões, mas apenas explicar uma possível causa desse encolhimento da população carcerária brasileira.

³³ Observação participante pois eu estive presente em campo, vivendo o cotidiano daqueles indivíduos e tive interações que, inclusive, questionaram minha subjetividade. A observação participante analisada por Becker (1999) consiste na ida a campo do pesquisador visando observar os indivíduos e instituições colocando seu corpo e características pessoais como fatores que podem influenciar a pesquisa, e foi dessa forma que a pesquisa de campo deste trabalho foi realizada.

deles me olhava, meio curioso, tentando entender o que eu fazia ali, eu conversava e estabelecia uma conexão. Alguns queriam saber onde eu “tirei uns dias”³⁴ outros me perguntavam se eu era psicóloga³⁵, em busca de entender o porquê da minha presença. Quando questionada, eu explicava sobre a pesquisa que estava desenvolvendo e a razão de estar ali. Destaco uma frase que se sobressaiu na minha primeira ida a campo, em que um dos egressos, após eu explicar minha pesquisa, me disse:

“Nossa moça! A senhora veio de São Carlos até aqui pra ver a gente? Eu não acredito nisso não. Ninguém aqui presta, vai fazer outra coisa que a senhora vai ganhar muito mais.”³⁶ (Egresso)

Essa fala que destaquei me marcou, pois a percepção que esse egresso tinha sobre si mesmo e sobre o meu trabalho ali era de uma verdadeira perda de tempo, mais uma vez reforçando o discurso de que eles são todos “bandidos”. O “ninguém aqui presta” é relevante e generalizador da categoria “egresso”, porque eu estaria me deslocando 250 quilômetros³⁷ para ver um monte de gente que acabou de sair da cadeia? Na cabeça dele, e creio que dos outros que riram logo após ele falar isso, era uma completa insanidade, pois eles mesmos se viam como pessoas “que não valiam a pena”.

A relação que estabeleci em campo com muitos deles foi de troca, de conversas nos intervalos e de brincadeiras nas dinâmicas em sala de aula. Outros mais fechados vinham perguntar querendo saber mais ou querendo contar suas histórias. Os egressos ficavam ali apenas por 3 dias de duração do curso, depois vinha uma turma com novos egressos, por esse motivo não era possível estabelecer laços fortes e mais profundos, mas o material que

³⁴ Aqui vale destacar o quanto eu ficava surpresa quando questionada sobre isso, pois de alguma forma eles poderiam me ver como pertencente à mesma categoria que eles, como uma egressa, e essa percepção deles possivelmente me dava mais proximidade nas interações.

³⁵ Importante observar que a figura feminina mais presente nas prisões são as psicólogas e assistentes sociais, creio que por isso a minha associação constante como psicóloga.

³⁶ Caderno de campo do dia 28 de agosto de 2019.

³⁷ 250 quilômetros, pois a minha residência é em São Carlos/SP e eu me deslocava para a capital para fazer a pesquisa de campo com os egressos.

consegui coletar com essa rotatividade de egressos foi da maior importância para o desenvolvimento deste trabalho. Em campo, além de uma maioria de indivíduos homens, jovens e negros, eu notei pessoas com sotaques variados e majoritariamente interessados nas dinâmicas. A atenção deles ao conteúdo que era passado no curso e em realizar as atividades propostas era animadora e contagiante. Evidentemente que não eram todos, alguns estavam ali apenas em busca do certificado e ficavam fora da sala ou no celular, mas eram poucos que tinham essa postura.

Importante ressaltar que o estigma é extremamente presente na vida desses indivíduos, no entanto, naquele círculo formado só por egressos não havia essa estigmatização, trata-se de um espaço de confiança, *todo mundo ali é igual*³⁸. Fora desse círculo as marcas da prisão são muito presentes - seja na busca de um emprego, nas relações sociais e afetivas do egresso ou mesmo em sua subjetividade, modo de andar, falar, olhar, ventimentas.

As contribuições do interacionista Erving Goffman (1891) são fundamentais para se compreender o pós-cárcere. Uma das marcas que a experiência prisional deixa no indivíduo é o estigma social, colocando-os como inaptos a uma aceitação social plena, recaindo sobre eles a desconfiança de uma possível reincidência (PIMENTA, 2014). A consciência desse processo é plena para todos eles, todos sabem que precisam se provar, pois sobre eles já recai a “condenação da sociedade”, como eles costumam dizer.

Os egressos prisionais são um grupo heterogêneo mas que desenvolve traços de homogeneidade em suas identidades decorrentes do encarceramento. Soma-se a isso a seletividade da Justiça em nosso país, dando cor, idade e nível de escolaridade aos presos. Uma fala que sintetiza os egressos para mim e que foi dita pelo gestor de uma das ONGs é:

“Ninguém aqui é coitadinho, não tem que ter dó de ninguém, a galera é responsa. Todo mundo aqui é responsável pelo o que fez. Ninguém quer

³⁸ Essa frase é dita de forma recorrente em campo pelos gestores da ONG, visto que eles também são egressos. Irei abordar mais o impacto disso na metodologia da ONG no capítulo III, mas é uma frase muito presente tanto pelos gestores, quanto pelos egressos que costumam repeti-la.

dó. Nós sabe o que nós fizemo, nós só tá buscando um outro caminho, um recomeço”.³⁹

Essa frase sintetiza o que eu vi nos rostos de muitos dos egressos, a postura de assumir os erros que tiveram e olhar dali para frente o que poderia ser feito de diferente. Existem questões de saúde envolvidas muitas vezes, como álcool e drogas, e esse recomeço parte também da vontade de mudar, de sair dessa vida de vícios. Independente dos motivos que os levam a procurar essas ONGs, são pessoas que não se colocam na *posição de vítima*⁴⁰, pelo contrário, falam mesmo o que fizeram de errado, mas o que mais marca nos discursos é que eles querem mudar. Conforme já apontado por Madeira (2008) os egressos que procuram esses programas já passaram por uma “conversão”, ou seja, já estão em busca de viver longe do “mundo do crime” e buscando outras possibilidades de sustento, o que é reforçado pelas ONGs.

A legislação nacional diz sobre o egresso tanto na Lei de Execuções Penais, quanto na Constituição Federal, portanto ele não é desamparado pela lei, existem arranjos normativos visando atender esses indivíduos. No entanto, na prática, não existem programas e serviços que atendam essa demanda, há uma política pública desenhada, mas colocada em prática de forma muito tímida, sem recursos e ineficiente na grande maioria das vezes. Após a saída do sistema prisional, os egressos ficam sem um direcionamento do Estado que possa lhes oferecer orientação, capacitação, vagas de emprego, enfim, uma estrutura estatal que os oriente e os acolha após o período de privação de liberdade. Tendo isso em vista, o próximo tópico será sobre as políticas públicas voltadas ao egresso prisional.

4. As políticas públicas

As políticas públicas que tem como foco o egresso do sistema penitenciário só vieram a ser implementadas no Brasil em meados de 1990,

³⁹ Frase dita pelo gestor de uma das ONGs em uma conversa comigo por videoconferência no início da pandemia de COVID-19, em abril de 2020.

⁴⁰ Trata-se de categoria nativa, não estou aqui analisando o contexto social de cada um para observar os fatores que levaram cada um deles a cometer os crimes que cometeram - se cometeram pois alguns foram apenas presos provisórios - trata-se de expressão colhida em campo. As categorias nativas serão aqui representadas em itálico.

embora estivessem previstas na LEP publicada em 1984. No entanto, a pesquisa de campo nos mostrou que até hoje a implementação dessas políticas é falha em alguns aspectos, oferecendo pouca estrutura de amparo ao egresso prisional. Madeira (2008) faz uma diferenciação em seu trabalho entre as políticas criminais ou políticas penais e as políticas sociais (MADEIRA, 2008, p. 39). As políticas de segurança pública também são uma nomenclatura utilizada referindo-se às atuações e procedimentos específicos deste campo. Além disso, as políticas de segurança visam a garantia desta como bem público, direito fundamental garantido em nossa Constituição Federal de 1988. As políticas públicas penais, conforme descreve Adorno, são um:

“Conjunto de normas, meios e procedimentos técnicos adotados pelo Estado para prevenir a criminalidade, conter a delinquência, promover a reparação de um bem atingido pela ofensa criminal, custodiar cidadãos condenados pela Justiça, realizar a segurança da população. Quanto à natureza, algumas dessas políticas enfatizam a repressão do ato em si, definido legalmente como crime ou contravenção; e outras priorizam os agentes, tentando intervir no seu suposto potencial “criminogênico” (ADORNO, 1991, p.67)

As políticas públicas voltadas ao egresso do sistema penitenciário contém traços mais direcionados às políticas sociais, mas também estão inseridas nas políticas criminais, sendo um misto entre as duas categorias.

O apoio ao egresso prisional depende da atuação de diferentes órgãos e poderes públicos para se estruturar, estes formam o *campo do controle do crime*, veremos a seguir como se estruturam. O Poder Legislativo Federal é o responsável por criar a legislação de apoio ao egresso (LEP), o Executivo Federal dispõem de órgãos centralizadores como o Ministério da Justiça, o DEPEN e o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, estes sendo responsáveis por criar as políticas públicas nacionais de atenção ao

egresso. No âmbito estadual, os Poderes Executivos Estaduais, a partir das Secretarias de Administração Penitenciária (SAP) de cada estado, são responsáveis pela implementação dos programas de atenção ao egresso. Os Poderes Judiciários Estaduais compostos pelas Corregedorias, Varas Criminais, Varas de Execuções Criminais, Serviços Sociais e etc, auxiliam na implementação dos projetos. Por fim, no âmbito Municipal, as Prefeituras e Secretarias podem criar programas locais de atenção ao egresso prisional. Além desses órgãos públicos citados, a sociedade civil organizada pode atuar através de conselhos, fundações, organizações não governamentais, universidades, igrejas e demais instituições que atuam nessas áreas (MADEIRA, 2008, p. 149 e 150). Madeira (2008) fez um amplo levantamento a respeito dos *programas de apoio ao egresso* e constatou que há cerca de 10 anos havia 27 programas em todo o território nacional agindo com esta finalidade, presentes em 17 dos 27 estados brasileiros. Os programas visavam a implementação da LEP, independente de serem programas públicos ou da sociedade civil, a atuação se dava de forma muito semelhante. O foco recaía no “apoio psicossocial a egressos e familiares; provisão de escolarização e profissionalização; e levantamento de vagas de emprego, essa tarefa a mais complicada e inefetiva.” (MADEIRA, 2008, p. 156)

Na cidade de São Paulo, a instituição mais atuante com os egressos prisionais é a Central de Atenção ao Egresso e a Família (CAEF), que atua com dedicação especial a esses indivíduos, prestando assistência aos egressos e familiares de presos - hoje inserida na Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania vinculada à Secretaria de Administração Penitenciária (SAP). A CAEF faz o atendimento inicial, conforme iremos expor a seguir, e o encaminhamento para o programa Pró-Egresso, inserido na Secretaria de Emprego e Relações de Trabalho, que atende egressos em busca de uma vaga de emprego.

No entanto, o primeiro entrave ao atendimento pelo órgão público se encontra na definição de egresso. Quem é egresso para o Estado? De acordo com a Lei de Execuções Penais, egresso prisional é “o indivíduo liberado definitivo, pelo prazo de 1 (um) ano a contar da saída do estabelecimento e o liberado condicional, durante o período de prova”. Assim sendo, muitos indivíduos com experiência prisional encontram-se excluídos desta categoria.

Nota-se que, para as ONGs analisadas por este estudo, toda e qualquer pessoa que esteve encarcerada é considerada egressa do sistema penitenciário. Independente do tempo em que esteve presa, se houve ou não a condenação, incluindo-se aqui os presos provisórios, e independente também do período em que encontra-se em liberdade, conforme supra mencionado. Caso o indivíduo se enquadre na categoria de egresso conforme dispõe a letra da lei, terá que cumprir os requisitos e após essa avaliação será encaminhado ao Pró-Egresso, se estiver buscando por uma colocação no mercado de trabalho. Porém, o programa não conta com uma grande rede de empresas parceiras e oferece poucas vagas. Estas geralmente são oferecidas por empresas que prestam serviço ao próprio governo e necessitam preencher cotas. Dessa forma, entende-se não haver um real interesse social em empregar essa mão de obra.

Em 11 de novembro de 2019 eu estive na CAEF da cidade de São Paulo para conversar com os técnicos e a coordenação do programa e entender melhor, a partir da visão deles, como se dava essa implementação da política pública. Eu não agendei horário, pois não consegui nenhum contato prévio com alguém de lá, apenas cheguei na recepção do prédio localizado no centro da cidade e expliquei que estava realizando uma pesquisa sobre os egressos. Aguardei até um rapaz descer para conversar comigo e perguntar mais sobre o trabalho, depois que expliquei ele me convidou para subir até uma sala em que ficavam os técnicos. Ele me disse que a coordenadora não estava, mas que eu poderia conversar com ele. No fim, creio que foi bom ela não estar, pois todos os técnicos ficaram muito à vontade para conversar comigo, falando o que pensavam - penso que poderia ter sido diferente na presença dela. Nesta oportunidade fiz algumas perguntas a esse técnico que ocupava um cargo superior aos demais, foi uma entrevista estruturada, pois fui com as perguntas programadas, esperando que a conversa fluísse. Mas não foi o que ocorreu, ele apenas respondeu o que eu perguntei.⁴¹ Segundo este técnico, a atuação da CAEF se justifica em um motivo econômico, havendo uma definição mais restrita de quem é o egresso prisional, ou seja, quem será atendido pelas políticas públicas. Existem

⁴¹ A conversa não foi gravada, eu apenas fiz algumas anotações.

restrições orçamentárias na atuação do Estado, assim sendo, o corpo de funcionários e de programas parceiros, para atender toda a população que um dia já esteve na prisão, seria uma demanda que o Estado hoje não conseguiria absorver. No entanto, eu comentei com ele que restringir as consequências da prisão na vida de um indivíduo a esse período estabelecido em lei é questionável. O técnico da CAEF concordou comigo, dizendo que eles poderiam atender pessoas que já não são mais consideradas egressas por lei, mas que necessitam de auxílio, pois hoje não há corpo de servidores disponível para isso e nem verba para viabilizar esses atendimentos.

A CAEF também direciona o público para cursos de qualificação, que geralmente são oferecidos nos CICs⁴² de cada região, o programa de apoio ao egresso encaminha o indivíduo para o CIC mais próximo de sua residência e isenta o egresso de apresentar documentos para fazer o curso de capacitação, visto que em muitos casos ele ainda não tem acesso a todos os documentos regularizados. Esse encaminhamento visa auxiliar o egresso, pois com mais qualificação profissional criam-se mais oportunidades de trabalho. Ocorre que, em entrevista o técnico da CAEF, me informou que os indicadores de encaminhamento de indivíduos que efetivamente querem se dedicar à qualificação é muito baixo, segundo ele “as pessoas querem emprego”. Outro ponto comentado, que despertou maior atenção, foi o fato de que a demanda dos egressos varia muito de acordo com o momento econômico do país, se vivemos uma fase de prosperidade econômica cai a demanda, no entanto, em momentos de crise, a procura pelos atendimentos cresce significativamente. Pode-se, neste caso, traçar um paralelo com a lógica neoliberal de um sistema que funciona com base nessa população desempregada, tratando-se de uma questão estrutural do mercado de trabalho capitalista atual, conforme reveremos no capítulo V.

O trabalho realizado por essa instituição hoje mais direciona para programas parceiros, que nasceram da iniciativa privada, do que para

⁴² Os CICs, são os Centros de Integração da Cidadania que tem como objetivo promover mais acesso à justiça e segurança nas periferias. Foram criados pela Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo em 1996. (HADDAD e SINHORETTO, 2004, P.72) Atualmente sediam cursos de capacitação, educação de jovens e adultos, alfabetização, serviço social, dentre outras atividades.

programas públicos, isso também evidencia esse contexto neoliberal. ONGs surgem para desenvolver atividades que, em princípio, seriam estatais, e por haver essa “parceria de sucesso”⁴³, o poder público não empenha esforços em implementar mais políticas e programas voltados a esse público, tratando-se de um cenário que sofre mudanças a passos lentos por parte do Estado e que vem em um crescente de iniciativas da sociedade civil. Iremos abordar no Capítulo IV todo este contexto, instituições e atores.

O fluxo de atendimento na CAEF de São Paulo, que é responsável por toda a região metropolitana, varia girando em torno de 350 atendimentos por mês, conforme fui informada em entrevista, no entanto, há a variação decorrente do momento econômico. Questionei a respeito dos encaminhamentos realizados, se há algum retorno e me informaram que até há pouco tempo não havia, que não era informado se as pessoas realmente faziam os cursos de qualificação ou se procuravam essas iniciativas parceiras, mas hoje eles estão começando a passar mais esse *feedback*. Chama a atenção que até então esses encaminhamentos eram realizados sem retorno algum, sem qualquer forma de medir a eficácia⁴⁴ deste trabalho, visto que não havia nenhum monitoramento com dados que pudessem precisar o quanto era efetivo direcionar para programas parceiros - mas como disse anteriormente é considerado uma “parceria de sucesso”.

Finalizando esse contexto das políticas públicas e programas de apoio ao egresso prisional em São Paulo, trago a reflexão de que é um campo ainda em disputa e em processo de construção, pois não parece ser uma área de atenção do Estado, não havendo interesse em investir nisso e, logo, perpetuando o ciclo de reentrada no sistema. Não só as políticas públicas existentes hoje não são eficazes em empregar a mão de obra e qualificá-la, como também discute-se se há esse interesse por parte do Estado. A *biopolítica*, no sentido foucaultiano, em que relações de poder se estabelecem a partir desse disciplinamento de corpos e/ou grupos que viabilizam a governabilidade organizando as relações de poder na sociedade,

⁴³ Termo utilizado pelo entrevistado.

⁴⁴ Este termo foi escolhido no sentido de observar apenas se o encaminhamento para o curso surte o efeito de realização e conclusão de determinada atividade, ou seja, se o direcionamento resulta na tomada de decisão e conclusão da ação.

justifica o fato de que pode ser que não haja interesse em ver egressos qualificados e empregados por parte do Estado que age manipulando essa massa vulnerável. A biopolítica maximiza a vida de alguns em detrimento de outros, o egresso neste contexto é aquele ao qual se quer exterminar, vide a famosa frase “bandido bom é bandido morto”. O “cidadão de bem” merece estar vivo, enquanto o “bandido” tem que ser morto. Ainda que se trate de pessoas que já cumpriram suas penas, seguindo essa lógica, a categoria “bandido” é irrecuperável, nesse sentido vem o questionamento “até que ponto é interessante ao Estado investir na qualificação e empregabilidade desses indivíduos?”

Assim como, a administração da pobreza se manifesta no controle das classes mais pobres, visto que essa massa de egressos é em sua maioria formada por homens, jovens, negros e que praticam roubos, furtos e o crime de tráfico de drogas. Tratando de uma exclusão programada pelo Estado que assim mantém a lógica neoliberal e administra essa população criminosa mantendo-a segregada (WACQUANT, 2003).

Traçado este panorama geral das políticas públicas de apoio ao egresso prisional na região metropolitana de São Paulo, partiremos para a análise das ONGs selecionadas e das trajetórias. Trata-se de duas iniciativas que atuam de forma muito semelhante, visando estabelecer parceria com empresas e inserir essa mão de obra no mercado de trabalho, conforme veremos a seguir.

Capítulo III. ONGs e Egressos: Trajetórias e Seletividade

A partir de todo o exposto até aqui sobre a prisão, a experiência prisional dos egressos prisionais na vida pós cárcere e o cenário das políticas públicas na cidade de São Paulo, iremos olhar agora para as ONGs. A fim de realizar esta pesquisa, observei as iniciativas da sociedade civil que lidavam com egressos prisionais, na região metropolitana de São Paulo, e optei por estudar o trabalho de ONGs que têm como foco a empregabilidade do egresso. Existem algumas instituições com bases religiosas, a exemplo da Pastoral Carcerária, que tem uma atuação relevante na cidade de São Paulo. Além disso, existem outras organizações com outros enfoques, como o Instituto Bem Maior voltado para a qualificação profissional, a Rede Mulher Empreendedora e a Casa Flores que atendem especificamente o público de mulheres egressas. Cada um desses projetos tem um enfoque específico, mas nenhum deles lida diretamente com a empregabilidade, como as ONGs escolhidas, sendo elas: Instituto Recomeçar e Instituto Responsa.⁴⁵ Vale destacar que existem outras instituições como a Estamparia Social e a Pano Social que atuam no setor têxtil empregando diretamente a mão de obra de egressos, no entanto, estas se diferenciam por serem pautadas no conceito de empreendedorismo social.⁴⁶

Neste capítulo irei apresentar as ONGs em que realizei a pesquisa de campo em busca de observar como atuam, que público atendem e compreender melhor que espaço elas ocupam na vida do egresso prisional. Observar como essas instituições se relacionam com as políticas públicas, como isso se dá, qual a relação com os órgãos públicos. Além disso, compreender a trajetória dos egressos, inclusive daqueles que compõem o quadro de funcionários das ONGs e suas experiências no cárcere. Por fim, entender quem são os egressos atendidos, se existem, quais são e como funcionam os critérios de seleção para fazer parte das ações das ONGs.

⁴⁵ Os nomes das instituições não são fictícios.

⁴⁶ As empresas sociais não tem como razão de ser o lucro em si, mas sim nascem a partir da observação de uma situação ou problema local procurando a partir disso criar uma abordagem de enfrentamento, uma solução. (OLIVEIRA, 2004, p.18) Por algumas vertentes de empreendedorismo social as ONGs são também enquadradas nessa classificação, no entanto, aqui iremos considerá-las como organizações da sociedade civil sem fins lucrativos e não como empresas sociais.

1. ONGs

Primeiramente, o objetivo deste trabalho era compreender como se dava o processo de saída da prisão e como era a vida dos indivíduos após o cárcere, possíveis consequências na vida em liberdade, a partir da visão dos egressos. No entanto, um obstáculo encontrado foi “Onde estão esses egressos? Como irei chegar até eles?” A partir disso, surgiram outras questões, e após diversas conversas e pesquisas fui chegando até as ONGs que realizavam atividades com esse público visando (re) alocá-los no mercado de trabalho.

O contato inicial com as ONGs se deu a partir de um grupo no WhatsApp⁴⁷ que reúne empreendedores periféricos na cidade de São Paulo, meu irmão tem acesso a esse grupo e mandou uma mensagem perguntando se alguém conhecia alguma iniciativa que trabalhe com egressos. No grupo havia uma moça que já tinha trabalhado tanto com o gestor do Recomeçar, quanto com a gestora do Resposta - eu já estava desejando trabalhar com essas duas ONGs. Quando ela mandou o contato, aconteceu exatamente da forma como eu havia esperado, mandei mensagem aos gestores me apresentando e pedindo uma conversa. A gestora do Resposta me convidou para um evento que iria juntar 3 ONGs que trabalhavam com egressos, sendo duas delas as já citadas e mais uma outra, a Reflexões da Liberdade⁴⁸. Eu não poderia perder a oportunidade, saí de São Carlos e fui ao evento em São Paulo para me conectar com os gestores. Era a apresentação de uma orquestra sinfônica para arrecadar fundos para as ONGs. No evento consegui encontrar pessoalmente com o gestor do Recomeçar e também com a gestora do Resposta, me apresentei e combinei visitas aos locais. No dia seguinte eu já estava em Poá realizando a pesquisa de campo no Recomeçar, isso já estava pré combinado mas ficamos de confirmar no evento presencial se iria mesmo acontecer essa visita ao projeto.

⁴⁷ Rede social de trocas de mensagens.

⁴⁸ Eu optei por não trabalhar com o Reflexões de Liberdade, pois apesar do fundador da ONG ser um egresso prisional e uma pessoa que tem atenção especial a esse público, eles não atuam com a empregabilidade do egresso diretamente, por isso achei que poderia sair do foco da pesquisa e optei por ficar apenas com as outras 2 ONGs.

A escolha dessas ONGs ocorreu pois ambas trabalham diretamente com a (re)alocação⁴⁹ dos egressos no mercado de trabalho formal realizando parcerias com empresas. Por ambas atuarem de forma semelhante havia a possibilidade de uma análise comparativa entre as metodologias observando pontos que as aproximam e as distanciam. Além disso, a partir de uma instituição seria possível acessar esses egressos e compreender a percepção deles sobre a experiência prisional, evidente que com o recorte de um nicho de egresso que busca esses programas, já “convertidos” (MADEIRA, 2008). Ainda assim, seria uma forma de viabilizar o acesso a um número relativamente grande de egressos e de poder conversar com eles, mas não só isso, compreender também suas expectativas com relação ao mercado de trabalho e quais dificuldades enfrentam.

A metodologia das ONGs será abordada em maior profundidade no capítulo seguinte. O objetivo agora é apresentá-las com base em sua atuação, como se constituem e onde estão situadas. É importante deixar claro nesse ponto que uma das ONGs eu estive mais tempo em campo do que a outra, isso ocorreu pois em março de 2020 teve início a pandemia de COVID-19 e não foi mais possível concluir a pesquisa de campo em uma das ONGs, no entanto, o contato que tive em ambas foi rico e não prejudicou as análises que seguem.

1.1. Recomeçar

Acompanhei um período de transição do Recomeçar, por este motivo vou explicar sua origem e seu momento atual de forma detalhada. O Recomeçar nasceu em 2015, anos antes um rapaz, que viria a ser o gestor do programa, foi convidado por um amigo de infância para integrar a ONG que ele estava criando, localizada em Poá na região metropolitana de São Paulo, a Gerando Falcões. O diretor da Gerando Falcões é amigo de infância

⁴⁹ Utiliza-se o (re) alocação, com o “re” entre parênteses, pois trata-se na maioria das vezes de uma alocação dos egressos no mercado de trabalho formal, pois estes raras vezes tiveram essa oportunidade anteriormente. Assim, tanto o termo (re)alocar, quanto (re)inserir serão utilizados dessa forma, pois em grande parte dos casos se trata de uma primeira inserção.

do hoje gestor do Recomeçar, ambos jogavam futebol de várzea juntos, porém o fundador da ONG foi cursar uma faculdade enquanto o outro rapaz entrou para o crime, acabando preso em 2008. Quando estava na prisão recebeu uma carta de seu amigo de infância que o tocou, este contava de sua iniciativa da ONG Gerando Falcões que atuava para criar oportunidades para jovens vindos da periferia. As trocas de cartas perduraram por 5 anos, dos 7 que ele esteve preso, até que “cantou a liberdade”⁵⁰ do condenado e este tornou-se um egresso do sistema prisional e procurou por seu amigo com quem trocava as correspondências. Ele iniciou o trabalho na ONG atuando em um projeto esportivo⁵¹, no entanto, após ter saído do cárcere, tido a oportunidade de trabalho na Gerando Falcões e até conseguido ingressar em uma Universidade, ele ficou com vontade de ajudar outros egressos nessa “caminhada”⁵², especialmente aqueles com quem esteve atrás das grades. Nesse momento, surgiu o projeto Recomeçar, a partir do desejo desse egresso que reconstruiu sua vida, se afastou do crime e percorreu um caminho de aproximação com sua família, reconstituindo laços afetivos, e tendo conseguido se estabilizar profissionalmente.

Quando iniciei meu campo, o Recomeçar já havia tomado uma maior proporção e independência e estava em preparação para se desvincular legal e fisicamente da Gerando Falcões. Em Janeiro de 2020, o Instituto Recomeçar iniciou as atividades em sua sede própria, como uma pessoa jurídica distinta, financiamentos próprios, no entanto, ainda ligada a rede do Gerando Falcões, que se propõe a ser uma rede de ONGs por todo o Brasil. O Recomeçar é uma dessas ONGs da rede, havendo relações próximas entre os gestores. Ressalto que durante a pesquisa de campo, enquanto estive lá, o Recomeçar ainda era um programa dentro da outra ONG, então o trabalho de campo se refere a esse momento. Por ser uma fase de transição é importante especificar esse ponto.

⁵⁰ Expressão muito presente em campo para se referir ao período em que o indivíduo deixa a prisão.

⁵¹ A atuação no projeto esportivo se deu devido a sua relação com o futebol, pois chegou inclusive a jogar profissionalmente, seu amigo pensou que atividades ligadas ao esporte iriam o manter engajado e animado com o trabalho.

⁵² Termo muito presente em campo para se referir à trajetória dos indivíduos.

O Recomeçar era composto por 6 funcionários, incluindo psicóloga, assistente social, advogado, pedagoga e a área comercial.⁵³ Além desses membros fixos que trabalham diretamente no programa, existem os *mediadores*⁵⁴ que têm importante função na estrutura da instituição. Os *mediadores* são egressos que já passaram pelo programa e que hoje encontram-se empregados nas instituições parceiras, eles fazem a mediação entre a ONG e os egressos que foram contratados pelas empresas mais recentemente. O papel deles é acompanhar de perto o egresso contratado, observando seu comportamento no trabalho, se têm faltado ou não, se está tudo bem dentro da empresa, como estão as coisas com a família, enfim, um panorama geral da vida desse indivíduo recém (re)alocado no mercado de trabalho. Ele funciona como uma figura semelhante a um “padrinho⁵⁵”, alguém que irá aconselhar esse egresso recém contratado e mantê-lo próximo da ONG. Iremos abordar melhor essa figura do *mediador* no próximo capítulo.

O corpo de funcionários do Recomeçar é formado por 3 egressos e 3 não egressos, então 50% da ONG já vivenciou uma experiência prisional, esse fator é extremamente relevante no relacionamento com as turmas que fazem o curso buscando novas oportunidades. O fato do gestor e fundador do Recomeçar ter “tirado uns dias” é um ponto de grande valor para passar credibilidade à instituição e também para adquirir o respeito e admiração do público. Eu ouvi frases como “o cara também tirou uns dias, igual nós, se ele conseguiu, nós consegue também!”, “o cara é foda mano, viveu igual nós, tirou uns dias, e hoje ta aí fazendo o bem para os outros” - ficou evidente em muitas conversas com egressos e mesmo ouvindo o que diziam entre eles que a história do gestor traz grande credibilidade, confiança e inspiração aos demais egressos.

A atuação do Recomeçar consiste em selecionar egressos para participar das ações que ocorrem quinzenalmente, contando com turmas de 20 a 30 pessoas, entre homens e mulheres. Essas ações têm a duração de 3 dias, geralmente terça, quarta e quinta de uma mesma semana. Após essa

⁵³ Aqui uso o termo no passado, pois após a reestruturação da ONG eu não sei exatamente como se encontra o quadro de funcionários. Após a chegada da pandemia de COVID-19 ao Brasil, em março de 2020 não foi mais possível retornar ao campo e as conversas virtuais são raras, por isso não consegui mais detalhes da situação atual da ONG.

⁵⁴ Categoria nativa.

⁵⁵ Categoria analítica, pois o termo utilizado em campo é “mediador”.

ação, alguns egressos que se destacam são selecionados para uma entrevista mais específica com a psicóloga e a assistente social, passando dessa fase, se houver vaga aberta em alguma das empresas parceiras eles são encaminhados para entrevista. Se o egresso encaminhado for aceito no processo seletivo ele é contratado pela *empresa parceira*⁵⁶. Um *mediador*, de preferência que trabalhe na mesma empresa, irá acompanhá-lo, mantendo-o conectado à ONG; por outro lado, as empresas contratantes mandam relatórios para a ONG a respeito dos egressos empregados. Em linhas gerais, é dessa forma que o Recomeçar atua, são 18 empresas parceiras que atuam nas mais diversas áreas. Atualmente, são mais de 50 egressos empregados na economia formal via projeto Recomeçar, ocupando cargos de vendedor, motorista, auxiliar de cozinha, dentre outros. O projeto já chegou a dar oportunidade para mais de 100 pessoas, no entanto, alguns acabaram não permanecendo no emprego por fatores comportamentais, essa discussão será trazida mais adiante. O banco de cadastro de *beneficiários*⁵⁷ chega a cerca de 800 pessoas que já passaram pelo programa.⁵⁸

Sobre a figura da psicóloga é interessante notar como a ciência é utilizada para legitimar formas de poder, inclusive a avaliação da psicóloga é usada para verificar aquilo que foi trazido nos discursos da instituição, no espetáculo dos coaches, conforme veremos a seguir. Foucault (2003) trouxe esse aspecto da tecnicidade e cientificidade do poder, conforme abordado no Capítulo I, o que se relaciona à prática das ONGs.

Importante destacar que em conversa recente com o gestor do Recomeçar, ele informou que a procura cresceu significativamente nos últimos meses, devido à pandemia de COVID-19.⁵⁹ A crise de saúde mundial afetou fortemente a economia, em especial os trabalhadores informais que viviam de *bicos* e que tiveram a renda familiar praticamente zerada. Em decorrência dessa crise econômica, a demanda de egressos por trabalhos

⁵⁶ Nomenclatura utilizada pela ONG.

⁵⁷ Categoria nativa que se refere aos egressos atendidos pelo programa.

⁵⁸ Dados fornecidos pela própria ONG.

⁵⁹ A pandemia de COVID-19 teve início na China em dezembro de 2019, se alastrou por todo o mundo contagiando milhões de pessoas e levando à morte mais de 1 milhão de pessoas em todo o planeta. O vírus de transmissão rápida e fácil fez com que alguns governos impusessem medidas de *lockdown* na população, fazendo com que as atividades não essenciais fossem encerradas e que o mundo parasse por algum tempo, para tentar conter a disseminação da doença.

formais cresceu significativamente, estes passaram a buscar alternativas que poderiam ser encontradas nas ONGs. O Recomeçar teve um aumento de 200% no número de pessoas cadastradas. Devido à pandemia, as ações com os egressos ficaram suspensas de março a junho de 2020 e retornaram em julho do mesmo ano, porém atuando com número reduzido, ao invés de 20 atendem agora 10 egressos por turma. O enfoque nos meses mais críticos da pandemia foi o de fornecer cestas básicas às comunidades, ação realizada em parceria com a ONG Gerando Falcões.

A ONG na qual o programa Recomeçar estava inserido conta com financiamento de grandes empresas e instituições, as maiores do país, como Fundação Lemann, Instituto Grupo Boticário, Microsoft, Latam Airlines, Ambev, dentre tantas outras, incluindo órgãos públicos como o próprio Governo Federal. O financiamento do Recomeçar, no entanto, vem diretamente de duas fontes: a Brazil Foundation e o Instituto Ação Pela Paz. Iremos observar de forma mais profunda e complexa esses financiamentos no capítulo V.

Conforme anteriormente mencionado, o Recomeçar fica localizado em Poá, no entanto, as ações com os egressos, que é a atividade central da instituição, ocorrem em lugares variados. Geralmente, as ações aconteciam no CIC Leste, localizado no bairro do Itaim Paulista - extremo leste de São Paulo - por ter uma estrutura relativamente adequada para receber os egressos, contando com salas de aulas em que eram realizadas as dinâmicas. Além disso, essas ações ocorriam também na Universidade Anhanguera do Belém, também na zona leste da capital, mas mais próximo de estações de metrô. A Anhanguera é uma parceira do Recomeçar e disponibiliza algumas bolsas de estudos para egressos, o próprio fundador da ONG é aluno desta instituição. Os cursos eram realizados na Anhanguera, pois há também a intenção de levar os egressos a esse ambiente, um local em que muitos deles nunca estiveram, uma universidade. Quando os cursos eram realizados no Belém contavam com melhor estrutura física e também com a adesão de um número maior de pessoas, se comparado ao público presente no CIC Leste. O público maior provavelmente está relacionado à proximidade deste local com estações de metrô e com outras regiões da cidade, já que os egressos relataram achar o CIC Leste muito longe.

Atualmente a ONG conta com sede própria e realiza suas atividades, bem como as ações com os egressos, neste novo ambiente que conta com uma sala adequada, também no bairro Itaim Paulista.

Por fim, a Recomeçar além dessas ações de (re)colocação do egresso no mercado de trabalho, busca realizar divulgação de cursos de qualificação profissional. A área de qualificação profissional da ONG está ligada às parcerias realizadas, divulgando cursos oferecidos por terceiros - por enquanto, pois há uma intenção em oferecer cursos próprios de qualificação em breve. Além disso, é importante destacar que o programa tem permeabilidade no sistema penitenciário realizando ações também dentro das unidades prisionais. A partir de uma parceria com a SAP, o Recomeçar consegue fazer ações sociais dentro do sistema carcerário, divulgando seu trabalho e atuando nesse processo de desencarceramento, outra vez, evidenciando a permeabilidade da prisão, conforme apontado por Melo (2012), Godoi (2015) e Garcia (2019).

1.2. Resposta

O Instituto Resposta foi a outra organização escolhida juntamente com o Recomeçar para a realização dessa pesquisa, ambas tem uma atuação muito semelhante, realizando ações com egressos do sistema penitenciário e tendo como foco a empregabilidade desses indivíduos. Coincidentemente, ou não, ambas foram fundadas por egressos do sistema, no caso do Resposta a fundadora foi presa em 2005 aos 23 anos, passando cerca de 1 ano na prisão. Após deixar a prisão, ela retomou as práticas delitivas, pois *era isso o que sabia fazer*; ao todo ficou cerca de 10 anos nessa vida no “mundo do crime”. Porém, um tempo depois, em um momento de reflexão, optou por mudar de vida e foi viver com menos dinheiro do que conseguia no tráfico, trabalhando como ajudante em uma papelaria. A egressa prestou o ENEM⁶⁰ e, por ter tirado uma boa nota, conseguiu uma bolsa e foi estudar Serviço Social, pois gostaria de ajudar outras pessoas que passaram pela mesma

⁶⁰ Exame Nacional do Ensino Médio, que permite o ingresso em Universidades Públicas Federais e também auxilia na inserção em outras instituições de ensino.

situação que ela. A gestora esteve à frente do projeto Segunda Chance da ONG Afroreggae⁶¹ na cidade de São Paulo. Com o encerramento desse projeto, ela optou por seguir seu próprio caminho e fundou o Resposta em 2018.

O corpo de funcionários do Resposta é formado por 10 pessoas, sendo destes, ao menos 3 egressos, conforme informado pelos próprios funcionários da organização. A equipe é formada pela CEO fundadora, um coordenador de Recursos Humanos, uma psicóloga, 3 assistentes sociais e ainda conta com cargos jurídico, administrativo, financeiro e de gestão de pessoas. A ONG fica localizada no bairro de Pinheiros em São Paulo dentro de um *coworking*⁶² chamado CIVI-CO que recebe em seu espaço apenas empresas sociais. O Resposta está sediado nesse coworking, pois é um dos projetos apoiado pelo Instituto Humanitas360⁶³ que tem o escritório nesse ambiente, parte do espaço dessa instituição é cedido aos membros da ONG. Dessa forma, ela se encontra em um espaço de alto padrão, localizado na zona oeste da cidade e de fácil acesso por metrô e ônibus. Além disso, o espaço em que se encontra favorece trocas com outras empresas sociais, que se ajudam e acabam formando uma rede de *networking*⁶⁴.

O Resposta recebe os egressos que chegam até eles principalmente via telefone e redes sociais e agendam uma entrevista prévia, a divulgação é realizada nas varas de execução dos fóruns, locais em que os egressos vão

⁶¹ A ONG Afroreggae é uma das maiores do país, nascida no Rio de Janeiro em 1993 atuando em diversas áreas ligadas a causas sociais no Brasil. Um dos projetos do Afroreggae é o Segunda Chance que visa empregar egressos prisionais, auxiliando na reintegração social desse indivíduo. Criado em 2008 o projeto tinha atuação tanto no Rio de Janeiro, quanto em São Paulo, no entanto, as atividades na capital paulista foram encerradas.

⁶² Coworking é um espaço de trabalho compartilhado por várias empresas, teve sua origem nos Estados Unidos e se espalhou pelo mundo todo. O espaço em que a ONG fica localizada é um escritório compartilhado por mais várias empresas sociais e ONGs que se autodenomina um polo de impacto social.

⁶³ O Instituto objetiva diminuir a violência e melhorar a qualidade de vida da população, atuando em diversos países da América. A sede fica em Denver (EUA) e há um escritório regional em São Paulo, além de colaboradores na Colômbia, Chile, Uruguai, México e Guatemala. O Humanitas360 promove pesquisas, geração de conhecimento, engajamento dos cidadãos e transparência em assuntos ligados à violência. No Brasil, eles apoiam organizações e projetos que lidam com o tema da segurança pública.

⁶⁴ *Networking* é uma palavra em inglês utilizada no mundo todo, especialmente no mundo dos negócios, se refere à rede de contatos que o indivíduo constrói, podendo favorecer sua empresa/ONG e ampliando seu capital social, na visão de Bourdieu.

para assinar o *benefício*⁶⁵. As redes sociais também são importante ferramenta de divulgação, bem como a indicação de outros egressos que já passaram pelo programa. Diferente do Recomeçar, eles não têm parceria com a SAP para o encaminhamento de egressos. Feito esse contato prévio e após realizada a entrevista, os egressos são chamados para a ação que ocorre mensalmente, sempre nos últimos dias do mês. A ação do Resposta ocorre em um único dia e tem a duração de 4 horas, um dos funcionários da ONG conversa com egressos sobre o mercado de trabalho e faz uma palestra motivacional. Egressos que já estão empregados nas empresas parceiras vêm dar seus depoimentos, contando suas trajetórias até conseguir a contratação e como é a vida deles hoje com emprego formal. Não existe, nesse caso, um grupo de *mediadores* estabelecidos formalmente, mesmo porque a relação é mais próxima da ONG com o egresso, visto que essa realiza a gestão de pessoas no ambiente de trabalho. No entanto, as equipes de trabalho têm como líder um egresso, fazendo com que o *encarregado* e seu *subordinado* tenham um nível de identificação social elevado e, portanto, de maior proximidade.

As ações mensais ocorrem no coworking em que a ONG está estabelecida, trata-se de um ambiente moderno e descolado, limpo, bonito, muito diferente das ações realizadas pelo Recomeçar no CIC Leste. A duração de 4 horas não permite grandes aprofundamentos nas discussões, trata-se de uma palestra motivacional e com algumas dicas para o mercado de trabalho. São abordados muitos casos de sucesso, como pessoas famosas, rappers e até mesmo a história da gestora que é muito valorizada - quando ela aparece os egressos tiram fotos e ficam eufóricos. Assim como no Recomeçar, estão presentes a ideia de identidade social, identificação entre os pares, visto que o workshop é realizado em uma linguagem com gírias, próxima dos egressos e com o reforço do “nós somos iguais, tiramos uns dias, nós conseguimos mudar de vida, então você também consegue”. É presente também o discurso do homem empreendedor de si, trabalhado de

⁶⁵ Esse benefício se refere ao regime de cumprimento de pena em meio aberto, no qual o indivíduo condenado deve assinar com certa periodicidade um documento demonstrando que está cumprindo os seus deveres e se apresentando à Justiça. Após cumprir a pena de prisão, o condenado deve cumprir com essa responsabilidade para só então ter sua pena integralmente cumprida e, posteriormente, extinta.

forma menos introspectiva e mais focada em *cases* de sucesso, em uma abordagem que remete ao discurso dos *coaches*⁶⁶, estimulando as pessoas a gritarem em voz alta frases motivacionais. Esses pontos serão aprofundados no capítulo seguinte quando será abordada a metodologia empregada por ambas as instituições.

É fundamental destacar a diferença do Recomeçar no modelo de contratação, o ResponSA tem 7 empresas parceiras, mas 64 dos 80 egressos empregados estão na mesma empregadora, pois eles atuam terceirizando essa mão de obra. Diferente da ONG de Poá, que apenas faz a ponte entre empresa e egresso que geralmente é contratado com carteira assinada⁶⁷, o ResponSA atua fornecendo essa mão de obra à *empresa parceira*, com a pejetização⁶⁸ dos egressos que criam micro empresas para poder prestar esses serviços. Dessa forma, quem faz o intermédio entre o egresso e a empresa é a ONG, a gestão de pessoas é realizada pelo próprio ResponSA que seleciona e direciona esses egressos às vagas, gerindo essa mão de obra. Além disso, eles atuam também com trabalhos *freelancers*⁶⁹, prática que não é comum no caso do Recomeçar, direcionando os egressos a empregos temporários, sob demanda - essas vagas de trabalho temporário são contabilizadas pela ONG como inserção no mercado de trabalho e de acordo com os dados somam mais de 200 egressos já contratados nesse modelo.

Um ponto que merece atenção, e que trará implicações futuras, é o ambiente de trabalho, visto que essa grande parceria do ResponSA emprega os egressos em trabalhos de rua, sendo uma rotina mais livre. A maior parceira da ONG de Pinheiros é uma empresa que loca patinetes e bicicletas por hora nas grandes cidades, via aplicativo de celular, e esses itens precisam de manutenção constante, fazendo-se necessário uma equipe que trabalhe na rua recolhendo esses materiais. Em contrapartida, o Recomeçar

⁶⁶ *Coach* é um profissional que atua desenvolvendo as habilidades humanas, trabalhando com ferramentas e técnicas que fazem com que o coachee (cliente) desenvolva o autoconhecimento e neutralize suas limitações visando o sucesso pessoal e/ou profissional.

⁶⁷ O emprego com carteira assinada segue as leis trabalhistas brasileiras, com base na CLT que garante direitos, 13º salário, férias, dentre outras garantias ao trabalhador.

⁶⁸ Movimento relativamente recente no mercado de trabalho brasileiro em que os empregados acabam sendo contratados como pessoas jurídicas, visando abater o encargo de impostos do empregador, o que acaba deixando o trabalhador mais vulnerável e sem seus direitos garantidos.

⁶⁹ Profissional independente que tem vínculos de trabalho por jornada ou que presta serviços para mais de uma empresa ao mesmo tempo.

emprega em vagas mais formais, em ambientes fechados, empresariais ou industriais, que obedecem a uma lógica própria, diferente de um trabalho realizado na rua. Isso é um ponto de atenção para o debate que virá no capítulo seguinte.

Além das características já citadas, o Resposta atua priorizando pessoas com maior nível de vulnerabilidade social. Há dois egressos que estão empregados e que são moradores de rua. Além disso, um caso que ocorreu quando eu estava lá foi a contratação de uma egressa que saiu recentemente da prisão, é lésbica, mora sozinha e adotou 5 crianças que estavam em situação de rua, ela teve prioridade e naquele mesmo dia iniciou as atividades na empresa. Em campo, notei uma presença significativamente maior de egressas mulheres nas ações do Resposta, creio que possa ter relação com a figura da fundadora do instituto, que é uma mulher egressa. Nos dias em que estive nas ONGs notei uma diferença de cerca de 20% a mais de mulheres egressas no Resposta se comparado ao Recomeçar, fundado por um homem. Creio que não só a figura da CEO, mas também o acolhimento e a facilidade no acesso influenciam esses números, presenciei mulheres levando seus filhos ao *workshop* e até mesmo amamentando enquanto a palestra ocorria. O fato de ser só um dia com uma palestra de 4 horas, também facilita para uma mãe com filhos, diferente do modelo da ONG de Poá que conta com 3 dias seguidos de ação, manhã e tarde, para a realização das dinâmicas com os egressos.

Não consegui marcar uma conversa com a gestora da ONG após o início da pandemia de COVID-19, ela só me relatou em mensagens que as atividades seguiram ocorrendo e que os encontros presenciais voltariam a acontecer em setembro, com turmas reduzidas. Pelas redes sociais, vi que foram distribuídas cestas básicas e também máscaras de proteção nas comunidades. Ressalta-se que este cenário apresentado se refere a uma pesquisa de campo realizada antes da pandemia de COVID-19, portanto, hoje provavelmente a situação é outra.

Os pontos principais de ambas as ONGs foram apresentados, agora veremos as trajetórias que pude observar em campo, tanto a dos egressos atendidos pelas ONGs, quanto a dos funcionários destas. Como os egressos chegam até essas instituições para que todo esse processo possa acontecer?

2. Trajetórias

Como se dá o processo de desencarceramento? Qual trajetória o egresso prisional percorre? Qual caminho o leva a uma instituição que visa empregá-lo no mercado de trabalho? Esses são alguns questionamentos com respostas pouco precisas, mas que buscaremos responder a partir de trabalhos mobilizados e também da vivência em campo.

O processo de desencarceramento ou desinstitucionalização conforme abordado por Garcia (2019) pode ser muito mais desafiador para os egressos do que aparenta ser, isso porque tem se a ideia de que basta sair da prisão e será desfrutada uma vida de plena liberdade, o que não se confere na prática. Existem muitas dificuldades encontradas, desde a restrição de direitos e trâmites burocráticos, até o estigma e as reconstruções afetivas e materiais que estão presentes nesse momento de saída do cárcere. Sobre esse processo de desencarceramento retomo a passagem de Melo (2012) com seu interlocutor Diego, em que este sai do estabelecimento prisional, mas comete um “último assalto” e então retorna ao sistema, sem que isso represente um grande impacto negativo em sua vida, pelo contrário, para ele é mais fácil administrar os conflitos da vida cotidiana de dentro da prisão. Portanto, ressalta-se que essa *desinstitucionalização* é também um momento complicado para o egresso, pelos múltiplos fatores que influenciam e que perpassam esse processo de readaptações abruptas e que culmina, em muitos casos, na reentrada no sistema.

Não especificamente sobre a minha inserção em campo nas organizações do terceiro setor, mas pensando no período em que estagiei na defensoria pública, a trajetória de Diego era comum de ser ouvida nos atendimentos realizados ao público. Eu estagiei por 1 ano e 6 meses na Defensoria Pública do Estado de São Paulo atendendo casos criminais, tanto da área de conhecimento quanto de execução⁷⁰, o público atendido eram os próprios egressos ou familiares de presos. As histórias narradas coincidem

⁷⁰ A fase de conhecimento do processo penal se dá antes da condenação judicial, a fase de execução se inicia quando o indivíduo é condenado e então será executada a pena.

com a trajetória de Diego, principalmente quando iam os familiares e contavam que os presos haviam ficado soltos por poucos dias e depois foram novamente capturados. A reentrada no sistema se dá tanto por uma nova condenação judicial, de crime cometido após a soltura, como é o caso de interlocutor de Melo (2012), mas também é comum que o retorno à prisão ocorra por outro processo judicial ao qual o indivíduo já respondia judicialmente, mas ainda não havia sentença condenatória. O movimento de entrada e saída do sistema é comum, como demonstram os números apresentados sobre a reentrada prisional⁷¹. Dessa forma, a trajetória de egressos que buscam os programas de apoio, bem como aqueles que conseguem se desvincular do “mundo do crime” são incomuns, ainda predominam os vínculos, na maioria dos casos. Em conversa com um egresso que me dizia o porquê não procurou programas de apoio nas suas 2 últimas saídas do cárcere ouvi “a sua caminhada é aquela ali, sua vida é isso, como que vai sair? Pra ir pra onde?” - agora ele estava determinado a fazer diferente, pois sua mãe encontrava-se com um quadro grave de saúde.

No que se refere ao processo de chegada dos egressos até as instituições, não tive contato com egressos que buscavam os programas públicos da Pró-Egresso, por exemplo. Na trajetória daqueles que optam por buscar as organizações da sociedade civil em que essa pesquisa foi realizada, grande parte deles soube dos programas indo assinar o *benefício*⁷² nos fóruns ou por indicação de outros egressos. As redes sociais, por exemplo Instagram e Facebook vêm ganhando força, mas ainda predomina a divulgação por outros meios. A indicação funciona muito bem nesse contexto, pois praticamente todos eles conhecem alguém que já passou pela mesma situação e acabam recomendando, ocorre também de amigos irem juntos procurar o atendimento das ONGs. A divulgação nos fóruns criminais é realizada em parceria com a SAP e se trata de uma fonte importante para atrair os egressos, pois é um local em que eles têm que comparecer mensalmente ou, em alguns casos, de forma bimestral ou trimestral, mas são

⁷¹ A taxa nacional de reentrada prisional equivale a 42,5% de acordo com documento produzido pelo CNJ em 2019.

⁷² Categoria nativa, conforme explicado na nota de rodapé número 60, deste trabalho.

obrigados a ir e acabam sendo impactados por um cartaz que divulga o projeto.

Há algo mais específico que é a trajetória dos egressos que trabalham nas organizações, os fundadores das iniciativas são pessoas com um longo envolvimento no mundo do crime e que tiveram um incentivo externo para se dedicar a outras atividades, tendo ambos adentrado, inclusive, o ambiente universitário. Os funcionários das ONGs que são egressos prisionais tiveram envolvimento majoritariamente em crimes de drogas e contam com uma boa estrutura familiar, tendo, em sua maioria, concluído os estudos do ensino médio. Os crimes de tráfico de drogas e delitos patrimoniais somam a maioria das infrações cometidas pelos presos brasileiros⁷³, então o perfil desses egressos coincide com a realidade nacional, no entanto, como dito anteriormente apenas 1% dos presos tem ensino médio completo⁷⁴, o que difere muito da realidade dos egressos empregados pelas ONGs. Outro ponto que merece atenção é que esses egressos funcionários tiveram envolvimento com o crime de forma mais pontual, não perdurando por um longo período de tempo. Trata-se de homens e mulheres, com diferentes vivências, experiências e motivações, mas que apresentam alguns pontos em comum em suas trajetórias.

Uma das perguntas que ficará ao final desse trabalho é: e os egressos que passaram pelas ONGs? Qual a trajetória deles após passar pela instituição? Essa questão é complexa, pois não tem uma resposta precisa, não é realizado um acompanhamento pelas organizações para entender qual caminho percorrem, no entanto, com base nas percepções de campo alguns pontos podem ser destacados. De um cadastro de 800 pessoas, o Recomeçar já havia empregado cerca de 100 pessoas no mercado de trabalho e manteve 50 em suas funções. Podemos extrair desses dados que 12,5% dos egressos atendidos pelas ONGs conseguiram uma oportunidade no mercado de trabalho formal e 6,25% se mantiveram nele. O restante 87,5% pode ter tido outras oportunidades que não foram propiciadas por intermédio da ONG, mas não significa que necessariamente ficaram

⁷³ A maioria dos presos (39,42%) responde por crimes relacionados às drogas, como o tráfico, em seguida vem os presos por crimes contra o patrimônio (36,74%).

⁷⁴ Ver página 18.

desempregados. Além disso, grande parte deles sobrevive do mercado informal, realizando “bicos” para tirar seu sustento. Sabe-se, no entanto, que uma certa porcentagem retorna às atividades criminosas que realizava anteriormente da prisão.

Um fato curioso aconteceu quando eu estava em campo, o gestor do Recomeçar soube por amigos que um dos egressos que já havia participado do programa da ONG foi morto em um roubo que realizava, todos os funcionários ficaram abalados com a notícia. Eu questionei se era a primeira vez que isso acontecia e eles disseram que não, uma das funcionárias me informou que se lembrava também de um outro rapaz que havia sido morto pelo tráfico de drogas, porque estava na “caminhada errada”. Vi que esse fato entristeceu os funcionários e os egressos mediadores que conheciam o rapaz assassinado, creio que não só por ter falecido um conhecido, mas por verem que mesmo passando pelo projeto não foi suficiente para tirá-lo do ciclo de violência e opressão de que são vítimas e também agentes, o que acabou desencadeando sua morte. O gestor comentou comigo que sentia uma certa frustração quando isso acontecia, pois poderia ter sido diferente, mas disse também que alguns casos são mais complicados. Na ONG de Pinheiros não acompanhei nenhum caso nesse sentido, por ter menos tempo de vivência em campo e também pelo fato de eles não desenvolverem um relacionamento tão próximo com os egressos que já passaram pelo programa. A ONG de Poá cria mais um senso de comunidade, em que as pessoas acabam se aproximando umas das outras e criando laços afetivos.

Pimenta (2014) traz a discussão sobre a trajetória dos egressos a partir de uma interpretação que entende que estas trajetórias não são “completamente aleatórias ou livres”, elas estão inseridas em um contexto social que envolve relações de poder que buscam enfatizar, alterar ou apagar parte dessas vivências. (PIMENTA, 2014, p. 51) O enfoque apresentado é interessante, pois nos faz lembrar que a trajetória observada aqui é apenas aquela que permite-se ser vista, não engloba todos os detalhes e exatamente todo o caminho percorrido por aquela pessoa. A relativização é necessária, visto que estamos olhando apenas para um recorte, tentando entender aspectos mais amplos que serão importantes para compreensão dos egressos prisionais.

A intenção inicial da pesquisa consistia em observar diferentes trajetórias, no entanto, com as limitações impostas pela pandemia de Covid-19 se fez necessário um outro olhar a esse objetivo. As idas ao campo foram interrompidas e não foi mais possível ter contato com os egressos, todos os levantamentos foram realizados em um período de 6 meses. Dessa forma, essa análise das trajetórias acabou sendo prejudicada, portanto, o que se tem é um enfoque maior nas trajetórias dos egressos fundadores das ONGs e dos funcionários, além de alguns casos mais específicos de egressos que tive contato.

O capítulo seguinte irá abordar os acionamentos identitários que serão interessantes para olharmos para esses recortes de trajetórias, a partir da obra de Goffman que nos faz questionar as identidades sociais. Por ora, pode-se ver que a trajetória do egresso prisional não é rigidamente predeterminada como muitos acreditam, a expressão que diz que “a prisão é a universidade do crime”, pode acabar levando a um determinismo errôneo. Os egressos têm vivências e experiências distintas como foi apresentado, seja realmente mantendo suas atividades delitivas, fundando uma organização para empregar egressos, trabalhando nessa organização ou passando por um programa como esse e mudando sua atividade profissional. Há liberdade de escolha e há também contextos sociais que pressionam esses indivíduos, cabe um olhar mais atento e mais pesquisas que busquem compreender essas trajetórias, a fim de reduzir os índices de reentrada prisional, ainda muito elevados. Finalizo, no entanto, fazendo a ressalva de que reintegração social a partir da empregabilidade, por exemplo, e reincidência não são antagônicos, nem excludentes, são passíveis de convivência (Melo, 2012).

3. Seletividade

As ONGs foram apresentadas, bem como suas formas de atuação e objetivos com o trabalho desenvolvido. As trajetórias dos egressos prisionais foram abordadas de forma a se tentar ampliar a visão de determinismo,

mostrando caminhos diversos possíveis, incluindo o crime, mas também o emprego formal, formação universitária e os possíveis efeitos das ações das ONGs na vida desses indivíduos. A partir dessa panorama geral nos questionamos: Quem são os egressos atendidos pelas ONGs? Qualquer egresso pode fazer parte das ações e buscar uma vaga no mercado de trabalho?

A vivência em campo não mostrou grandes respostas a essa indagação, pois nem todos os egressos comentam os crimes pelos quais respondem na justiça. Alguns falam tranquilamente citando o artigo do Código Penal, outros de forma mais branda utilizando gírias que denominam alguns tipos de crimes, há aqueles que preferem não comentar. Geralmente essa fala sobre qual crime “tirou a cadeia” acontece no momento de apresentação da ONG Recomeçar, em que todos os egressos têm espaço para falar e se apresentar aos demais. No Resposta não há essa dinâmica de se apresentar um por um, quem quer pode falar, mas não há um momento especial dedicado a isso, como é no caso da ONG de Poá. O momento de apresentação, em que cada um teria um espaço para falar, foi incluído após os gestores perceberem a necessidade dos egressos em compartilharem suas vivências, conforme citado no capítulo anterior. No entanto, independente dos egressos falarem ou não o tipo de crime que cometeram, sabe-se que é realizada uma pré triagem antes da ação ocorrer.

O egresso entra em contato com a ONG que realiza o cadastro e posteriormente agenda com aqueles que participarão de cada uma das ações. Quinzenalmente ou mensalmente a ONG promove a ação presencial que conta com os egressos que entraram em contato previamente. Ainda que a entrevista no caso do Recomeçar seja posterior à ação, é realizada uma pré triagem que irá selecionar aqueles indivíduos aptos a participar da ação. Em conversa recente com o gestor da ONG de Poá indaguei sobre o perfil dos egressos atendidos pelo programa com relação ao tipo de crime cometido, ele informou que a grande maioria responde por tráfico de drogas e crimes patrimoniais, coincidindo com o perfil do sistema carcerário brasileira.

Quando questionado sobre os acusados de crimes sexuais, o gestor me informou que daí é “outra história”, pois segundo ele, essas pessoas precisam de tratamento psicológico, são pessoas doentes. Nesse caso, é

visto pela organização como uma questão de saúde, por tratar-se de “psicopatia” e eles não atendem essas pessoas, pois “não tem viés social”. Porém, o gestor comentou comigo que é um caso bem difícil, pois nenhum parceiro acolhe esse público, relatou inclusive que o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) encaminha para a ONG por ser egresso prisional, mas a ONG não atende e fica sem ter para onde encaminhar o indivíduo que não recebe amparo em nenhum programa. O cenário é semelhante quando se trata de pessoas com problemas de drogadição, são encaminhadas pelo CRAS mas a ONG não consegue atender, por ser questão de saúde, ele relatou que esse público não consegue seguir, pois tem muitos fatores externos. Um comentário realizado me chamou atenção quando o gestor comentou que um agente penitenciário, colega dele, disse recentemente que está havendo um problema grande no sistema carcerário, pois estão juntando estupradores e condenados por feminicídio nas mesmas alas e que, em algum momento, “isso iria explodir”. Fica muito claro que a ONG também faz essa divisão, pois o feminicídio é nada mais que um homicídio, mas de uma mulher, na visão dele, muito diferente de um estupro. Essa tensão está sendo gerada dentro dos sistema prisional e, segundo ele, “isso ainda vai dar muito problema”. Ele comentou que, por feminicídio ser uma tipificação penal nova, eles ainda não tiveram egressos condenados por esse crime, mas que eles recebem alguns condenados por homicídio e que tratariam *normalmente* caso recebessem condenados por feminicídio. O gestor inclusive citou o caso do goleiro Bruno⁷⁵, dizendo que o caso dele é mais delicado porque envolve mídia e marketing, e reforçou que ele é acusado de feminicídio e não estupro.

Neste ponto é interessante observarmos o *preso de artigo* (Melo, 2012) como alguém que ainda segue desamparado na sua vida de egresso prisional, portanto, nota-se que a lógica prisional se reproduz nessas instituições de atendimento ao egresso. A segregação do estuprador

⁷⁵ O caso do goleiro Bruno ficou famoso nacionalmente em 2010 quando Bruno, goleiro do Flamengo, foi acusado de ter mandado matar sua ex-companheira Eliza Samúdio. Ao que consta, Eliza era garota de programa e engravidou de Bruno, se negando a fazer o aborto, ele teria mandado matá-la, tendo sido torturada, morta e esquartejada. Bruno foi condenado em 2013 a 20 anos de prisão por homicídio triplamente qualificado, sequestro, cárcere privado e ocultação de cadáver. O caso é até hoje muito presente na mídia, pois o goleiro está em progressão de pena e já foi negociado por 6 times até o momento, sendo que muitos deles não concluíram a negociação por pressão social, atualmente o goleiro está contratado pelo time de Rio Branco no Acre.

realizada nos presídios pelos gestores, e também pelas facções criminosas, se mantém nos programas de atendimento, e é interessante observarmos a perpetuação dessa lógica, pois mostra por quem e para quem essas instituições são feitas. O fundador sendo um egresso, inserido nos códigos sociais da prisão e do “mundo do crime” perpetua essas práticas na instituição e cria-se esse limbo em que o condenado por estupro não tem nenhum tipo de atendimento e orientação nem da área da saúde, nem da área social. Algo semelhante ocorre com o indivíduo usuário de drogas, que é considerado, em alguns casos, questão de saúde, pois a instituição entende que não consegue ajudar aquele indivíduo, perpetuando a “guerra às drogas” também no atendimento pós-prisional. No entanto, isso apenas em casos extremos, pois drogas consideradas mais leves são totalmente aceitáveis, a ONG até mesmo encaminha para vagas de empregos pessoas que eles sabem utilizar essas substâncias.

No caso da ONG de Pinheiros não foi possível obter essas informações, mas foi apresentada uma particularidade interessante, pois eles priorizam o atendimento às pessoas mais vulneráveis, como dito anteriormente. Moradores de rua, pessoas em contextos de extrema vulnerabilidade são atendidas pela ONG, no entanto, não foi informado como atuam em casos de crimes sexuais e de drogadição. Em conversa com um egresso nessa ONG ele me disse que o crime pelo qual cumpriu pena era homicídio e que ele estava empregado em uma empresa, até que seu chefe descobriu o crime que ele havia cometido e ele foi demitido. Ele reforçou diversas vezes na conversa que matar alguém pode acontecer com qualquer um, ele dizia “você pode matar alguém amanhã, e você vai ser condenada pra sempre por isso?”

A seletividade tem ainda um outro viés que é o daqueles que são considerados culpados para sempre ou aqueles que conseguem “apagar” parte de sua trajetória, como dito anteriormente, não é todo egresso que é considerado culpado para sempre. Observei que em muitos casos isso está relacionado ao poder aquisitivo do indivíduo, no Recomeçar em uma das ações tinha uma menina muito bem vestida, era visível que vinha de uma família com mais poder aquisitivo. Por coincidência, ela morava no Bixiga, bem próximo de onde eu estava hospedada, na Bela Vista, e acabei dando

carona para ela, pois Poá é bem distante do centro de São Paulo. No caminho conversamos muito e ela me falou que desde que saiu da prisão já estava trabalhando, mas que tinha sido mandada embora recentemente, por isso procurou pela ONG para tentar um emprego. Ela estudou em colégios particulares de São Paulo, de classe média, e acabou se envolvendo com o tráfico no 3º ano do ensino médio. Foi presa e após sua saída trabalhou como recepcionista e também manicure, no momento estava participando de um processo seletivo de uma agência de viagens. A menina era muito falante e me contava com muitos detalhes sobre sua vida na prisão, como era, quem eram suas aliadas lá dentro, enfim, foi uma conversa rica e interessante. No dia seguinte ela não foi mais na ação, e no terceiro dia o gestor contou que ela havia conseguido um emprego. A trajetória dela, como a de outras pessoas de classes mais altas que acabam cumprindo pena, mostra que o estigma associado ao egresso prisional encontra barreiras também econômicas e sociais.

Cada trajetória tem sua particularidade, seja considerando o tipo de crime cometido ou a classe social a que pertence, todos os fatores importam e podem apresentar mudanças no percurso. As ONGs, como atuam, quem está dentro delas, os egressos atendidos, aqueles que optam por não procurá-las, os que procuram mas não conseguem atendimento, todo esse cenário é relevante para a compreensão do campo. Apesar das muitas variáveis, existem *caminhadas* comuns, que se entrelaçam e coincidem com outras tantas histórias. A partir da observação de quem são essas instituições, quem é o público atendido por elas e como esses indivíduos chegam até esse atendimento pode-se olhar de forma mais analítica à metodologia empregada por elas, aos rituais que se apresentam e aos múltiplos acionamentos identitários, o que faremos no próximo capítulo.

Capítulo IV. Ritual e Identidades

Após vermos referências internacionais sobre o tema das prisões e também compreender a bibliografia nacional sobre o assunto, bem como o campo mais específico dos egressos prisionais, observando a experiência prisional, o perfil dos egressos, as políticas públicas que visam atender a esse público e também as ONGs que trabalham com atendimento direto aos egressos, iremos aprofundar nas metodologias utilizadas por essas ONGs. No capítulo anterior observamos quais são essas organizações, como atuam, compreendemos algumas trajetórias de egressos que por elas passam e analisamos o perfil dos egressos atendidos por esses projetos, bem como qual a seletividade utilizada como critério de seleção dos egressos que serão atendidos pelos projetos. Neste capítulo, iremos nos debruçar sobre as metodologias empregadas pelas organizações. Além disso, analisaremos os rituais de passagem que visam criar um grupo de referência para os egressos prisionais e os múltiplos acionamentos identitários que decorrem deste trânsito entre “mundo do crime” e “mundo do trabalho”.

1. Metodologia das ONGs

Serão analisadas as metodologias empregadas em ambas as ONGs citadas no capítulo anterior, o Recomeçar e o Resposta, no entanto, como já exposto, o tempo em campo foi maior na ONG de Poá, por essa razão, a análise desta metodologia será mais extensa. Ambas as organizações foram fundadas por egressos e se baseiam em valores muito semelhantes, como o “papo reto” que significa que o que é passado ali nas dinâmicas ou nas capacitações é verdadeiro, transparente, sem *papinho furado*, *eles mandam a real mesmo*. A linguagem utilizada por ambos está muito próxima da linguagem do dia-a-dia dos egressos, até pelo fato dos fundadores e alguns trabalhadores das ONGs já terem *tirado uns dias*, o discurso é de fácil compreensão para os egressos, é uma forma de se comunicar totalmente natural que já é rotineira para o público com que trabalham. Além disso,

ambos os projetos trabalham com uma visão de *self-made man*⁷⁶, no sentido neoliberal de auto responsabilização dos sujeitos, “você é responsável pelo seu sonho”, “só depende de você”, “não é fácil, mas eu consegui você também consegue” - essas frases estão muito presentes nas ações com os egressos. Esse discurso acaba sendo mais forte na capacitação do Instituto Responsa, em que eles apresentam casos de egressos que obtiveram sucesso⁷⁷ em sua trajetória pós-prisão e também utilizam ao longo da capacitação uma metodologia inspirada em discursos de *coaches*⁷⁸.

O discurso de *coach* muito difundido atualmente, está relacionado ao autoconhecimento, estimulado por frases motivacionais e, por vezes, baseado em receitas prontas para a obtenção do *sucesso*. A atribuição da auto responsabilização do indivíduo é muito presente e a ideia de que basta querer para se alcançar algo que almeja é pregada na grande maioria dos casos, “a mudança está dentro de você”. Nesse sentido, a questão que se relaciona é a da performance, pois as representações de papéis e os acionamentos identitários ativados por esses discursos estão presentes em ambas as ONGs visto que a mudança de *quem você era para quem você deve ser* é notado fortemente nos discursos com os egressos. Teremos um item especialmente dedicado a essa análise ainda neste capítulo. O discurso de *coach* utilizado, no caso do Responsa, e a aplicação de algumas práticas de facilitação de dinâmicas em grupo baseadas em repetições constantes de frases, interações entre o público presente e proferição de frases em voz alta, gritando forte, repetindo o que o *palestrante* falou, se apresentam em campo. Exemplificando o que foi dito, na capacitação que acompanhei da ONG de Pinheiros o *palestrante* repetia a pergunta “O que é o Responsa?” e os

⁷⁶ A expressão foi cunhada no século XIX e é considerada uma máxima do capitalismo moderno e designa o homem que conseguiu sucesso por si próprio em decorrência de seus esforços e dedicação. Acontece que essa ideia sofre severas críticas, pois invisibiliza o Estado que muitas vezes é decisivo para a construção de fortunas, bem como anula fatores prévios, como o fato de que alguns empresários considerados *self made men* são, na verdade, herdeiros que já nasceram destinados a ter muito dinheiro, e não se fizeram exatamente por seus próprios esforços, como o termo exprime. Não se pretende aprofundar na discussão do neoliberalismo nesse momento, mas é importante pensarmos o impacto desse discurso para egressos recém saídos do sistema prisional.

⁷⁷ Leia-se, neste caso, sucesso como prosperidade econômica, ganho e acúmulo de capital financeiro, sendo este o parâmetro de sucesso para a instituição.

⁷⁸ *Coach* é entendido como categoria nativa que designa o profissional que é treinado para trabalhar o desenvolvimento humano e profissional com indivíduos e empresas, através de técnicas e metodologias, valorizando as competências individuais e buscando a evolução contínua. (Definição extraída do site do Instituto Brasileiro de Coaching)

egressos respondiam em coro: “Uma ponte!”, ele continua “Ponte para quê?” os egressos respondem “Para a esperança e oportunidade!” e assim repetidas vezes. A finalidade era de alinhar as expectativas com os egressos, para isso o *palestrante* diz que a ONG é uma agência de empregos para egressos, mas que depende de parceiras, que ela por si própria não contrata. Além disso, a dinâmica em grupo envolvia momentos como olhar para quem está do seu lado e dizer “Você consegue! Eu acredito em você!” e ainda repetir gritando algumas frases ditas pelo *palestrante* como “No dia de hoje a minha vida mudou!”, “Agora é o meu momento!”.⁷⁹

Como dito anteriormente, a capacitação do Resposta ocorre uma vez ao mês e reúne os egressos que procuraram a ONG durante aquele mês e que após passarem pela entrevista foram considerados aptos a participar da ação. Naquele momento os egressos passam por uma palestra motivacional e preparatória para o mercado de trabalho, recebendo algumas dicas de como montar currículo, como se portar na entrevista de emprego e ouvindo trajetórias bem sucedidas de egressos que encontram-se empregados. A duração é de 4 horas, os participantes recebem apostilas e após essa ação podem ser encaminhados para o mercado de trabalho em empresas parceiras, ou mesmo terceirizados pela própria ONG para prestar serviço a uma empresa que contrata essa mão de obra. Conforme já exposto, essa ONG prioriza a empregabilidade de pessoas em situações de maior vulnerabilidade social, moradores de rua e outras situações mais complexas. No entanto, a abordagem realizada por eles é mais superficial se comparada ao Recomeçar, visto que a ação dessa outra ONG tem uma duração de 3 dias, como veremos a seguir. A *capacitação*⁸⁰ recebe a cada mês novos egressos em busca de oportunidades, existem alguns que, não conseguindo vagas no mercado de trabalho, retornam no mês seguinte, mas são poucos. Logo, sempre há novos egressos, porém no caso do Resposta eu acompanhei apenas uma turma, composta por 45 pessoas, sendo 15 mulheres e 30 homens, uma proporção bem significativa de egressas, creio

⁷⁹ Essas frases e dinâmicas foram coletadas e observadas em *capacitação* ocorrida com os egressos dia 31 de outubro de 2019 na sede da ONG em São Paulo, conforme anotações de caderno de campo.

⁸⁰ O termo *capacitação* é categoria nativa, pois é a forma que a própria ONG denomina a atividade que realiza com os egressos, por isso utilizo sempre em itálico.

eu que influenciada pelo fato da fundadora ser uma mulher egressa. A ONG fornece os bilhetes de transporte público para que os egressos compareçam à *capacitação*, no entanto, quando questionei o técnico da CAEF se eles forneciam esse incentivo, assim como fazem com o Recomeçar, ele disse que não conhecia essa iniciativa. Não consegui obter com a fundadora da ONG a informação sobre quem custeia esse transporte, mas creio que possa vir do financiamento da própria ONG em parceria com o Humanitas360 como veremos no capítulo V.

Além disso, é importante destacar o ambiente do Responça que conta com uma infraestrutura de alta qualidade, um lugar bonito, bem localizado, com cadeiras confortáveis, aparelhos de áudio e vídeo, muito diferente do observado nas ações da ONG de Poá. A *capacitação*, que é chamada pela ONG de Fênix, pois “os egressos, assim como a fênix, renascem das cinzas”⁸¹ é realizada pelos próprios funcionários da organização e diferente do Recomeçar, não apresenta uma metodologia muito estruturada. Não foi dito em nenhum momento que estive em campo em Pinheiros sobre a metodologia empregada por eles, a minha percepção é de que eles tem um foco maior na empregabilidade e na geração de renda, independente do tipo de emprego, seja *freelancer* ou terceirizado, o que objetivam é o fluxo de encaminhamentos e o presente imediato para os egressos participantes. O próprio nome *capacitação*, em uma perspectiva analítica, é questionável, pois não se trata exatamente de um curso de formação, que capacita os egressos para exercer determinadas funções com foco no desenvolvimento de habilidades técnicas, emocionais e comportamentais. Trata-se de uma prática motivacional que aborda aspectos de forma superficial, até mesmo pela duração de 4 horas que envolve ainda um lanche, intervalo, falas de egressos empregados, então o tempo de *capacitação* fica restrito, sendo difícil abordar alguns pontos em maior profundidade. O foco na empregabilidade é o que mais caracteriza essa ONG, se pensada em uma perspectiva comparada com a outra organização, que veremos em seguida.

⁸¹ Explicação dada pela ONG na *capacitação* realizada com os egressos. eles também dizem que os egressos são diamantes, pois vem da lama e tem que pegar ele, limpar, lapidar e após esse processo se torna uma pedra linda e a mais forte que existe. Esses discursos presentes na *capacitação* com os egressos evidenciam o caráter motivacional citado anteriormente.

Na ONG Recomeçar, a metodologia é muito valorizada e ressaltada constantemente pelo gestor e pelos funcionários, eu percebi então que se tratava de algo importante para eles e optei por me debruçar mais detidamente sobre isso. A ação da ONG tem duração de 3 dias, sendo o primeiro e o segundo dias no período da manhã apenas e, no último dia, tem a duração de dois períodos, são 3 dias seguidos, terça, quarta e quinta de uma mesma semana. No primeiro dia, o gestor apresenta a ONG, com uma linguagem do cotidiano dos egressos, repleta de gírias, ele relata como a organização funciona, fala que *tirou uns dias*, também contando sua *caminhada*. Após esse momento inicial, a assistente social realiza uma atividade com os egressos objetivando demonstrar lições de cidadania. Pimenta (2014) trabalha com as noções de cidadania e aborda o quanto esse conceito está intimamente ligado ao campo das organizações não governamentais. No que se refere à empregabilidade, a carteira assinada confere *cidadania* ao indivíduo e, ao egresso, é como uma prova de sua reinserção social e a validação de sua *cidadania* perante a sociedade. A ONG trabalha com a cidadania como sendo composta por direitos e deveres, havendo até um jogo em que os egressos praticam ligando os deveres e os direitos que estão envolvidos em determinadas relações. No entanto, este conceito se desdobra em possibilidades mais complexas, pautando-se na igualdade de direitos civis, políticos e sociais que não se traduzem em igualdade econômica, tendo como base os princípios capitalistas e visando oferecer um mínimo de igualdade para indivíduos vinculados a um mesmo Estado. (PIMENTA, 2014) A discussão trazida pela autora é profunda e proporciona muitas reflexões, no momento iremos apenas analisar de forma sucinta como esse conceito é trabalhado com os egressos. A ação de cidadania que é realizada por meio de interações e práticas, baseando-se em um jogo, finaliza o primeiro dia de atividades com o recolhimento de documentações dos participantes do curso e algumas orientações sobre a regularização de documentos. No Brasil, conforme também observa a autora, a restrição de documentos aos egressos conta ainda como um fator de não acesso à cidadania, visto que os egressos não dispõem dos documentos necessários para conseguir alguns trabalhos, pois ficam com a documentação restrita até o cumprimento da pena integralmente.

O segundo dia é marcado pela parceria com o Emperifa, uma empresa que desenvolve negócios criativos na periferia de São Paulo e trabalha com formações, workshops e consultorias. Eles são parceiros do Recomeçar e desenvolvem nessa ação com os egressos algumas atividades, majoritariamente voltadas ao autoconhecimento e ao desenvolvimento pessoal. Um dos fundadores dessa empresa é da região do Itaim Paulista e conhece o gestor da ONG há muito tempo, desde a infância, e dessa conexão surgiu a oportunidade de chamá-los para realizar uma parte das atividades com os egressos. Primeiramente, os egressos têm um espaço para se apresentar, como dito anteriormente, foi percebido pela ONG uma necessidade deles de falarem sobre suas trajetórias, então foi implementado na metodologia em um dos dias do curso um espaço para isso. Desta forma começa a atuação da Emperifa, eles conduzem essa apresentação individual de cada um dos participantes e também se apresentam, são 2 *facilitadores*⁸². Os participantes, cerca de 30 quando as ações são no CIC Leste, falam sobre suas vidas, suas passagens pelo *sistema*, onde cumpriram pena e na maioria dos casos falam também por quais crimes respondem ou responderam. É um momento importante, pois cria conexão entre eles e expõem elementos das identidades que se reconhecem de forma coletiva, criando afinidades e acolhimento, é o início da formação do grupo de referência. Após essa dinâmica que acontece no segundo dia de ação, eles recebem as apostilas que tem o título “Empreendedor de si”⁸³ em que constam algumas atividades.

⁸² O termo facilitador é utilizado para designar aquele que conduz uma dinâmica de grupo e que é neutro no ambiente, não se insere no grupo, apenas auxilia guiando os indivíduos. A expressão é muito utilizada no meio empresarial e de treinamentos e também é utilizada pela Emperifa e pela ONG para designar os 2 profissionais que conduzem as dinâmicas com os egressos.

⁸³ O nome da apostila ser “Empreendedor de si” me remeteu às ideias de Foucault quando dizia sobre homem que empreende a própria vida, o sujeito-empresa, que hoje em dia ganha força e ares de *glamour*, mas que está diretamente atrelado à precarização do trabalho. O *self-made man* que está diretamente ligado a esse contexto é o homem empreendedor que soube obter sucesso e dinheiro nessa empreitada. Os conceitos estão pautados na base do neoliberalismo e do biopoder e são profundamente estimulados nos trabalhadores que atuam em setores mais flexibilizados, ou seja, com menos regulamentação e menos garantias, como é o caso dos motoristas de aplicativo. Um dos egressos mediadores é motorista de aplicativo e em sua apresentação ele se descreve como um empreendedor, que é o discurso vendido para ele, no entanto, ele trabalha por mais de 24 horas em vários dias da semana, recebe pouco e não tem direitos trabalhistas. A discussão sobre precarização do trabalho vêm sendo cada vez mais abordada pela sociologia do trabalho e das organizações e encontra muitas nuances e análises diversas que aqui não iremos aprofundar, no entanto, a precarização do trabalho está muito relacionada às fontes de rendas dos egressos prisionais atualmente, conforme observado em campo.

A primeira delas é para os egressos preencherem com seus conhecimentos, habilidades e atitudes⁸⁴ e esse é um dos pontos altos da ação, pois eles começam a se confrontar com os saberes adquiridos até então em suas vidas. Muitos relatam “Eu não sei nada, vivi a vida toda no crime”, outros dizem “Ah, eu sei fazer de tudo um pouco, mas saber mesmo não sei nada não” ou ainda “Até hoje não aprendi nada que presta, só besteira mesmo”, essa percepção de que o crime não produz conhecimento é o que tentaremos analisar.

Há um determinado momento em que os facilitadores das dinâmicas dizem: “Todo administrador de biqueira, sabe administrar uma empresa, todo traficante, que vendia droga, sabe vender qualquer produto, vocês sabem muito, basta utilizar esse conhecimento para outra coisa”. Em entrevista realizada com os gestores do Emperifa, em que questionei sobre essa valorização dos saberes do crime, eles me disseram que isso é importante de ser feito, pois a ideia de ter que começar algo do zero é muito difícil de lidar e faz com que alguns egressos fiquem desestimulados e acabem desistindo, valorizar o que eles já sabem é uma forma de mantê-los engajados e animados com a mudança que estão querendo fazer em suas vidas. A ideia de que existem saberes do “mundo do crime” e saberes do “mundo do trabalho”, em espectros opostos, não é o que se observa na prática, pois há muitas intersecções e fluidez entre esses “mundos”.

Interessante observarmos que esses saberes também são importantes para os trabalhadores das ONGs que são egressos, pois tendo o conhecimento dos dois “mundos”, do trabalho e do crime, conseguem identificar quais egressos estão mais dispostos a levar a sério o trabalho, funcionando como um “faro” para esses profissionais. (PIMENTA, 2014) O fato do fundador da ONG ser um egresso tem um impacto muito significativo, pois o seu “faro” é mais aguçado, mapeando quem são os participantes que são interessantes de serem trazidos para perto ou até mesmo chamados para trabalhar na própria ONG. Pimenta (2014) comenta que a atividade dos psicólogos não é considerada a mais adequada pelos supervisores da

⁸⁴ De acordo com a empresa que aplica a dinâmica aos egressos, os conhecimentos são os aprendizados, o que eles sabem; habilidades são o que sabem fazer, colocar em prática; atitudes são os comportamentos deles que consideram bacanas, como costumam se comportar, por exemplo, ser persistente, ser proativo em ajudar os outros e etc.

organização que estudou, pois “estes profissionais não teriam “faro” para identificar quem quer trabalhar de verdade.” (PIMENTA, 2014, p. 127) Além disso, um ex-presidiário que é seu interlocutor, comenta que todos na cadeia mentem para o psicólogo, sendo este um profissional que tem pouca credibilidade com os presos e egressos. No caso das ONGs pesquisadas nesta dissertação, não se verificou essa relação com a psicóloga, pelo contrário, é bastante valorizado o seu conhecimento teórico e acadêmico. Ela, mesmo não sendo egressa, tem papel central na decisão dos egressos que foram mais ou menos empenhados na ação e que, portanto, merecem uma vaga no mercado de trabalho.

A intersecção e a sobreposição entre os saberes é muito presente no campo, os paralelos realizados são constantes, bem como muitas explicações se baseiam nas práticas criminosas, pois todos vieram desse “mundo” e sabem como ele funciona. O próprio gestor da ONG, em uma reunião em que explicava como era a destinação de recursos da instituição, disse que, por serem verbas destinadas, às vezes, é difícil fazer ajustes no orçamento de forma rápida. O exemplo que foi utilizado por ele foi o seguinte: “a gente sabe como é isso, como é ter a grana na mão, mas não poder mexer nela, porque não é nossa, a gente já lidou com muita grana destinada também quando tava no corre, é a mesma coisa”, essa explicação feita para os egressos *mediadores* tornou simples para que todos entendessem o porquê aquele problema estava acontecendo. Os *mediadores* haviam reclamado de uma ajuda de custo que não foi feita pela ONG, mas foi requerida na véspera e eles não conseguiram cobrir o orçamento, pois não havia gasto previsto para isso.

Ainda no que se relaciona aos saberes, a ONG em que Pimenta (2014) realizou sua pesquisa buscava se aproximar dos padrões do “mundo empresarial” adequando alguns critérios e realizando “um esforço inicial de socialização normalizadora”. (PIMENTA, 2014, p. 130) O mesmo pode ser observado na ONG de Poá, pois recentemente o time adotou algumas práticas empresariais realizando reuniões semanais para a apresentação de indicadores que eles utilizam para avaliar o desempenho das áreas dentro da organização, existem setores bem estabelecidos, a linguagem utilizada

internamente se aproxima muito da lógica empresarial sendo, inclusive, o fundador denominado CEO⁸⁵.

A porosidade entre esses “mundos” teoricamente distintos, que se conectam e caminham concomitantemente, seja no indivíduo que é trabalhador e rouba pela adrenalina, seja no que vive imerso no mundo do crime, mas preserva os valores do mundo do trabalho ou da vida “normal” nas suas relações familiares e sociais. Um dos egressos com quem tive mais contato durante as ações do Recomeçar me contou que trabalhava como garçom em uma rede de *fast food* e que, após sair do trabalho, pegava sua arma e ia roubar porque ele gostava da adrenalina. Questionei mais sobre o porquê fazia isso e ele disse que era bacana pois conseguia uma *grana* a mais também, mas *o rolê* mesmo pra ele era a emoção. Depois de um tempo acabou perdendo o emprego no restaurante e ficou só no crime, logo em seguida, foi preso e cumpriu 13 anos de prisão. Casos como esse quebram o muro imposto entre estes “mundos” tidos como opostos e excludentes, pois trabalhar de carteira assinada, ainda que traga dignidade, cidadania e garantias de renda e direitos, não impede que a pessoa circule também no “mundo do crime”. São fluxos e dinâmicas que são flexíveis e que permitem trânsitos entre elas, conforme observado na prática.

Curioso observar o que aponta Pimenta (2014) sobre a ONG canadense em que realizou sua pesquisa, pois nesta visa-se o apagamento e silenciamento do crime. Não há funcionários egressos nas ONGs, ela soube de um caso apenas ao final de seu trabalho, ou seja, trata-se de algo velado e com o qual se quer romper. Ao passo que o observado nas ONGs em que pesquisei foi o extremo oposto, a valorização do que esses indivíduos aprenderam em suas vidas pregressas, o diálogo sobre o que fazia no crime é algo natural, resgatado e valorizado enquanto saber, conhecimento e habilidade. Assim, retomamos a metodologia empregada pela Emperifa, visando diagnosticar o que cada egresso sabe e gosta de fazer. Um deles

⁸⁵ A sigla CEO vem da língua inglesa e significa Chief Executive Officer que a tradução seria o Diretor Executivo da instituição. A denominação CEO vem ganhando força no país, principalmente nos meios de empreendedorismo, inovação e startups. Chamou minha atenção que o fundador seja chamado dessa forma, principalmente por ser uma mudança recente que aconteceu após a transição da ONG para seu caminho independente conforme descrito no capítulo II, vemos então um esforço nesse sentido, de se aproximar do “mundo empresarial” conforme observado por Pimenta (2014).

comentou que gostava de cozinhar e fazia comida para vender, era dessa atividade que provinha sua fonte de renda e, dessa forma, busca-se favorecer essa geração de renda aos egressos. A relevância dessa abordagem se dá, principalmente, pela compreensão de que poucos dos egressos participantes das dinâmicas irão efetivamente ser contratados com carteira assinada pelas empresas, por isso, há uma preocupação em estimulá-los a conseguir *bicos* ou geração de renda em algo que gostem de fazer, para que seja duradouro. A mentalidade que eles têm de que não sabem nada, só sabem o crime, busca ser quebrada nessa atividade, para que se vejam desenvolvendo outras funções, seja como pedreiro, cozinheiro, o fato de terem que escrever o que sabem nas apostilas ajuda a sedimentar e enumerar esses conhecimentos e habilidades, de acordo com a metodologia da ONG. O impacto é significativo, pois ao final alguns comentam: “poxa, eu sei bastante coisa até!”, “nossa eu adorava quando ia pintar casa com meu tio, ajudar ele nos bicos”, “ah, eu sei sim algumas coisas, é que às vezes a gente fica só naquilo, né?”. Todas essas frases eu ouvi em campo ao final da atividade de mapeamento de competências, então pode-se dizer que o impacto imediato nos indivíduos é relevante, porém não foi possível auferir a permanência desse pensamento.

Após essa atividade, eles ouvem a música “Homem na estrada” dos Racionais Mcs⁸⁶ que fala sobre um egresso prisional que quer deixar o “mundo do crime” e descreve o dia a dia de violência na periferia, os egressos ouvem com atenção e alguns se manifestam concordando com a letra da música. Em seguida, eles são estimulados a anotar na apostila seus sonhos, o que desejam para suas vidas e um deles, em uma das ações, disse: “Nossa, não sei quanto tempo eu não penso nisso, não sei se já pensei nisso, às vezes fazemos as coisas sem pensar, esquecemos nossos sonhos, vai só no automático, agora eu parei e pensei, foi boa essa reflexão”.⁸⁷ Além disso, refletem também sobre o porquê querem “recomeçar” e são orientados a escrever seus motivos nas apostilas, visando encontrar a motivação real para

⁸⁶ Racionais MCs é um grupo de rap brasileiro fundado em 1988 e que aborda em suas letras questões ligadas à violência, ao crime, ao racismo, às desigualdades sociais, à brutalidade policial e outros aspectos que circunscrevem o cotidiano das periferias.

⁸⁷ Diário de campo, dia 23 de outubro de 2019, Belenzinho, segundo dia de ação da ONG Recomeçar com os egressos.

*mudarem de vida*⁸⁸, *deixando o crime* e vendo objetivos mais concretos nessa *mudança*. A ausência do momento de reflexão na vida desses indivíduos é notada de forma recorrente pelas falas dos egressos, alguns dizem que nunca pensaram em algumas reflexões que foram colocados, outros falam que não sabem e têm muita dificuldade em pensar mais a fundo sobre alguns temas. No entanto, de modo geral eles gostam e recebem de forma positiva esse momento, os facilitadores reforçam que esse é o momento deles, para que eles pensem neles, e a grande maioria se sente valorizada, realmente imerge na experiência de reflexão proposta fazendo as anotações nas apostilas, em alguns momentos pedindo ajuda, mas majoritariamente bastante focados, efetivamente pensando no que foi proposto. Creio que esse momento seja um dos mais importantes da ação desenvolvida pela ONG, pois para além do emprego, há esse aspecto de conexão consigo mesmo, com suas ideias, competências, sonhos e valores. Por mais que pareça superficial para quem se encontra desempregado e com outras necessidades mais urgentes, aparentemente tem um impacto na subjetividade do indivíduo que é um dos principais objetivos da organização e que pode influenciar na trajetória de vida do egresso. Um dos participantes disse:

“Fazer isso é totalmente diferente de tudo o que eu vivo! Eu saí da favela, peguei o metrô e vi que o mundo é muito maior do que vivo lá na minha quebrada. A pergunta é simples, mas foi difícil responder, diferente de tudo o que eu vivi, eu nem sabia que eu tinha um objetivo. Eu escrevi e apaguei várias vezes, me fez pensar, a educação é tudo mesmo, é importante. Se eu tiver lá na favela, nunca ia pensar isso tudo. Eu não tenho conhecimento, mas vocês estão me trazendo o conhecimento. É importante saber o que eu quero, onde eu quero chegar.” (Egresso em ação)

⁸⁸ A expressão aqui é categoria nativa, a ideia de mudar de vida e romper com o mundo anterior é questionada pelos acionamentos identitários possíveis, distanciando de uma ideia de conversão de identidade, mas baseada nos rituais de passagem que estimulam a mudança de papéis sociais, conforme veremos a seguir.

do Recomeçar, 23 de outubro de 2019, São Paulo)

A fala dele é significativa e evidencia que os momentos de reflexão que ele chama de “conhecimento” são importantes e diferentes do que estão acostumados a viver. Porém, ressalta-se que as ONGs não conseguem atuar amparando os egressos em todas as áreas em que apresentam necessidades específicas, as organizações não atuam com a educação do indivíduo diretamente, mas orientam e estimulam que estes retomem os estudos ou que se capacitem mais. A fala desse egresso está pautada nesse momento de reflexão, que não é algo que acontece em sua rotina, as palavras *educação* e *conhecimento* escolhidas por ele, não se relacionam diretamente com a atividade desenvolvida pela organização, mas nos ajuda a compreender o que a atividade proposta pela metodologia da ONG despertou em um dos participantes, não sendo ele um caso isolado.

O segundo dia de atividades conduzido pelo Emperifa se encerra com essas reflexões e no dia seguinte acontecem mais atividades. É comum que indivíduos que foram no primeiro dia não retornem no segundo ou terceiro, não consegui compreender exatamente um padrão de comportamento quanto às presenças nos 3 dias, houve turmas em que a queda de participantes de um dia para o outro foi significativa e outras em que veio mais gente no segundo do que no primeiro dia - alguns fatores influenciam, como a meteorologia, algum fato superveniente nos transportes públicos, questões corriqueiras da vida pessoal.

No que se relaciona à presença nos 3 dias de curso, é importante destacarmos que a ausência em um dos dias impede que o egresso receba o certificado de participação no curso, existem alguns casos em que cabe uma conversa com os gestores da ONG, mas a regra estabelecida é essa. Quando o participante não vai em algum dos dias, ele pode ir na turma posterior, após 15 dias, apenas no dia em que faltou e assim consegue o certificado. A lógica instituída de controle de presença e demais práticas aplicadas se encaixam na cultura do controle presente também nos estabelecimentos prisionais. A disciplina, a existência de punições - como o não recebimento do certificado - e o controle de presença realizado pela ONG, bem como o critério utilizado

por eles para definir quem vai ser encaminhado ou não para a vaga de emprego se baseiam em critérios de controle, que eram exercidos pelo cárcere e agora estão sob o crivo das organizações, evidentemente que em diferentes níveis. Quando Madeira (2008) aborda os aspectos que considera centrais para a vida pós-prisonal do egresso, ela diz que essas possibilidades de inclusão são também potenciais aspectos de controle social, sendo eles: “a formação e inclusão em redes sociais, a conversão religiosa e a reinserção através do trabalho” (MADEIRA, 2008, p. 56) Outros estudos também apontam para o controle disciplinar realizado pelas ONGs que são verificáveis também nas ações do Estado e até mesmo algumas linguagens e classificações que são adotadas pelos programas de atendimento ao egresso seguindo o padrão estatal. (PIMENTA, 2014) Além disso, a autora dedica um subcapítulo de seu trabalho à discussão do controle social no âmbito dos programas de atendimento aos egressos prisionais, analisando formas de controle e punição através de sua interlocução com um egresso canadense, onde desenvolve parte de sua pesquisa.

No caso do Recomeçar, o controle social também pode ser observado através dos *mediadores*, que são elementos essenciais na metodologia da organização. Os *mediadores* são egressos prisionais que já passaram pela ação da ONG e que conseguiram vagas nas empresas parceiras, hoje atuam mediando a relação da organização com o egresso inserido no mercado de trabalho através do programa. A figura é semelhante a de um “padrinho” que viveu o mesmo processo que o egresso recém contratado e que poderá orientá-lo, auxiliando no que for preciso, atuando como um elo entre a ONG e o egresso novato.

Ao todo a ONG conta com 12 *mediadores*, esses indivíduos são responsáveis por acompanhar a vida dos egressos que vieram depois deles, vendo se está tudo bem com a família, com o trabalho, com alguns outros fatores que possam vir a surgir. Geralmente o acompanhamento é realizado por egressos que trabalham na mesma empresa ou que tem mais proximidade por algum motivo, eles se encontram com frequência com os acompanhados ou fazem ligações para saber como as coisas estão, se enfrentam alguma dificuldade ou se precisam de algum auxílio. A ONG realiza

uma reunião com os *mediadores* a cada 15 dias⁸⁹ reunindo todos para que estes passem como está a situação de cada acompanhado, eu acompanhei 3 encontros de *mediadores*, de modo geral todos relatam estar tranquilos, existe um ou outro caso mais problemático que requerem mais atenção da organização. Um dos casos discutidos foi o de um dos egressos empregados que está indo muito bem na empresa, fazendo cursos de qualificação, mas ainda *usa muita droga*, então está complicado na família, mas na empresa está tudo certo, o gestor ficou de *encostar nesse mano pra trocar uma ideia firme*. Outro caso é de um rapaz que estava empregado em uma das empresas parceiras, mas já sofreu diversas humilhações de seu *encarregado*⁹⁰ por ser egresso e foi chamado de *lixo* na frente de outros funcionários, ele ficou muito abalado, chegando até a tentar o suicídio. Ele foi transferido de área dentro da mesma empresa e aparentemente estava melhor, o gestor da ONG e a psicóloga discutiram com o *mediador* que o acompanha se seria melhor trocá-lo de empresa ou manter ele na mesma já que havia trocado de área. Um *mediador* relatou não estar conseguindo contato já há 2 meses com um dos rapazes que ele acompanha, foi questionado na empresa parceria se ele continua empregado e disseram que sim, mas ele não atende ligações, nem retorna as mensagens, de acordo com o *mediador* ele está *fora de sintonia*.

As empresas parceiras passam relatórios para a ONG a cada 2 meses falando de cada um dos egressos empregados, ou seja, o *feedback*⁹¹ é recebido tanto por parte do egresso que está sendo acompanhado via *mediador*, quanto por parte da empregadora. O gestor ressalta que a vaga de emprego não é do egresso, é da ONG, pois a organização é que luta para conseguir a oportunidade de colocar o egresso lá dentro com carteira assinada, dessa forma, as empresas destinam uma quantidade de vagas específicas para o programa do Recomeçar. Todos os *mediadores* reforçam a necessidade de construir uma boa *caminhada* nas empresas, porque se

⁸⁹ Os *mediadores* recebem R\$ 300,00 (trezentos reais) por mês para desempenharem esse papel e auxiliarem também nos custos de transporte até as reuniões. Um dos *mediadores* me informou que nenhum deles está ali pelo dinheiro, que eles querem mesmo é ajudar outros egressos, eles estão pela “missão” mesmo, não por “300 conto”.

⁹⁰ Nomenclatura utilizada pelo egresso.

⁹¹ A expressão é uma categoria nativa, utilizada nessas reuniões com gestores, funcionários e mediadores e evidencia novamente a aproximação da ONG com a lógica empresarial, conforme dito anteriormente.

cometer falhas acaba fechando a porta para outras pessoas, indivíduos que poderiam ter oportunidades e que não terão por falha de um egresso que não soube aproveitar. Se os egressos fazem um bom trabalho nas empresas, elas abrem mais vagas para a ONG, então segundo eles, é uma “caminhada que tá todo mundo correndo junto pelo certo”.

Após compreendermos o discurso que a organização faz sobre a figura do mediador, e que é muitas vezes reforçado por eles, podemos observar que se trata de uma forma de controle disciplinar e social que atua de forma sutil. O acompanhamento realizado é para que a ONG tenha controle sobre como está a vida desses indivíduos que estão carregando o nome da organização consigo, principalmente no que se relaciona ao ambiente de trabalho. O que se justifica no discurso da vaga ser da organização e não do indivíduo, não há que se fazer um juízo de valor sobre ser bom ou ruim esse controle, mas de fato ele pode ser verificado na prática. No sentido foucaultiano, são muitas as formas de controle observadas na relação que as ONGs estabelecem com os egressos, principalmente com aqueles que conseguem as vagas de emprego nas empresas parceiras, operando assim em uma lógica paralela ao controle estatal.

Encerrando esse grande parênteses, retornamos ao terceiro dia de ação que tem duração de dois períodos (manhã e tarde) nos quais os egressos irão permanecer com a dinâmica do Emperifa pela manhã e à tarde ficam as atividades propostas pelos funcionários da ONG. No primeiro período, com a facilitação do Emperifa, eles são divididos em grupos para aprender a trabalhar juntos, a atividade é desenhar a planta de uma casa e depois apresentar ao grupo. A dinâmica visa mapear algumas habilidades, como o espírito de liderança, criatividade, habilidades artísticas, comunicação, pois ao final os egressos irão observar como se saíram em cada um desses aspectos. É bem interessante a interação entre eles, pois formam grupos de afinidades e se conectam mais quando trabalham em grupos menores, então as trocas são ricas e envolvem aspectos do “mundo do crime” mas que dialogam fortemente com a família, por se tratar de uma casa. A reconexão com o ambiente familiar, a esfera privada e essa convivência no núcleo íntimo é intrigante, pois os faz refletir sobre esses aspectos de sua vida dos quais ficaram distantes. Ao fim dessa atividade é

realizado um encerramento com o Emperifa, analisando as reflexões que fizeram nos últimos dias, os egressos nesse momento costumam agradecer muito os facilitadores que propuseram as atividades e puderem *mandar um papo reto* com os egressos.

No almoço, todos comem juntos a refeição que é oferecida pela própria ONG, que distribui marmitas aos participantes, sendo este um momento de grandes trocas pois eles já estão convivendo há 2 dias, já se conhecem um pouco e neste almoço dividem suas trajetórias, histórias da prisão, vão criando ali laços e reforçando a unidade do grupo de referência. Após 1 hora de almoço, eles retornam e há a aplicação do teste psicológico realizado pela psicóloga e pela assistente social, esta atividade é reservada, eu não pude acompanhar. No retorno do teste é realizado um workshop preparatório para o mercado de trabalho, em que a psicóloga passa para eles algumas regras de como se vestir na entrevista, como montar currículo, condutas que são aceitáveis ou não aceitáveis no mercado de trabalho, dentre outros aspectos mais subjetivos. Trata-se de um conteúdo denso, mas ao mesmo tempo acessível aos egressos, baseado em aspectos de *soft skills*⁹². De acordo com a ONG esse era, no momento em que estive em campo, um dos maiores desafios que eles estavam enfrentando, a manutenção no mercado de trabalho, pois quase 40% dos egressos empregados foram demitidos e destes, 75% por razões comportamentais.

A discussão sobre os fatores comportamentais serem a principal justificativa de demissão dos egressos é extensa e aborda até outras áreas do conhecimento, no entanto, extremamente relevante, por isso iremos abordar alguns pontos levantados. A produtividade ou a incapacidade técnica para o trabalho poucas vezes são apontados como fatores para demissão pelas empresas parceiras, a maioria esmagadora está baseada em aspectos do comportamento do indivíduo egresso. Seja por não se adequar a convenções sociais consideradas básicas no ambiente de trabalho, seja por não conseguir estabelecer limites entre o pessoal e o profissional, por brigas

⁹² Categoria nativa. O termo *soft skill* é cada vez mais presente no mercado de trabalho e se refere à habilidades de relacionamento interpessoal no ambiente de trabalho, ligadas ao trato entre colegas, empatia, capacidade de se relacionar de forma harmoniosa com seus pares, lideranças e etc. Diferente das *hard skills* que se referem a habilidades de conhecimentos técnicos, pautadas no domínio de determinadas ferramentas.

com colegas ou *encarregados*, por brincadeiras inadequadas, dentre outros motivos apontados como motivadores das demissões. De acordo com a psicóloga da ONG, os egressos estão acostumados com uma punição imediata quando cometem algum deslize, tanto no crime quanto na prisão, quando há algum erro o indivíduo é advertido na hora e paga pelo erro imediatamente, sendo que no “mundo do trabalho” essa lógica não se aplica dessa forma. De modo geral, os comportamentos indesejados vão sendo percebidos ao longo do tempo e vão se acumulando, no entanto, quando chega em algum ponto extremo, ou após o acúmulo de diversos episódios, acabam ensejando o desligamento do egresso da empresa. Existem elementos psicológicos que poderiam ser abordados, além de diversos outros aspectos relevantes para a discussão, mas que fogem do nosso escopo nesta análise.

Sobre a taxa de demissão de 40% dos egressos já empregados pela ONG, ela é um indicador alto e que preocupa constantemente os gestores da organização. Diversas vezes ouvi os funcionários falando em “empregar menos, mas empregar melhor”, isso porque, segundo eles, foram inseridos no mercado de trabalho muitos egressos despreparados. A psicóloga falou inclusive, em reunião com os *mediadores*, que eles são exceção, que destoam muito do nível dos outros egressos que foram posteriormente empregados. Na primeira reunião em que participei com os *mediadores*, essa foi uma das questões mais discutidas, a qualidade e preparo das pessoas que estavam sendo empregadas pela ONG. O alto número de demissões decorre, na visão da organização, dessa ausência de preparo prévio, não relacionado à capacitação técnica desses indivíduos, mas às condutas no ambiente de trabalho, com o qual, em muitos casos, eles não têm familiaridade alguma. A maioria dos egressos nunca tiveram uma experiência no mercado de trabalho formal e essa adequação em alguns casos é muito difícil, não sendo algo facilmente solucionável pela ONG. O controle disciplinar mais uma vez se manifesta na atuação da ONG, pois esta deve selecionar apenas “os melhores”, os mais bem capacitados, com o melhor “nível”, para que haja essa empregabilidade pensando em qualidade e durabilidade no mercado de trabalho. Quando a psicóloga diz que os egressos empregados agora são “totalmente outro nível” não foi possível entender objetivamente em quais

critérios se baseou, mas foi unânime a concordância pelos *mediadores* e pelos demais funcionários. Agora o processo de seleção de quem iria para essas vagas deveria ser mais rigoroso, *elevando a barra* da organização sobre os egressos que seriam encaminhados, aumentando assim o nível de controle sobre o processo. A permanência no mercado de trabalho é, sem dúvidas, um ponto que merece atenção especial, que desperta interesse e um olhar mais atento, que necessitaria de um trabalho próximo com as empresas parceiras para compreender essas demissões.

Retomando a metodologia empregada na ação com os egressos, após o workshop com a psicóloga, é realizada uma palestra do responsável pelo setor jurídico da ONG que fala com os egressos sobre direitos trabalhistas, visando orientá-los para o mercado de trabalho. O momento é o mais entediante e cansativo para os egressos, muitos saem da sala, vão dar uma volta, tomar água, interagem muito pouco, alguns dormem, trata-se da atividade mais desinteressante, foi o que pude observar em minhas idas à campo. Alguns perguntam se podem sair antes, os funcionários dizem que sim, mas que não receberão o certificado, reforçando a ideia de controle observada anteriormente. A forma como a palestra é estruturada é pouco atrativa, mas principalmente o assunto não se conecta com a realidade dos egressos fazendo com que percam o interesse no assunto. A ausência de contato prévio da grande maioria dos participantes com o trabalho formal faz com que as explicações sobre direito trabalhista fiquem muito distantes de suas vivências e se tornando apenas um monte de “juridiquês” pouco acessível e sem relação com a realidade que eles vivem. Após esta atividade são divulgados alguns cursos de capacitação de outras organizações que estão disponíveis para eles realizarem e, ao final, é realizada a entrega de certificados e os registros fotográficos. Ressalta-se que, para essa sessão de fotos, é entregue um termo de consentimento de uso de imagem para cada um dos egressos e alguns poucos não assinam o documento, não consentindo com o uso de sua imagem pela ONG. É possível observar nesse caso o não desejo do indivíduo em ser conhecido como um egresso prisional, a vontade do egresso de dispor de diferentes acionamentos identitários quando achar que lhe convém.

O gestor do Recomeçar me informou que, após a pandemia de COVID-19, que prejudicou a questão da empregabilidade não só para os egressos, mas para a sociedade em geral, a ação e as atividades passaram a ser mais voltadas ao desenvolvimento pessoal e menos focadas no mercado de trabalho. Segundo ele: “as pessoas precisam estar bem em primeiro lugar para depois poder trabalhar bem e essa pandemia abalou muito todo mundo, a gente tá primeiro estruturando as pessoas, desenvolvendo, para depois poder empregar”. A preocupação do gestor do Recomeçar com a metodologia é latente, ele sempre diz “estamos revendo nossa metodologia”, “estamos melhorando a metodologia”, é uma palavra muito presente em todas as conversas que estabeleci nessa interlocução. A metodologia é utilizada também quando ele coloca sobre a expansão do Recomeçar pro Brasil inteiro, ele diz que o sonho da organização é que haja uma unidade da ONG em que cada estado, aplicando a metodologia desenvolvida por eles e estimulando pessoas a *recomeçar* após a prisão. Inclusive, durante a pandemia, especificamente no mês de outubro, o Recomeçar ampliou sua atuação em território nacional iniciando as atividades em Pernambuco, através de um egresso prisional deste estado que levou a metodologia da ONG paulistana para o nordeste brasileiro.

O Instituto Resposta, no entanto, não apresenta essa preocupação metodológica, pelo menos não foi possível essa observação em campo. As ONGs atuam de forma semelhante, mas se puder citar a principal diferença entre elas, creio que seja o foco de cada uma delas: enquanto uma objetiva desenvolver pessoas com preocupações metodológicas que proponham reflexões e ofereçam um ritual de passagem, outra tem um enfoque específico na empregabilidade, independente de qual emprego for, o foco é a geração de renda. As metodologias empregadas se diferenciam e se destacam, no caso do Recomeçar, aspectos mais subjetivos e ritualísticos dessa ação de 3 dias com os egressos, da interação posterior com os *mediadores*, da forma como se organizam, o que veremos a seguir.

2. Rituais de Passagem

A metodologia utilizada pelas ONGs são diversas, mas ambas se baseiam na auto responsabilização do indivíduo e, mais do que isso, na criação de rituais de passagem. Em ambas as organizações eles dizem: “Anote a data de hoje! Hoje é o dia que a sua vida mudou!”. Essa fala faz parte de um “sistema ritual” (GLUCKMAN, 1974) que é criado pelas ONGs, mas que é melhor observado na metodologia do Recomeçar, conforme será observado neste tópico.

É importante que, para iniciarmos essa análise, tenhamos em mente o que compreendemos por ritual de passagem. De modo geral, os rituais são compreendidos na sociedade moderna ocidental como algo puramente formal, sem muito conteúdo, com mais importância na sua forma. Além disso, os rituais são comumente relacionados a práticas arcaicas e majoritariamente ligados a elementos fantasiosos, mágicos, sobrenaturais e religiosos. (PEIRANO, 2003) No entanto, rompendo com essa ideia, Van Gennep (1978) foi um dos primeiros autores a dissociar os rituais da religião e a se debruçar sobre os estudos dos “ritos de passagem”, título de seu livro publicado originalmente em 1909. Os “ritos de passagem”, de acordo com o autor, estavam ligados a momentos de transição e mudança para novas etapas da vida do indivíduo ou do grupo social. Os ritos não necessariamente alteram a identidade da pessoa e se baseiam em 3 etapas que seriam a separação da ordem social prévia, posteriormente um estágio de transição e, por fim, uma incorporação da nova condição ou retorno à antiga condição. O autor se debruçou especialmente sobre a semelhança entre os ritos individuais e grupais, com especial atenção às mudanças que os rituais favoreciam, muito mais do que os estágios isolados do processo. Nesse sentido, observando alguns pontos da definição do autor pode-se notar similaridades entre algumas vivências propostas pelas ONGs.

Iremos a partir de outro autor analisar mais especificamente os rituais propostos pelas organizações aqui estudadas e suas metodologias. Gluckman (1974) passa a trazer uma visão do ritual como um sistema, inserido nas estruturas sociais, que influenciava as formas de distribuição de poder, não interferindo na estrutura do poder diretamente. Na mesma linha já

abordada por Van Genep (1978), o autor sulafricano também dissocia os rituais da religião ou de crenças sobrenaturais, estes no caso dos dois autores, marcariam uma mudança na vida do indivíduo ou de um grupo. O “sistema ritual” compreendido por Gluckman envolve práticas e crenças que formam esses rituais de passagem alterando os status e papéis sociais, sendo esses os rituais das relações sociais. O autor aborda o “sistema ritual” reforçando que o sistema representa um campo de tensões, ambivalências, lutas e cooperações, assim, seria este um todo complexo sujeito à análises diversas em que há disputas estabelecidas. Os rituais são exercícios de representação das relações de poder no interior de determinado grupo, ou entre grupos, em que pode também se observar aquilo que se quer produzir. São estes os momentos em que as pessoas colocam em discursos ou representações as categorias que querem enunciar, quem tem mais ou menos espaço ou quem fala primeiro e quem se manifesta depois, existem tensões e disputas. É interessante observarmos que em uma sociedade moderna é difícil que um ritual altere a identidade global do indivíduo, pois somos construídos por processos de identificação complexos.

Assim, ressalta-se que o paralelo que se busca observar entre os rituais de passagem e a metodologia utilizada pela ONG com os egressos, tem enfoque em uma área muito específica da vida dessas pessoas que é o campo profissional.⁹³ Se observarmos em uma escala mais ampla envolvendo relações familiares, de amizade, laços afetivos e demais aspectos, pode ser que outros fatores sejam considerados. No entanto, no que se relaciona ao ponto em que a ONG atua perante os egressos, o que se pretende é um *ritual de passagem* que atua sobre a forma de falar, de se vestir, de gesticular, que são “ensinadas” pela organização visando uma normalização de sua corporalidade na expectativa de que isto seja revertido em uma colocação profissional no mercado de trabalho formal. Nota-se, no entanto, que as demissões recaem exatamente sobre estes aspectos relacionados à má conduta no ambiente corporativo, apesar dos esforços da ONG nesse sentido. Além disso, a criação de um grupo de referência que se dá a partir da

⁹³ Por mais que a ONG fale em desenvolvimento pessoal, o foco na empregabilidade, bem como, a importância da geração de renda aos egressos que não provenha do “mundo do crime” se relaciona a aspectos profissionais, de trabalho.

apresentação de cada um deles no primeiro dia em que se reconhecem e criam afinidades, compartilhando suas experiências prisionais nos momentos de diálogos e vivendo juntos aquele *processo de transformação* do indivíduo preso para o egresso prisional. Não é possível observar uma mudança de identidade global do indivíduo, mas pode ser reconhecido o esforço da ONG em transformar o indivíduo até então do “mundo do crime” no homem trabalhador, que passa a acreditar no seu potencial, a compreender que tem conhecimentos e que existem outros caminhos possíveis, conforme a organização prega. Ademais, o foco da ONG efetivamente não está na introdução dos egressos no mercado de trabalho, mas na promoção desse ritual, pois é sabido que não haverá vagas para todos; mas se, após passarem pelos 3 dias de ação, eles mudarem suas condutas, buscando um novo trabalho, modificando a forma de se comunicar e se vestir profissionalmente, trata-se neste caso de um sucesso para a ONG.

A forma como o Recomeçar atualmente mede seu sucesso poderia ser modificada, compreendendo esse aspecto ritualístico do *desenvolvimento pessoal* em que eles promovem essa mudança no egresso, a organização poderia adotar outros indicadores para medir a efetividade de seu trabalho, mesmo porque a quantidade de vagas disponíveis não depende diretamente deles e, sim, das empresas parceiras. A apresentação dos participantes um por um, como já citado, bem como o almoço conjunto, a figura do mediador, o encontro de final de ano que é promovido para reunir os egressos⁹⁴, os grupos de *WhatsApp* que surgem das ações, a entrega do certificado de conclusão e a foto ao final dos 3 dias de atividades, dentre outros exemplos práticos que evidenciam nuances, nos fazendo entender as ações com os egressos como rituais de passagem. A ideia de transformação de vida reforçada pela organização, e principalmente os momentos de reflexão e introspecção propostos, conforme explanado quando falamos das metodologias, nos levam a compreender que estão presentes elementos que caracterizam os rituais de passagem não como modificadores de identidades

⁹⁴ Todo final de ano a ONG organiza um almoço coletivo que envolve os mediadores e todos os egressos empregados nas empresas parceiras, juntamente com suas famílias, em que é realizada uma apresentação de fechamento de ano demonstrando o balanço das atividades, quantas pessoas passaram pelo Recomeçar, quantas foram empregadas e etc. Trata-se de mais um aspecto desse ritual que forma um novo grupo de afinidades.

globais, mas de posições e status sociais. Os rituais não promovem mudanças estáticas - antes era aquilo, agora é isso - mas eles promovem mudanças nas percepções que os egressos têm de si próprios, tornando possível se perceberem enquanto sujeitos com variados acionamentos identitários e não apenas o “bandido”.

Os egressos que concluem o curso postam fotos nas redes sociais, falam que vão deixar o diploma na parede de casa para verem e sempre lembrarem da experiência que viveram e houve alguns que se emocionaram com a conquista daquele certificado, evidenciando que a mudança proposta pela ONG tem uma eficácia simbólica muito relevante não somente entre aquele grupo de referência, mas também entre os círculos sociais em que esses indivíduos se inserem.

A Resposta, que promove a capacitação de 4 horas, também promove um ritual, se aproximando de um modelo de socialização normalizadora (PIMENTA, 2014) entre os egressos, dando dicas gerais de comportamento, vestimenta e condutas no mercado de trabalho e aplicando técnicas motivacionais dos *coaches*, conforme já abordado. Neste caso, devido à ausência de atividades que proponham essa modificação de status e de posição social, acredito se tratar de um outro processo de ritual, diferindo da metodologia empregada pelo Recomeçar, e se aproximando de um espetáculo, um ritual semelhante a um show. Não se trata de uma comparação que visa diagnosticar a melhor ou pior abordagem entre as ONGs, são apenas práticas diversas, que servem a diferentes objetivos e públicos. A medida do sucesso, como dito anteriormente, também é bastante questionável, por essa razão não se objetiva dizer qual surte mais efeito ou tem mais eficácia em sua atuação.

No caso da ONG de Pinheiros, o ritual se dá através da repetição de frases motivacionais que têm forte poder de convencimento, principalmente se considerarmos que isso se dá em grupos de 40 ou mais pessoas, com todos falando juntos em voz alta, havendo inclusive um aspecto emocional. A retórica empregada, os gestos e práticas semelhantes às dos *coaches*, conforme já abordado, influenciam nesse efeito ritualístico observado em campo. A semelhança com discursos religiosos, muito ligados a rituais, é

grande, empregando-se técnicas parecidas que visam um objetivo comum, a criação de um grupo de referência.

A atuação dos rituais de passagem na dimensão simbólica envolve a ideologia neoliberal e a exploração de mitos. A atuação das ONGs não se trata unicamente de um deslocamento material do indivíduo, que envolveria neste caso o vínculo empregatício com as empresas parceiras, vai além disso se manifesta na esfera simbólica, havendo uma passagem da imagem de “bandido” à “trabalhador”. O mito produzido a partir do “trabalho dignificante”, do “*self-made man*” e do “homem empreendedor” são reforçados pelos rituais propostos pelas ONGs e efetivamente modificam a visão que os egressos têm de si mesmos, produzindo resultados concretos. O ritual que se desenvolve numa esfera material, produz além de resultados materiais, efeitos simbólicos que são fortemente introjetados nos participantes e que produzem neles a sensação de “mudar de vida”, ainda que materialmente nada tenha se modificado. No capítulo V e nas considerações finais iremos adentrar nessas abordagens envolvendo a ideologia neoliberal, a dimensão simbólica e material e exploração desses mitos, a partir dos rituais realizados pelas ONGs.

Por fim, os rituais de passagem promovidos pelo Recomeçar, são percebidos pelos egressos participantes como extremamente valiosos e como oportunidades que eles nunca antes tiveram, retirando das ações a ideia de avaliação, pois a experiência daquela vivência por si só já é entendida como transformadora pela maioria dos egressos. Dessa forma, a avaliação realizada pela equipe da ONG, que analisa quem mais se destaca nos 3 dias de ação para ser chamado para a entrevista e posteriormente encaminhado para uma vaga de emprego em *empresa parceira*, se dissipa, e o egresso não se sente avaliado, ao invés disso se sente valorizado.

O grupo de WhatsApp que surge, em alguns casos após os dias de ações, juntando aquela turma de egressos na rede social, tem uma função interessante pois nele são compartilhadas mensagens motivacionais, trocas de afetos com perguntas constantes de como estão os demais integrantes, há muito compartilhamento de oportunidade de empregos, bicos e qualificação profissional, assim como algumas dúvidas sobre a vida após a prisão, criando assim uma rede de apoio no grupo de referência. No entanto, notei que, após

algum tempo, o fluxo de mensagens diminui e hoje o grupo encontra-se praticamente parado, após 1 ano de sua criação, o grupo manteve-se ativo por cerca de 3 meses após a ação. Não são todas as turmas que criam os grupos, depende da iniciativa dos participantes. As ONGs não atuam diretamente nos grupos e com o passar do tempo a eficácia do ritual vai se dissipando, visto que a ONG não mantém contato com aqueles egressos que não foram alocados em postos em empresas parceiras.

Nos grupos em redes sociais eles se conectam com seus iguais, há nesse ambiente virtual um reconhecimento entre pares, momento em que eles mobilizam seus papéis sociais (Goffman 1975), o que se relaciona aos acionamentos identitários que veremos no item a seguir. Goffman afirma ainda que os estigmatizados tendem a se unir em redes, no entanto, por ser interacionista, cada relação depende de uma interação e, portanto, dos papéis sociais que são ali acionados. O que vemos na ação das ONGs é que quando os rituais não são reforçados, a coesão inicial se dissolve, pois os laços interpessoais acabam se enfraquecendo, a organização pensando nesse ritual como seu maior foco de atividade, poderia propor mais estímulos para que os egressos mantenham-se em contato com a organização e os demais colegas, reforçando a eficácia simbólica do grupo de referência ao longo do tempo.

A dimensão do ritual de passagem realizado pelo Recomeçar, que visa essa mudança de vida na esfera profissional, transicionando o indivíduo do status de encarcerado para o de desencarcerado e suscitando uma necessidade de transformação de projetos de vida, é o ponto focal de atuação da organização. Após o advento da pandemia de COVID-19, o gestor me informou que o foco passou a ser o desenvolvimento pessoal e menos a empregabilidade, já que as vagas ficaram escassas, creio que este momento pode ser uma oportunidade para se perceber a atuação deles como promovendo sucesso na mudança do grupo de referência em que a pessoa está inserida. O que fica é o questionamento sobre quanto tempo esse ritual de passagem surte os efeitos esperados, já que no momento não há acompanhamento dos egressos participantes das ações.

A “conversão” (MADEIRA, 2008) dos participantes, que se inicia antes mesmo das ações das ONGs, pois aqueles egressos que procuram essas

organizações já iniciaram esse processo de transformação, se concretiza na esfera profissional da vida do indivíduo e pode ser avaliada pela eficácia simbólica que se produz. Vale ressaltar que esse processo de conversão abordado pela autora, não se verificou na prática com os egressos participantes dos programas com os quais interagi. O ritual, além de transicionar o indivíduo de encarcerado para desencarcerado também promove uma mudança sobre a percepção que ele mesmo tem de sua atuação na esfera social. A maioria dos egressos com quem tive contato pensavam da seguinte forma: “sou bandido mesmo, é só o que sei fazer”. No entanto, a abertura para novos acionamentos identitários, como a possibilidade de se enxergarem como estudantes, pintores, cozinheiros e demais profissões, é a grande oportunidade que se cria a partir do ritual. No Brasil, deixar de ser categorizado como “bandido”, para se tornar “trabalhador”, pode ser equiparado a se passar da condição não humana à humana, principalmente se considerarmos a máxima “bandido bom, é bandido morto” tão difundida na sociedade e que ganha força com o crescimento da extrema direita na política nacional.

A partir do próximo subcapítulo veremos análises sobre os acionamentos identitários que irão se relacionar com essas esferas de rituais de passagem atrelados às metodologias aplicadas pelas organizações.

3. Acionamentos Identitários

Quando pensamos nesse ritual de passagem e nas metodologias aplicadas pelas ONGs, notamos que a identidade do indivíduo egresso sempre está em questão, pois há uma busca por modificar a forma como a sociedade o enxerga, deixando de ser um “bandido” e se tornando um “trabalhador”. Já abordamos nos capítulos anteriores sobre Goffman (1975) e suas análises a respeito das identidades, que são complexas, contextuais e múltiplas e se manifestam em representações que estão em constante jogo nessas interações sociais. A identidade não é única e pode ser acionada de diferentes formas a depender das relações sociais ali estabelecidas, vale lembrar que o autor é um interacionista da escola de Chicago, entendendo a

dimensão relacional da identidade. O “eu”, como o autor denomina, não tem uma localização definida, não é único e concreto, ele surge a partir de um contexto dramático, que envolve diversos atores e o corpo serve, nesta ocasião, como mero cabide no qual essa construção dramática e colaborativa será pendurada por um tempo. (GOFFMAN, 1975)

Quando o autor canadense escreve sobre o estigma, ele fala sobre os indivíduos desacreditados e os desacreditáveis, conforme já abordado no capítulo I, e no caso da segunda classificação trata-se desse jogo de luz e sombra que se manifesta nas interações sociais. Certamente existem muitas pessoas que convivem com os egressos prisionais que não sabem que esses indivíduos estiveram encarcerados, pois naquela interação tal fato não precisa ser posto à luz ou o próprio sujeito não o faz sabendo das possíveis consequências estigmatizantes. Assim, o “controle das impressões” que os outros têm de nós ou que nós temos dos outros se baseia justamente nesta representação que é passada aos demais a partir de qualidades que se busca acentuar e pontos que são expressos durante a interação, visando transmitir determinada informação.

A partir dos estudos desse autor sobre as interações sociais e como buscamos representar nosso “eu” em cada uma delas, podemos observar nas vivências em campo que os egressos também dispõem desses acionamentos identitários a depender do contexto dramático em que estão inseridos. Dentro do programa da ONG são todos egressos, eles estão ali devido a essa característica em suas trajetórias, mas em outros ambientes não necessariamente eles são considerados dessa forma, em casa podem ser o pai de família e assumir aquela identidade, variando de acordo com seus papéis sociais. Mesmo a identidade de “bandido” e de “trabalhador”, que são aqueles que se contrapõem neste contexto estudado, não são excludentes entre si e podem existir concomitantemente em um único indivíduo, como já abordado anteriormente do trabalhador com carteira assinada que roubava pela adrenalina que sentia quando fazia isso. Em um determinado contexto ele era “trabalhador” e no outro “bandido”, a mesma pessoa, com algumas poucas horas de diferença e esse ciclo se repetia diariamente, esses acionamentos identitários eram cíclicos.

Ressalta-se a importância da identidade de “trabalhador” que é, no Brasil, socialmente positivada e que funciona como um dignificador do sujeito, conferindo a ele uma “cidadania” até então não experienciada, sendo a carteira de trabalho praticamente uma certidão de nascimento cívico. (PIMENTA, 2014) A presença da carteira de trabalho protege os egressos até mesmo em situações de abordagem policial, independente de *já ter tirado uns dias*, este documento lhe confere dignidade e a identidade de “trabalhador”. Por outro lado, no “mundo do crime” também há a classificação do trabalhador que difere do “vagabundo” que não quer fazer nada, o trabalhador no crime faz a sua *caminhada*, está sempre no *corre* e na *atividade* com os parceiros. Trata-se de uma categoria utilizada nos dois mundos teoricamente opostos, mas que têm um significado muito semelhante, porém no primeiro caso há uma validação social que o dignifica perante à sociedade, enquanto que o trabalhador do crime é reconhecido por seu círculo do “mundo do crime”, como um *cara responsa*.

A “conversão” citada anteriormente pode ser entendida também, não como uma conversão exatamente, mas como uma potencialização dos múltiplos acionamentos identitários que revelam uma “realidade notadamente complexa, repleta de deslocamentos, atravessamentos e ambiguidades” (PIMENTA, 2014, p. 287). Na visão da autora os egressos que são contratados pelas empresas, tornando-se então “trabalhadores”, escolhem no mercado de identidades quais identidades serão acionadas, não sendo estas fixas e imutáveis, mas fluídas e, em alguns casos, complementares. Na perspectiva comparada que a autora realiza entre Brasil e Canadá, no caso do país norte americano é possível notar maior flexibilidade nesses acionamentos identitários, enquanto no caso brasileiro as identidades se expressam em “dicotomias totalizantes”. O que se entende por *conversão*, no que se relaciona à abordagem de Madeira (2008), não está relacionado diretamente à conversão da identidade do egresso, mas a sua busca por novas fontes de renda distantes do mundo do crime, trata-se de uma mudança de conduta que se manifesta nas múltiplas potencialidades do sujeito. Trata-se de uma dimensão simbólica, o egresso quer mudar a imagem que os outros têm dele, se pautando em aspectos ligados à ideologia neoliberal, conforme veremos a seguir. O ritual de passagem analisado

anteriormente irá culminar nesses acionamentos identitários, não alterando sua identidade, mas suscitando outras possibilidades em um indivíduo que se via, até então, preso a uma única identidade que era ligada à continuidade de suas práticas delitivas. Não se trata de processos excludentes, mas sim complementares e que se entrelaçam, servindo o ritual à promoção de acionamentos identitários diversos e a “conversão” como forma de chegada a esse ritual, pois a grande maioria dos egressos prisionais sequer procuram essas organizações de atendimento.

Ao final deste capítulo, observando as metodologias empregadas pelas organizações e seus desdobramentos se manifestando como formas de controle social, pode-se observar algumas aproximações e distanciamentos entre as instituições. A metodologia baseada na auto responsabilização do indivíduo, nos discursos motivacionais, nos rituais de passagem que exploram as múltiplas potencialidades do indivíduo através dos acionamentos identitários e o contexto geral em que se inserem tal programa, torna possível a análise mais complexa dessas atuações até então pouco questionadas. A própria medida de sucesso é questionável e merece ser repensada, mas para isso temos que entender a quem serve esse sucesso. No próximo capítulo faremos uma abordagem mais ampla compreendendo as redes que envolvem esses programas e como se relacionam os atores que formam o campo de atendimento aos egressos prisionais em São Paulo.

Capítulo V. Contexto neoliberal, atores e aspectos políticos

Neste último capítulo pretendo analisar a rede de atenção ao egresso prisional na cidade de São Paulo, a partir dos atores que a compõem, por exemplo, na esfera pública, privada, terceiro setor, políticas públicas e os próprios indivíduos em sua vida pós prisional. O objetivo é realizar uma discussão mais ampla, levantando atores que estão envolvidos nesse campo⁹⁵ e, dessa forma, conseguir ter um olhar macro sobre o contexto que se estudou ao longo desta dissertação. Além de nos auxiliar a concluir esse trabalho pensando em aspectos gerais e possivelmente mais propositivos e analíticos, o que se objetiva é a compreensão de cada uma dessas iniciativas em uma escala ampla que possibilite uma outra perspectiva e, portanto, um enriquecimento analítico do trabalho. A partir do contexto político e econômico envolvendo essas iniciativas e da lógica em que estão inseridas, veremos os principais atores que trabalham neste campo e entenderemos o impacto disso na realidade dos egressos prisionais.

1. Contexto político e econômico

Quando olhamos para as iniciativas da sociedade civil que atuam com egressos e observamos suas metodologias e formas de atuação, é muito importante que seja realizada uma análise crítica e, para auxiliar nisso, é necessário sair da escala micro e observarmos o contexto político e social em que estão inseridas essas organizações. A lógica neoliberal que se pauta em uma atuação mínima por parte do Estado e na liberdade econômica, começou a ser implementada em vários países na década de 1970, após a crise estrutural do modelo capitalista. As questões trabalhistas são centrais nessa lógica de mercado que entende a garantia de direitos aos trabalhadores como grande oneradora das empresas ameaçando sua saúde econômica, por isso os sindicatos fortes são combatidos, bem como o encolhimento dos direitos sociais. Dessa forma, os neoliberais defendem a flexibilização do processo produtivo, a diminuição dos salários pagos aos trabalhadores e a maior

⁹⁵ O campo é aqui compreendido na perspectiva de Bourdieu (2004), conforme veremos no subcapítulo seguinte.

desregulamentação da força de trabalho. Outro ponto levantado é o desaparecimento do Estado, encolhendo sua atuação e em razão disso, realizando privatizações de serviços até então geridos por órgãos públicos. Porém, ressalta-se que a definição do que é neoliberalismo é polêmica, visto que não há uma definição uníssona, são alguns entendimentos e práticas específicos que estão ligados a esse conceito, no entanto, trata-se de um termo que passou a ser largamente utilizado por seus críticos, designando de forma pejorativa os movimentos de “desregulamentação dos mercados, privatização e desmonte do Estado de bem-estar social por todo o mundo”. (ANDRADE, 2019) Dessa forma, os adeptos a esses princípios deixaram de utilizar essa terminologia, se preocupando unicamente em implantá-la e naturalizá-la na sociedade, tendo início nos Estados Unidos e na Inglaterra. A partir dos anos 1990, o conceito deixou de abranger apenas a política econômica e passou a “designar uma ampla série de fenômenos políticos, ideológicos, culturais, espaciais e, por fim, a própria época (...)” (ANDRADE, 2019) Assim, as políticas criminais também passaram a se enquadrar nessa lógica social e política, havendo um abandono do *welfare state* e um retorno à punição pela punição, baseada na vingança e não mais em aspectos sociais, conforme veremos nas análises de Foucault, Bourdieu, Wacquant, dentre outros. Em 2000, os cientistas sociais passaram a se debruçar sobre o tema do neoliberalismo de forma mais intensa, em busca da compreensão mais precisa sobre o assunto, havendo nesse período um olhar e sistematização acadêmicos sobre o conceito, até então utilizado majoritariamente como característica depreciativa.

Existem diversas críticas ao uso do argumento do neoliberalismo nas ciências sociais, alguns alegando que, por vezes, o termo é considerado uma causa primeira e onipotente de uma gama de desenvolvimentos contemporâneos, utilizado como grande fator determinante a que todo e qualquer fenômeno está relacionado e nele se justifica. (CLARKE, 2008) Outros alegam que o “neoliberalismo está em toda parte, mas, ao mesmo tempo, em parte alguma”. (VENUGOPAL, 2015, p. 165) Fato é que esse sistema político, econômico e social apresenta raízes espalhadas pelo mundo e que suas variadas definições são verificáveis na sociedade, em diferentes aspectos, e que por essa razão, permeiam a lógica das instituições em geral.

Diferentes autores buscaram explicar e definir o neoliberalismo, dentre eles, Foucault (2004), a partir de uma publicação póstuma, compreendeu que o neoliberalismo se manifestava não apenas nas práticas do Estado, mas nas ações individuais e das instituições. A racionalidade política neoliberal visava reconfigurar normativamente as instituições e as práticas sociais, difundindo em toda a sociedade uma lógica de mercado, para além das empresas, surgindo assim o sujeito-empresa que tem sua própria vida gerida por uma lógica de mercado. O autor francês já observava as prisões como forma de gerenciamento dos corpos marginalizados obedecendo a uma lógica de mercado em que corpos improdutivos, não docilizados ou que vivem às margens da sociedade são passíveis de serem privados de liberdade. Além disso, conforme abordado no capítulo I, há um fator econômico a partir do qual o indivíduo torna-se governável através de um cálculo matemático, sendo que o Estado também é observado através de cálculos atuariais que julgam as ações governamentais por critérios que definem sua rentabilidade. (LEMKE, 2001) Apresenta-se ainda um risco à social democracia em decorrência dessa lógica neoliberal, pois esses critérios de rentabilidade acabam encarregando o próprio Estado de pautar sua legitimidade em sua capacidade de garantia dessa racionalidade econômica. Enquanto o Estado se desobriga da garantia de direitos, as políticas sociais neoliberais ultraresponsabilizam o indivíduo por tudo o que ocorre em sua vida, reforçando aspectos egoístas e, criando assim, um descompasso entre o capitalismo e a ética da democracia. (BROWN, 2003)

A abordagem de Bourdieu (1998) a respeito do neoliberalismo inspirou as análises de Wacquant (2012) que entende a existência de um núcleo institucional do neoliberalismo pautado na “articulação entre Estado, mercado e cidadania que aparelha o primeiro para impor a marca do segundo à terceira”. (WACQUANT, 2012, p. 510) O autor discute a perspectiva da cidadania que é redesenhada a partir das políticas mercadológicas pautadas em fins econômicos, o que será de grande importância para compreendermos as questões relativas à lógica criminal. Existem alguns aspectos levantados que se baseiam nessa lógica de mercado, sendo eles: a suposição de que os mecanismos de mercado são meios universalmente ideais para alocação de recursos; o entendimento das políticas sociais enquanto disciplinadoras, se

baseando em comportamentos específicos desejáveis para só assim se alcançar uma assistência social, aplicando-se para isso testes, treinamentos, dentre outros mecanismos que condicionam o acesso a direitos sociais; as políticas penais compreendidas de forma extensiva, impulsionada pela representação da soberania estatal no cotidiano das pessoas e que tem como resultado o controle da “desordem gerada pela insegurança social nas áreas urbanas impactadas pelo trabalho flexível” (ANDRADE, 2019); por fim, a responsabilidade individual baseada em discursos motivacionais e que teoricamente serviriam a uma unidade cultural. O autor ainda diz que a lógica neoliberal abandonando o estado de bem-estar social, influenciou o fenômeno do encarceramento em massa observado em muitos países pelo mundo, gerindo assim a pobreza, conforme abordado no capítulo I. Essa análise realizada por Wacquant (2012) está perfeitamente contemplada na produção acadêmica de Daniel Andrade (2019) que buscou compreender as diferentes conceituações do neoliberalismo, servindo como fonte de referências e análises didáticas e complexas sobre o assunto. O autor brasileiro ressalta a existência de neoliberalismos diversos e não apenas um único Neoliberalismo, essa pluralidade se pauta nos processos locais que se deram de formas variadas, a partir dos países colonizados⁹⁶ em que pode-se observar sua implementação, ou a atuação híbrida sendo utilizado apenas em algumas áreas governamentais⁹⁷ ou, ainda, uma perspectiva neorregulacionista⁹⁸ segundo a qual a experiência de desregulação é

⁹⁶ A definição pós-colonialista do neoliberalismo critica a “generalização de processos típicos dos países desenvolvidos como paradigma geral” se impondo esses mesmos processos aos países de terceiro mundo, sendo que países que nunca tiveram um estado de bem-estar social estabelecido, não passaram por um processo de desmonte como se vê no processo europeu. Por não haver uma teoria pura do neoliberalismo, esse deve ser compreendido no tempo e no espaço, havendo diversos discursos e debates que representam processos distintos de lógicas neoliberais. (ANDRADE, 2019)

⁹⁷ O *hibridismo governamental* se baseia nas ideias de Aihwa Ong (2006, 2007), de acordo com a qual o “agenciamento foca os ambientes em que as lógicas de governo neoliberais são seletivamente adotadas, de modo a verificar empiricamente como elas interagem de forma dinâmica com constelações locais, em um jogo entre o neoliberalismo como exceção e as exceções ao neoliberalismo. Esse jogo engendra um novo ambiente que não se enquadra nos modelos estruturais generalizantes”. (ANDRADE, 2019)

⁹⁸ A perspectiva de análise de Jamie Peck (2010) refere-se à neoliberalização como “um processo contraditório de governo de mercado, principalmente negociado nos limites do Estado, e ocupando um espaço ideológico definido por uma crítica simpática ao *laissez-faire* do século XIX e antipática a modos de governo coletivistas, planejadores e socializantes, especialmente ao keynesianismo e ao desenvolvimentismo” (PECK, 2010, p. 20) O uso do prefixo “neo” se refere a uma abordagem revisionista sobre a experiência do século XIX, estando esse projeto em constante dinamismo devido às suas inovações, crises e correções.

frustrada e tem início uma nova forma de regulação mais tímida, havendo momentos de retração e de expansão.

Até o momento foi possível compreender olhares sobre o neoliberalismo que retratam uma lógica política, econômica, social e cultural presente na maioria dos países do globo, mas como isso se relaciona efetivamente com o que foi exposto nos capítulos anteriores? As instituições que vimos até o momento, as práticas, os estudos sobre a prisão, todas as técnicas e instituições supracitadas estão envoltas nesses princípios e valores que governam o mundo atual. Evidente que não se trata de uma visão totalizante, pelo contrário, o cenário nacional apresenta nuances que o distanciam dessa visão de um único processo neoliberal baseado nos modelos europeus. O processo nacional se aproxima mais da definição pós-colonialista que observa a implementação do neoliberalismo em países que foram colonizados e, no caso do Brasil, que nunca tiveram um estado de bem-estar social nos padrões eurocêntricos. Não houve ruptura com a lógica vigente, com os direitos sociais garantidos e estabelecidos, pois estes estavam ainda em processo de construção. No que se refere à legislação penal, as nossas leis adquirem influências do *welfare state* quando o modelo já estava em declínio nos Estados Unidos e na Europa, chegando tardiamente ao nosso território e não se concretizando na prática. A LEP, conforme dito anteriormente, responsável por trazer tais princípios ao país, juntamente com a Constituição garantista de 1988, encontram entraves em sua implementação por parte das instituições e das práticas estabelecidas. O modelo híbrido é o que mais se encaixa na realidade brasileira, visto que comparado com a nação símbolo do neoliberalismo que é os Estados Unidos, temos mais garantias sociais, principalmente trabalhistas que não são encontradas em solo americano, as férias remuneradas, décimo terceiro, licença maternidade, todos esses direitos do trabalhador brasileiro, não são garantidos pelas leis estadunidenses. Porém, ressalta-se que estas estão em risco, pois cada vez mais os direitos trabalhistas estão ameaçados se considerarmos a “pejotização”, as reformas com relação à aposentadoria e

Por se tratar de uma política econômica dinâmica e passar por uma reestruturação híbrida, o neoliberalismo quando se encontra em crise sempre pode acusar o Estado e o hibridismo pelas possíveis falhas que venha a apresentar. (ANDRADE, 2019)

outras práticas que vêm sendo adotadas para desproteger o trabalhador. Em aspectos econômicos, o país cada vez mais tende às práticas neoliberais baseadas na menor intervenção estatal na economia e maior “liberdade de concorrência”⁹⁹, de práticas de investimentos e popularização do discurso empreendedor de si. O que se reflete nas parcerias realizadas entre órgãos públicos e as organizações do terceiro setor, conforme veremos a seguir.

Nesse momento gostaria de fazer um contraponto, pois em decorrência da pandemia de COVID-19 foi necessário uma forte interferência estatal na economia e na sociedade como um todo, o pacote de “auxílio emergencial”¹⁰⁰ injetou 250 bilhões de reais na economia nacional e pretende acrescentar ainda mais 67,6 bilhões de reais¹⁰¹. Trata-se de um montante muito significativo que permitiu que milhares de brasileiros não morressem de fome e não fossem rebaixados à linha da miséria nesse contexto de crise sanitária e econômica. Neste caso, não visando abordar toda a complexidade envolvida, vemos que o modelo de neoliberalismo baseado em expansões e retrações se verifica, pois em situações extremas o Estado ainda é requerido para solucionar questões que as práticas neoliberais não alcançam. O programa do Governo Federal evitou que 13,1 milhões de pessoas passassem abaixo da linha da miséria, de acordo com estudo preliminar realizado pela Fundação Getúlio Vargas a partir de dados do IBGE.¹⁰² No entanto, o Instituto Brasileiro de Economia divulgou estudos dizendo que esse auxílio não impediu que a pobreza e a pobreza extrema tivessem grandes aumentos. A pobreza, que chegaria a 30,7% da população, chegou em 23,9%, e a pobreza extrema que tinha uma previsão de atingir 10,7% dos

⁹⁹ Sabemos que essa “liberdade de concorrência” é fictícia, pois o capitalismo é monopolista, trata-se de empresas que aparentemente são distintas, mas que na prática pertencem a grandes conglomerados empresariais que dominam o mercado.

¹⁰⁰ O auxílio emergencial foi criado em decorrência da pandemia de COVID-19 que atingiu o mundo inteiro pelo governo brasileiro. O benefício instituído pela Lei nº 13.982/2020 repassou 600 reais mensais a trabalhadores informais e de baixa renda, microempreendedores individuais e contribuintes individuais do INSS. O objetivo do auxílio é mitigar os impactos econômicos decorrentes da pandemia de COVID-19. A previsão inicial era de 3 meses de auxílio, no entanto houve um prorrogamento com pagamentos no valor de 300 reais por pessoa beneficiária do programa.

¹⁰¹ Dados obtidos em matéria publicada em 31 de dezembro de 2020 na CNN Brasil.

Disponível em:

<https://www.cnnbrasil.com.br/business/2020/12/31/dolar-arroz-r-200-e-auxilio-emergencial-os-destaques-da-economia-em-2020> . Acesso em 01 de jan. de 2021.

¹⁰² Reportagem disponível em:

<https://agenciabrasil.etc.com.br/geral/noticia/2020-08/estudo-aponta-que-auxilio-emergencial-tirou-131-milhoes-da-pobreza>. Acesso em 1 de janeiro de 2021.

brasileiros, ficou em 5%, portanto, mesmo com o auxílio econômico, cresceram nos meses de setembro a novembro de 2020.¹⁰³

Fundamental ressaltarmos, em toda essa abordagem sobre o neoliberalismo, o efeito simbólico que a ideologia neoliberalista baseada na produção de mitos desenvolve na sociedade como um todo e que também se verificará na atuação das ONGs. A partir de uma esfera ideológica o pensamento neoliberal produz crenças tão profundas que acabam por moldar o comportamento de grande parte das pessoas. Os mitos do homem trabalhador, do empreendedor e da autoajuda que se relacionam a aspectos de produtividade, focado no indivíduo, no sucesso pessoal e demais discursos tão presentes no mundo atual. A ideia de mudar o mundo, a partir da mudança do indivíduo está embebida na lógica neoliberal que difunde valores ligados à meritocracia, baseando-se unicamente no esforço individual para atingir determinados resultados. A dimensão ideológica é importante para compreensão da atuação das ONGs, dos rituais empregados e para entendermos o impacto de todo esse campo nos egressos.

O pano de fundo em que as organizações que atendem os egressos, bem como os programas públicos de atenção à vida pós prisional, atuam se baseia nos aspectos neoliberais em uma perspectiva híbrida, pós-colonial e neorregulacionista. Assim, a partir de um processo dinâmico e próprio pode-se compreender os atores que compõem este campo, organizações, financiadores, políticas públicas, programas governamentais, indivíduos egressos e demais atores que atuam na “reinserção” social de egressos prisionais na sociedade. A lógica de atuação no que se refere a fatores econômicos, políticos, sociais e culturais tangenciam em muitos momentos valores neoliberais, por estas práticas estarem presentes no contexto nacional e também introjetadas nas organizações, respeitando as particularidades locais, conforme veremos a seguir.

¹⁰³ Informações obtidas em: <https://blogdoibre.fgv.br/posts/pobreza-e-desigualdade-aumentam-de-novo-pnad-covid-mostro-impacto-do-auxilio-emergencial-nos>. Acesso em 1 de janeiro de 2021.

2. Os atores do campo

Antes de adentrarmos as análises deste subcapítulo é importante estabelecer o que entendemos por “campo”. Na perspectiva de Bourdieu (2004), trata-se de um microcosmos social que obedece a leis e regras específicas e que dispõe de relativa autonomia, ao passo em que se relaciona e é influenciado por um espaço social mais amplo, sendo atravessado por processos estruturais. No campo se apresentam lutas entre os agentes que o integram, além de disputas envolvendo capitais econômicos, sociais e culturais. Para o autor este conceito tem uma característica relacional, estando o objeto em constante movimento, além de pressupor confronto, luta, tensão e poder. (BOURDIEU, 2004) Além dos microcosmos específicos de cada ONG, há ainda o campo que envolve todos os atores que foram levantados no período em que estive nesses programas, envolvendo a esfera estatal, a das organizações do terceiro setor e ainda os agentes empresariais, o que será aprofundado neste subcapítulo.

Quando falamos do campo de políticas públicas voltadas aos egressos prisionais no Brasil e, em especial, em São Paulo, é fundamental termos em mente o contexto político que se desenvolveu a partir dos anos 1990. Antes deste período, imbuídos pela Constituição Federal de 1988, conhecida como constituição cidadã, que garante uma série de direitos sociais aos brasileiros, bem como, pela Lei de Execuções Penais que passou a olhar para o preso como sujeito de direitos, tendo uma abordagem mais garantista e visando, com isso, implementar no país aspectos relacionados ao Estado de Bem-Estar Social. Ocorre que, a partir dos anos 1990, com o governo de Collor¹⁰⁴, o Brasil passou por diversas reformas estruturais pautadas no neoliberalismo, que se consolidaram nos anos de gestão de Fernando Henrique Cardoso¹⁰⁵. A partir dessas reformas foi possível observar o crescimento do terceiro setor no país e o surgimento das “parcerias

¹⁰⁴ Fernando Collor de Mello foi presidente do Brasil de março de 1990 a dezembro de 1992 quando sofreu um processo de *impeachment* em decorrência do seu envolvimento em episódios de corrupção. Collor foi o primeiro presidente eleito diretamente após o período da ditadura militar, ele defendia uma agenda liberal e o enxugamento do Estado.

¹⁰⁵ FHC, como é popularmente chamado, governou o país por 2 mandatos, compreendendo o período de 1994 a 2002. Suas grandes marcas foram o Plano Real e a implementação de forma efetiva da política neoliberal no país, com a privatização de estatais e o enxugamento das atividades estatais.

estratégicas” entre governos e ONGs, nos moldes em que observamos neste trabalho. Até então, o texto da legislação penal, bem como a carta magna brasileira eram expressas em dizer que tanto a formulação, quanto a execução de políticas públicas eram de responsabilidade do Estado. Após as reformas dos anos 90, embebidas em ideias neoliberais, o Estado restringiu sua atuação e passou a contar com essas iniciativas da sociedade civil para a execução e efetivação das políticas públicas, na área dos egressos prisionais o mesmo processo foi observado. Dessa forma, a partir do estudo de campo realizado nessas duas ONGs localizadas em São Paulo é possível olhar para um campo ainda maior que envolve as organizações do terceiro setor e o governo brasileiro.

A expansão global das ONGs é abordada por Pimenta (2014), que ressalta o número de ONGs internacionais registradas em 1991 sendo de 23.600 organizações e apenas 8 anos depois, em 1999, esse número já estava em 44.000. Em 2000 haviam 3.000 ONGs no Conselho Econômico e Social das Nações Unidas sendo que em 1992 havia apenas 700 e em 1948, 40. (PIMENTA, 2014) Logo, é possível notar um movimento global que está pautado em princípios neoliberais que estimularam o surgimento e crescimento de ONGs por todo o mundo, mas que obedece às particularidades locais. A autora ainda aborda a “pluralidade de definições, significados e sentidos atribuídos às ONGs” o que ocorre em decorrência das variadas origens históricas, funções e causas a que estão associadas e que decorrem de contextos culturais e sociais específicos. (PIMENTA, 2014, p. 203).

O foco deste trabalho é a cidade de São Paulo, considerando as especificidades locais que ficam evidentes no trabalho de Madeira (2008), quando observa os contextos gaúcho e mineiro de políticas de atendimento ao egresso. Em São Paulo, realizando a pesquisa, pudemos observar no desenrolar das incursões em campo, nos diálogos e nas análises suscitadas que alguns atores diversos apareceram conforme me inteirava sobre o trabalho das ONGs. Pretendo trazer um panorama geral desses atores que estão envolvidos no campo de efetivação das políticas públicas voltadas aos egressos prisionais em São Paulo, buscando entender quais papéis

desempenham nesse complexo fluxo de relações e tensões que envolvem iniciativas estatais e não estatais.

Atores do Campo de Atendimento ao Egresso em São Paulo



CAEF: Central de Atenção ao Egresso e Família. SAP: Secretaria de Administração Penitenciária do Governo do Estado de São Paulo. CRSC: Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania-SP.¹⁰⁶ CIC: Centro de Integração Comunitária. ONGs Pesquisadas: Instituto Responsa e Instituto Recomeçar. Egressos: se refere aos egressos de modo geral. Mediadores: se refere aos egressos que têm a função de mediadores no Recomeçar e também, em um modelo diferente, no Responsa, conforme abordado no capítulo III. Empresas Parceiras: se refere às empresas que fazem parcerias com as ONGs para contratar mão de obra de egressos. Financiadores: são ONGs e fundações que financiam as atividades das ONGs pesquisadas. Universidades: neste caso se refere à Universidade que tem parceria com o Recomeçar, trata-se de uma instituição privada específica. Outras ONGs: se refere a outras ONGs que atuam no campo de egressos prisionais em SP, mas que não

¹⁰⁶ A CRSC e a CAEF fazem parte da SAP, elas não são unidades autônomas, foram representadas dessa forma apenas para fins didáticos e elucidativos, para conseguirmos diferenciar os programas e atuações, mas todas estão sob o mesmo guarda-chuva que é a SAP. Quando a CAEF age é a SAP agindo, e o mesmo para a CRSC, a separação delas no diagrama visou apenas demonstrar como as relações se estabelecem.

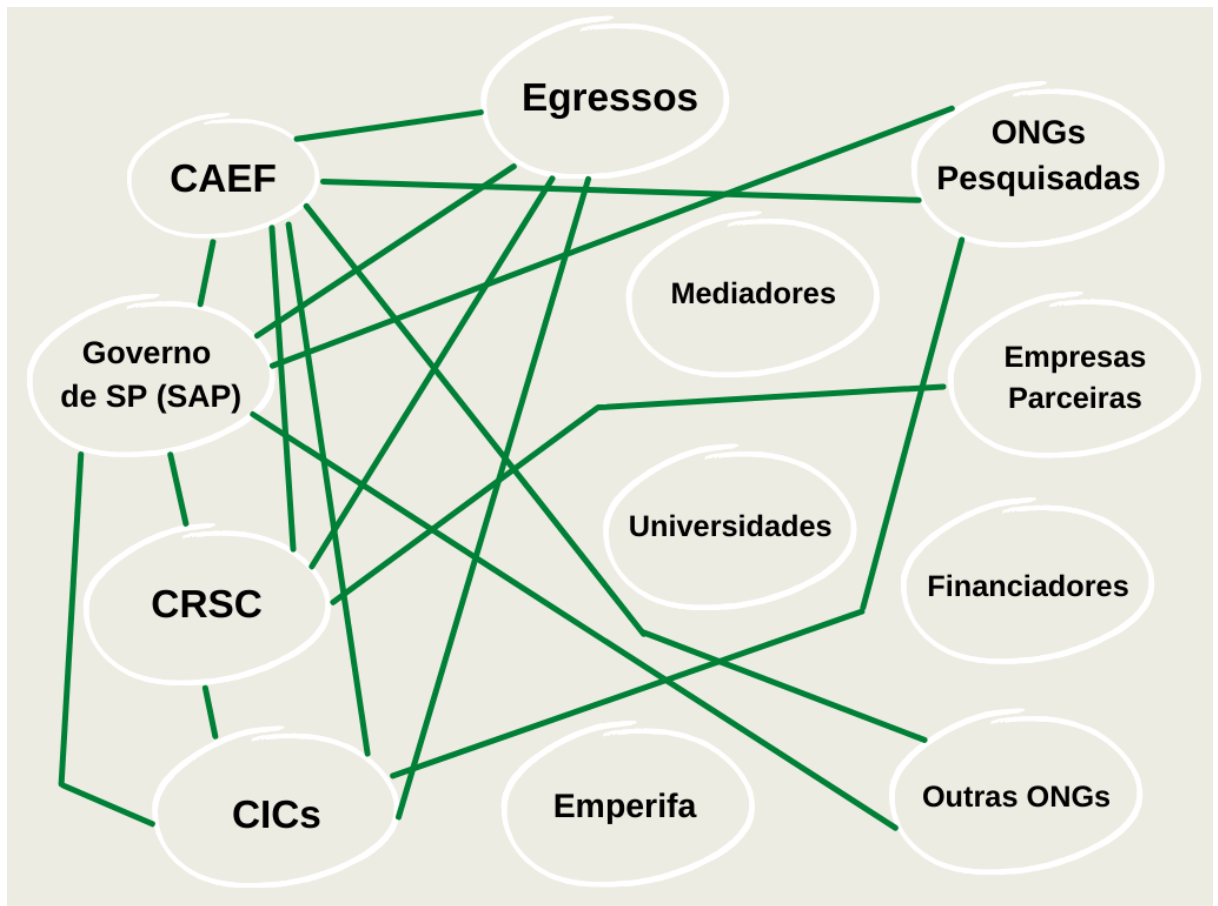
foram aqui pesquisadas. Emperifa: empresa que facilita a ação com os egressos, com a qual o Instituto Recomeçar tem parceria, conforme abordado nos capítulos II e III.

Em suma, estes são os atores que aparecem no campo das políticas públicas de atendimento ao egresso prisional em São Paulo, envolvendo categorias de indivíduos e organizações estatais e não-estatais. Alguns com papéis mais centrais, outros mais periféricos, mas todos com alguma influência direta ou indireta na execução das políticas que não mais se baseiam na LEP, nem na Constituição Federal, mas que se estruturam a partir das reformas neoliberais e que moldam esse campo, no contexto específico do estado de São Paulo. É importante destacar que não se trata de atores que estão presentes em todas as redes que lidam com egressos, não se trata de uma visão generalizante, mas sim particular desse campo de estudo, que nos permite traçar paralelos mais amplos. A partir desses atores será possível compreender papéis que se desempenham e que geram tensões e ruídos entre as instituições, de modo que justifique a existência de todos eles.

Importante destacar que o objetivo do diagrama não é esgotar o campo de atenção ao egresso em São Paulo, é apenas evidenciar aqueles atores que se mostraram mais relevantes e que mais se relacionam com a atuação das ONGs, ponto de partida dessa análise. Portanto, o Poder Judiciário, o CRAS, os CREAS, são alguns dos exemplos que não aparecem aqui diretamente, ainda que constituem o campo. A observação se deu a partir da interação com as ONGs e dessa forma foram traçadas as relações que veremos nos diagramas seguintes.

Este foi apenas um primeiro diagrama, em seguida observamos as relações que se estabelecem na esfera estatal, com as linhas verdes, que demonstram atores que interagem entre si, e mais adiante, em linhas vermelhas, veremos as relações da esfera não estatal. A ideia é que o campo seja dividido em duas áreas que se conectam e se sobrepõem, a estatal e a não estatal, para que possamos observar as relações estabelecidas em cada uma delas. A partir da exposição da imagem irei aprofundar nas relações que se apresentam na esfera estatal.

Atores do Campo - Esfera Estatal



As linhas verdes representam as relações na esfera estatal, portanto, as linhas que ligam duas instituições ou ligam indivíduos às instituições demonstram que esses atores se relacionam diretamente.

Os egressos são tidos como elementos centrais, mesmo porque é ao redor deles que o campo se forma, no entanto, na esfera estatal a instituição central é a CAEF, por se tratar do serviço primordialmente direcionado ao egresso e no qual ele busca atendimento direto. “As CAEFs são equipamentos públicos geridos pela Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania da Secretaria de Administração Penitenciária de São Paulo (SAP) e são definidas como “o local onde o ex-detento recebe apoio integral para garantir boas condições para o convívio social”.” (MELO, 2012, p. 25) Dessa forma, elas se capilarizam pelo território do estado de São Paulo, chegando à 46 unidades distribuídas pela mais populosa unidade federativa do Brasil, no entanto, sua abordagem burocrática, legalista e que restringe pela lei quem é

o egresso atendido por seus programas¹⁰⁷ faz com que sua atuação seja deficitária. A CAEF da capital paulista é, na maioria das vezes, um local de primeiro atendimento que desenvolve a função majoritária de encaminhar os egressos para as iniciativas estatais ou não-estatais, sendo estas a Pró-Egresso e as ONGs, respectivamente. O programa Pró-Egresso é ligado à CRSC, conforme abordado no capítulo I. As funções da CAEF podem variar de acordo com o Município, na cidade de São Carlos/SP, por exemplo, foi firmada uma parceria entre a CAEF local e o Fórum Criminal em que os indivíduos que cumprem pena em regime aberto ou liberdade condicional assinam seus *benefícios* na CAEF ao invés de comparecer aos cartórios, para que assim haja um primeiro contato dos indivíduos com essas organizações que podem auxiliar com assistentes sociais, educação, vagas de emprego e encaminhamentos diversos. A unidade de São Carlos também firmou parceria direta com empresas locais, encaminhando egressos para vagas de trabalho formal, o que destoa da atuação das demais unidades do Estado.¹⁰⁸

As CAEFs como pontos centrais de atendimento ao egresso na esfera estatal se relacionam diretamente com a Secretaria de Administração Penitenciária (SAP) e a Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania (CRSC), pois estão intimamente relacionadas. Além disso, desempenha também uma atuação direta como linha de frente do egresso prisional em sua relação com as políticas públicas voltadas a essa área, realizando atendimentos presenciais diários aos egressos e familiares de presos. Por fim, seguindo a lógica neoliberal de não execução das políticas públicas pelo Estado, a CAEF direciona os egressos às organizações do terceiro setor, se relacionando diretamente com as ONGs estudadas, especialmente o Recomeçar. Em entrevista os técnicos da CAEF disseram que observando a

¹⁰⁷ Lembrando o que foi dito no capítulo II. Para o atendimento na CAEF, a definição de egresso é a que consta na LEP. Art. 26. Considera-se egresso para os efeitos desta Lei: I - o liberado definitivo, pelo prazo de 1 (um) ano a contar da saída do estabelecimento; II - o liberado condicional, durante o período de prova. (Lei 7.210 de 1984)

¹⁰⁸ Informações obtidas em:

[https://www.saopaulo.sp.gov.br/ultimas-noticias/sp-conta-com-46-centrais-de-atendimento-egressos-e-familiares/#:~:text=SP%20conta%20com%2046%20centrais%20de%20atendimento%20a%20egressos%20e%20familiares.-Unidades%20distribu%C3%ADdas%20pelo&text=C%20cerca%20de%209%20mil,demandas%20espec%C3%ADficas%20do%20sistema%20prisional](https://www.saopaulo.sp.gov.br/ultimas-noticias/sp-conta-com-46-centrais-de-atendimento-egressos-e-familiares/#:~:text=SP%20conta%20com%2046%20centrais%20de%20atendimento%20a%20egressos%20e%20familiares.-Unidades%20distribu%C3%ADdas%20pelo&text=C%20cerca%20de%209%20mil,demandas%20espec%C3%ADficas%20do%20sistema%20prisional.). Acesso em 02 de janeiro de 2021.

demanda e o perfil do egresso acabam, na maioria dos casos, direcionando estes indivíduos a procurarem as ONGs parceiras, que compõem essa “parceria estratégica” ou “parceria de sucesso” entre governo e organização do terceiro setor. Ademais, observando demandas diversas também realizam o encaminhamento dos egressos para outras ONGs se assim acharem necessário ou ainda para outros serviços públicos, como CRAS e CAPS¹⁰⁹ regionais.

Quanto à Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania (CRSC) que também está diretamente vinculada à SAP, em parceria com a Secretaria do Emprego e Relações de Trabalho e a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia do estado de São Paulo promovem o programa Pró-Egresso. Eu não consegui realizar o campo diretamente nesta organização, mas o que os próprios técnicos da CAEF relataram é que dificilmente é obtida uma colocação profissional via Pró-Egresso. Existem poucas empresas parceiras, algumas delas que “só estão lá porque tem que preencher cotas”¹¹⁰, não por haver um real interesse no fim social da colocação de egressos no mercado de trabalho. A CRSC é um órgão da SAP especificamente voltado à vida pós-prisional que tem por objetivo oferecer ou coordenar programas que visem reinserir socialmente o egresso prisional após sua saída do estabelecimento carcerário. Na prática, no entanto, o que se verifica é uma atuação pífia e pouco expressiva. A relação estabelecida entre SAP, CRSC e CAEF é intrínseca, pois atuam atreladas em prol de um objetivo comum, formulando políticas públicas e desenvolvendo projetos que auxiliam o egresso, no entanto, vemos que essa execução acaba sendo mais robusta nos projetos não estatais.

Quanto aos CICs, esses centros foram implementados pelo governo do estado de São Paulo desde 1996 com o objetivo de melhorar o acesso à

¹⁰⁹ CRAS são Centros de Referência de Assistência Social espalhados por todo território nacional que são estruturas físicas locais, distribuídas em áreas estratégicas, para a proteção social básica, tendo como função a oferta de serviços socioassistenciais da Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) baseando-se na Proteção e Atendimento Integral a Famílias (PAIF). Os CAPS são Centros de Atenção Psicossocial que prestam serviços de cunho psiquiátricos, de modo a se evitar a internação hospitalar, e promovem a inserção social de pessoas com transtornos mentais, sendo um serviço de atenção à saúde mental na rede básica de saúde municipal.

¹¹⁰ Expressão utilizada pelo próprio técnico da CAEF em entrevista realizada no dia 11 de novembro de 2019.

justiça para população pobre e promover a articulação entre as instituições de justiça, sendo elas Polícia Civil, Ministério Público, Poder Judiciário, dentre outros (SINHORETTO, 2006). Os CICs se espalham em 4 unidades pela cidade de São Paulo, no entanto, a unidade do CIC Leste localizada no Itaim Paulista, extremo leste da capital, é onde efetivamente se concretiza o que foi observado nesta pesquisa, sendo este o primeiro CIC do estado, criado em 1996. (SINHORETTO, 2006). Além desta unidade há mais 17 CICs em atividade por todo o estado de São Paulo, o objetivo dessa política é promover melhor acesso aos serviços públicos para as populações periféricas, através do oferecimento de oficinas, orientações sociais e jurídicas, mediação de conflitos, cursos profissionalizantes, Educação de Jovens e Adultos (EJA), emissão de documentos pessoais, e demais serviços.

O CIC Leste tem grande relevância neste trabalho, pois é onde grande parte das ações do Recomeçar com os egressos é realizada, sendo um local que já tem esse papel de “promover a cidadania” e onde também acontece a oferta de cursos profissionalizantes e regularização de documentos que são elementos importantes para os egressos. Como já dito anteriormente as instalações oferecidas pelo CIC não são ideais, mas serviram por muito tempo como principal forma de viabilizar as ações da ONG e, portanto, possibilitaram executar as políticas públicas de atenção ao egresso. Atualmente, o Recomeçar não utiliza mais as instalações do CIC Leste, pois está com uma sede própria chamada Casa do Egresso em que são realizadas as novas ações. Além disso, os CICs se relacionam diretamente com as CAEFs, pois são realizados encaminhamentos para cursos profissionalizantes, EJA, dentre outros serviços que ficam mais acessíveis para os egressos nos CICs das regiões em que residem.

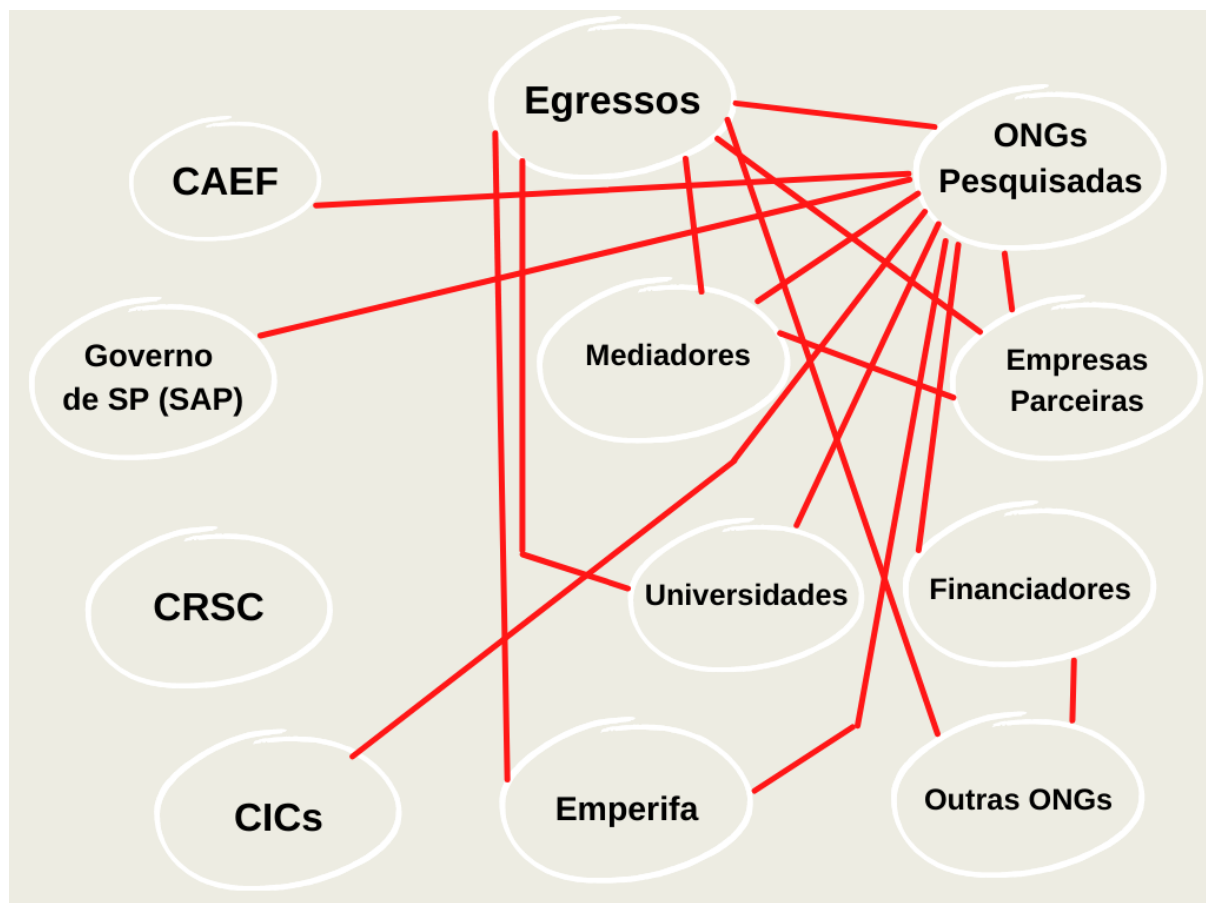
Os egressos estão ligados a todos os órgãos públicos envolvidos no mapeamento de atores, pois como indivíduos podem procurar pelas CAEFs para atendimento direto, bem como a CRSC na figura da Pró-Egresso e programas ofertados pelo governo do estado através dos CICs. Não significa que todos os egressos se relacionem com esses atores, mas que há um canal aberto que possibilite essa interação. É interessante notar que alguns egressos relataram ter medo de ir à CAEF ou ao CIC e acabarem sendo

presos, há uma certa confusão do papel do Estado, pois alguns dizem “os caras tavam até ontem me batendo, me prenderam e tudo mais e agora querem me ajudar?”. Importante destacar que o prédio da CAEF tem policiais armados na porta, bem como no interior do edifício, reforçando a ideia de repressão, violência, medo que muitas vezes os egressos trazem de suas vivências anteriores. Essa confusão do Estado como protetor ou agressor não se verifica em todas as esferas, pois muitos deles procuram o Sistema Único de Saúde (SUS) com frequência para atendimento de saúde, mas nos temas relativos à prisão essa não dissociação dos papéis pode ser verificada nos diálogos estabelecidos em campo.

A partir da observação dos atores que compõem o campo estatal e dos serviços por eles ofertados, conseguimos entender quais papéis cada um deles desempenha, seja de coordenação e gestão, de formulação de políticas no caso da SAP e CRSC, ou no atendimento direto como o caso das CAEFs e dos CICs.

Veremos a seguir o campo não estatal que conta com 7 atores que se mostraram presentes ao longo da pesquisa e que se conectam entre si, bem como os atores estatais. A imagem torna possível observar os atores que se relacionam diretamente na esfera não estatal, cada uma dessas relações será explicada a seguir.

Atores do Campo - Esfera Não Estatal



As linhas vermelhas representam as relações no campo não estatal, portanto, as linhas que ligam duas instituições ou ligam indivíduos às instituições demonstram que esses atores se relacionam diretamente.

As ONGs aparecem como figuras centrais nesse campo não estatal de atendimento ao egresso, isso acontece, além do seu papel como conector e articulador do campo, mas também porque o nosso estudo partiu dessas organizações, então é provável que se encontrem mais conexões visto que foi este o ponto de partida. As ONGs se relacionam com a SAP, pois há uma “parceria estratégica” no caso do Recomeçar, que tem acessos distintos do Resposta, como é o caso de poder acessar o interior do estabelecimento prisional para realizar atividades e também o custeamento do transporte

público dos indivíduos que participam das ações, o que não ficou claro se ocorre ou não no caso do ResponSA. Dessa forma, o Recomeçar tem contato próximo com a CAEF sendo repassado quinzenalmente em comunicação direta entre esses atores quantos indivíduos participarão das ações para que seja providenciado o transporte desses participantes, além da divulgação de cursos e capacitações. Há, assim, um escopo ao trabalho dessa ONG com base nos encaminhamentos da CAEF, mas principalmente nos acessos e parcerias estabelecidas, bem como repasse de valores. Se pensarmos na diferença existente entre o tratamento dado pela SAP ao Recomeçar e ao ResponSA, visando uma análise holística, o que se observa é o nível de influência que um programa ligado à ONG Gerando Falcões tem, por se relacionar com grandes empresas e, assim, aproximar a relação do estado com essas corporações. O ResponSA tem uma estrutura diferente, a fundadora submeteu o seu projeto em um edital de uma ONG financiadora e foi aceito, mas está começando a crescer agora, foi fundada em 2018, enquanto o Recomeçar atua desde 2015. As empresas vinculadas a marca do Gerando Falcões, conseqüentemente, do Recomeçar são nomes muito fortes, como Ambev, Arcos Dorados (ligado ao McDonalds), Visa, IBM, Instituto Grupo Boticário, dentre outros, que acabam por fortalecer o nome da ONG junto ao governo de São Paulo e lhe permitir mais acessos dentro do serviço público. A relação das ONGs, em especial do Recomeçar, com os CICs foi explicada quando vimos a esfera estatal do campo, mas cabe reforçar que é uma relação duradoura e consistente, que por muitas ações viabilizou a atuação da ONG, mas que teve seu laço interrompido no início de 2020.

No que se refere à universidade, trata-se do Centro Universitário Anhanguera que é do grupo Kroton, uma das maiores empresas do setor educacional no Brasil. A Anhanguera além de ceder o espaço físico das salas de aulas para algumas ações do Recomeçar, como vimos no capítulo III, também disponibiliza bolsas de estudos¹¹¹ em cursos superiores para aqueles egressos que tenham interesse em realizar uma graduação, como é o caso

¹¹¹ Aqui considero importante fazer uma ressalva, foi levantada a possibilidade dessas bolsas serem do Prouni (programa estatal) e não disponibilizadas diretamente pela instituição, não consegui obter essa informação, mas creio que vale destacar essa possibilidade.

do próprio gestor da ONG. A parceria com o grupo Kroton se dá através do Gerando Falcões que tem acesso aos dirigentes da empresa de educação e que possibilitou que os laços se estreitassem entre a Kroton Educacional e o Recomeçar. Por isso, além de se relacionar com a ONG, há uma relação da universidade privada também com os egressos que podem conseguir bolsas de estudos, são casos raros, mas 3 egressos estão cursando o ensino superior em razão dessa parceria.

A Emperifa configura outra *empresa parceira* da ONG de Poá que tem atuação direta com os egressos e uma dinâmica fundamental nos processos vividos pelos egressos, nos quesitos envolvendo rituais e acionamentos identitários. A metodologia empregada e a proximidade que os gestores do Emperifa têm com o campo, por serem *da quebrada* também, confere um grau de legitimidade e compreensão que são importantes para a efetivação da prática e da metodologia proposta. Para além de suas atividades de facilitadores de dinâmicas em grupo e do oferecimento de cursos e atividades com populações periféricas, sua relação acontece em uma escala micro abrangendo a ONG e os egressos participantes. A parceria teve início, pois um dos fundadores do Emperifa é da região do Itaim Paulista onde surgiu o Gerando Falcões e o Recomeçar, e da proximidade entre os gestores veio a oportunidade de trabalharem juntos.

A relação entre os *mediadores* e as empresas parceiras é de muita proximidade, visto que os *mediadores* são empregados nessas empresas desempenhando atividades cotidianas, onde foram alocados em decorrência da atuação das ONGs. Os *mediadores* se relacionam diretamente com os demais egressos, seja os acompanhando em suas atividades profissionais ou mantendo uma supervisão para passar os relatórios para os gestores da ONG. Além disso, alguns *mediadores* comparecem também nas ações com os egressos servindo de modelo e inspiração para que estes se sintam motivados a conquistarem uma vaga no mercado de trabalho. A figura do *mediador* é importante quando pensamos na permanência na vaga de emprego, mas não impede que ocorram as demissões, servindo mais como um monitoramento que a ONG faz do egresso empregado nas empresas parceiras. Trata-se, então, de um conector entre egresso e organização do terceiro setor, bem como formam a comunidade que orbita a ONG e que se

reúne para encontros quinzenais e datas comemorativas, formando um grupo de referência ideal no Recomeçar.

No que se refere às empresas parceiras, no caso do Recomeçar são 18 instituições que disponibilizam vagas para os egressos, a ONG entra em contato com as empresas visando abrir caminhos, realiza visitas às empresas, apresenta o projeto, mostra os grandes nomes que estão por trás financiando a iniciativa - no caso do Recomeçar, estar atrelado ao nome da Gerando Falcões tem um peso muito significativo, pois esta é uma organização com muito financiamento, reconhecida nacionalmente, que tem parcerias com atores globais e que realiza grandes ações, então pesa no momento em que uma empresa decide estabelecer essa parceria abrindo as portas para a organização, assim como exposto na influência que existe na relação com o setor estatal. Se retomarmos o discurso de que a vaga é da ONG e não do egresso, há ainda mais segurança para a *empresa parceira*, pois ela sabe que é realizado o acompanhamento via mediadores e que a ONG atua com essa “preparação” para o mercado de trabalho, oferecendo mais credibilidade à empregadora. No caso do ResponSA também há relações que se estabelecem com as empresas parceiras em que eles alocam a mão de obra de egressos, mas de forma diferente, pois na maior parte dos indivíduos empregados, eles possuem vínculo direto com a ONG e o serviço é prestado de forma terceirizada à parceira. Assim, a responsabilidade acaba recaindo mais sobre a ONG, o que oferece mais segurança à empresa. Há também via ResponSA o modelo de encaminhamento e contratação direta pela *empresa parceira*, mas são menos casos.

Outras ONGs também apareceram no campo pois, conforme já citado, além de terem parceria com a SAP também atuam com os egressos prisionais, mas em esferas diversas. A Casa Flores atua especificamente com mulheres egressas, a Rede Mulher Empreendedora também iniciou recentemente uma atividade com egressas visando promover o empreendedorismo. Além disso, a Reflexões da Liberdade, que é fundada por um egresso prisional e também recebe investimentos da Humanitas360, assim como o ResponSA, apareceu no decorrer da pesquisa de campo. A Pastoral Carcerária que tem forte atuação tanto no sistema penitenciário,

quanto fora dele, é ator fundamental que tem relevância na assistência social a esse público, mas que atua com escopo religioso. Há também empresas sociais, como a Pano Social e Estamparia Social, que oferecem vagas de trabalho aos egressos, sendo estas empresas e não ONGs, mas que interagem no campo. O objetivo não é esgotar as organizações do terceiro setor que trabalham com egressos, pois sabemos que são diversas, não se pretende um mapeamento completo, mas o entendimento de que existem atores variados no campo e que cada um deles desempenha um papel específico.

Quanto a essas outras ONGs, há ainda algumas com uma atuação singular e que são de extrema relevância ao campo, que são as instituições financiadoras. Independente da figura jurídica que carregam, sejam elas ONGs, associações ou fundações, é esse capital que torna possível a atuação das organizações aqui estudadas e que, por estarem nos “bastidores”, acabam ficando ocultas em análises mais superficiais. No caso do Recomeçar, há duas instituições que financiam sua atividade, sendo elas a *Brazil Foundation* e a Ação Pela Paz. A primeira organização é considerada uma das pioneiras na filantropia no Brasil, tendo vínculos com agentes estrangeiros que investem em *identificar e apoiar iniciativas que trabalhem para um futuro de justiça social, igualdade e oportunidades para todos os brasileiros*.¹¹² As fontes de captação dessa organização são mais difusas e contam com atores nacionais e internacionais, não foi identificada uma grande fonte financiadora, mas doadores diversos, envolvendo *family offices*¹¹³ e nomes ligados a grandes empresas como o sócio-diretor do BTG Pactual, o diretor de gestão de investimentos do Goldman Sachs, uma representante do Hotel Fasano Rio de Janeiro, além de outros nomes ligados a diferentes empresas. No caso da Ação Pela Paz trata-se de uma organização diretamente ligada a uma grande empresa que é a Porto Seguro Seguros, pois o filho do fundador da empresa e atual presidente do conselho

¹¹² Conforme descrito no site da instituição.

¹¹³ *Family Office* é uma estrutura montada para famílias com muitos recursos financeiros, geralmente donas de grandes empresas, que precisam de uma assessoria completa para gerir seu capital, incluindo gestão jurídica, contábil, fiscal e de investimentos. Há family offices específicos para cada família, mas há também multi family offices que gerenciam recursos de mais de uma família, oferecendo essa consultoria completa. Fonte: <https://www.infomoney.com.br/onde-investir/saiba-o-que-e-um-family-office-e-onde-as-familias-milionarias-estao-aplicando/>. Acesso em 02 de janeiro de 2021.

de administração, é também presidente da Ação Pela Paz. Além disso, muitos dos nomes dos conselhos e equipe da ONG financiadora estão ligados à gigante do setor de seguros. No caso do Responsa, o financiamento recebido vem igualmente da Ação Pela Paz, bem como da Humanitas360 que é uma organização diretamente relacionada à uma família muito rica de São Paulo. A fundadora e presidente dessa ONG é ligada à família dona do banco Itaú e é considerada uma das mais ricas do mundo, ela é muito ativa na instituição e realiza diversas visitas aos presídios, além de comprar brigas públicas com o governador de São Paulo, João Dória, a respeito das privatizações de penitenciárias¹¹⁴.

A Ação Pela Paz e a Humanitas 360 atuam especificamente com população prisional e egressos prisionais, fornecendo recursos para ONGs que realizam ações com esses públicos, como as que são estudadas neste trabalho. São muitos questionamentos que se desdobram dessas análises e poucas respostas, creio que a melhor forma de responder sobre a intenção desses investimentos seria perguntando para os investidores ou compreendendo aspectos mais subjetivos e específicos do campo, os quais eu não tive a possibilidade de acessar. De qualquer forma, a redução da criminalidade beneficia tanto as instituições bancárias, quanto as seguradoras e diversos outros setores da economia.

Os financiamentos possibilitam a atuação do Recomeçar e do Responsa, que se empenham em estabelecer boas relações com as empresas parceiras, que disponibilizam vagas aos egressos prisionais, que lhes permite acesso ao mercado de trabalho formal. Para além disso, há a atuação dos setores estatais que se mostram paramentados, com atuações pouco significativas no que se relaciona a inserção do egresso no mercado de trabalho e também no acolhimento desses indivíduos. No entanto, é justamente a parceria com a esfera estatal que muitas vezes viabiliza a atuação das ONGs, demonstrando que sem os recursos públicos, o dinheiro privado não conseguiria ter uma atuação tão efetiva, reforçando a crítica ao neoliberalismo. O campo que é composto pelos diversos atores que vimos até aqui é repleto de ruídos entre as instituições, de modo que acabam por

¹¹⁴ Informações obtidas em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-50063978>. Acesso em 02 de janeiro de 2021.

justificar a existência de cada um deles, mesmo porque, se a política pública fosse perfeitamente executada pelo Estado, qual seria a razão de ser das ONGs? Elas possivelmente não existiriam.

3. Mas, por fim, e os egressos nisso tudo?

Após olharmos para o contexto político, econômico e social do neoliberalismo e os atores que estão envolvidos no campo de atenção ao egressos prisionais em São Paulo, a pergunta que nos vem é: e os egressos nisso tudo? Pois bem, é fundamental saber que a análise do viés neoliberal, bem como o levantamento do campo foram realizados com a finalidade de observar como os indivíduos que estão na ponta desse processo estão se relacionando com esse todo complexo. Conforme já demonstrado em diversas passagens, o neoliberalismo tem impactos na atuação das ONGs, como a auto responsabilização do indivíduo, que recai diretamente sobre as vidas dos egressos, e a forma como são estimulados a pensar através das ações e capacitações das organizações, a partir de eventos materiais, mas que despertam resultados simbólicos. Os aspectos que envolvem o discurso do homem empreendedor de si, o sujeito-empresa, são abraçados com afinco, em alguns casos podendo levá-los a uma trajetória de ainda mais frustrações, pois lhes é incutido um discurso que muitas vezes não corresponde à realidade. A própria flexibilização do trabalho, que é onde muitos desses indivíduos irão encontrar oportunidades não ligadas ao “mundo do crime”, apresenta uma rotina árdua, de muito esforço e pouco retorno financeiro, e às vezes repleta de esperança de se chegar em um lugar inatingível, pautada em uma ideologia neoliberal.

Além disso, o próprio apagamento dos serviços estatais quando se pensa no campo de atenção ao egresso na capital paulista, se considerarmos os primeiros locais em que os egressos buscam auxílio quando necessário, evidencia a priorização da esfera não estatal. Por um lado, o Estado não é estimulado a planejar e executar políticas públicas para o campo, pois já existem “parcerias estratégicas muito bem sucedidas”. As ONGs cumprem essa função de acolher, orientar, “capacitar” e propor reflexões que visem o

afastamento dos indivíduos da prática criminosa. Por outro lado, isso se dá às custas de um discurso pautado no empreendedorismo, ou seja, na responsabilização do indivíduo, pois sabem que não haverá vagas para todos nas empresas parcerias. Porém, esse discurso remete a uma ideologia neoliberal, que faz acreditar que um motorista de aplicativo é um empreendedor, sendo a flexibilização uma “vantagem”, porque ele faz o próprio horário e não tem patrão, enquanto estão sendo retirados desse trabalhador direitos garantidos por lei. Além disso, a frustração, a angústia e até mesmo questões de saúde física e mental decorrentes dessa ultra responsabilização do indivíduo, às vezes acabam por acentuar outras questões, como o uso de drogas. Muitos motoristas de aplicativos fazem uso de substâncias que os deixem acordados por mais tempo para poder trabalhar mais e, assim, ganhar mais dinheiro, um caso encontrado na própria ONG estudada.

O objetivo dos egressos quando procuram pela organização é conseguir uma vaga de emprego, que se baseia em um aspecto material vinculado ao modelo capitalista, no entanto, as ONGs perceberam que a dimensão simbólica é muito importante de ser abordada. A partir disso, desenvolveram as metodologias que envolvem os rituais propostos, descritos no capítulo anterior, e a partir dessas atividades despertam a mudança simbólica no indivíduo, que deixa de ser percebido enquanto “bandido” para se tornar “trabalhador”. Alguns conseguem além da mudança simbólica, uma mudança também material, mas ainda é um número pequeno de egressos que são empregados na economia formal. No entanto, a operação simbólica é também concreta e produz efeitos reais na vida desses indivíduos, em razão dos rituais que possibilitam os diferentes acionamentos identitários. Trata-se de uma ideologia neoliberal baseada na produção de mitos, o mito, por exemplo, de que “ser pejetizado é melhor do que ser bandido, pois o trabalho dignifica o homem”. Tal pensamento está incutido em uma esfera capitalista, neoliberal e que tem no “mundo do crime” um dos maiores inimigos, visto que o bandido é entendido como alguém que tem que ser morto. Os egressos acabam interiorizando esses mitos que permeiam a flexibilização do trabalho, os discursos de autoajuda, os valores do empreendedorismo e do *self-made man* e que produzem crenças tão profundas que são tidas como estilo de vida

ou como algo que deve ser perseguido. Existem alguns casos de egressos que destoam e que não se enquadram nessa ideologia, mas são exceções, de modo geral todo o campo de atendimento ao egresso se pauta nesses ideais neoliberais.

Os egressos que acessam esse campo das políticas públicas, que são poucos em termos comparativos, podem se beneficiar das trocas com outros egressos, das metodologias das ONGs, dos rituais de passagem propostos, bem como das vagas ofertadas pelas empresas parceiras, o que tem um impacto positivo na redução da criminalidade e na trajetória desses indivíduos. No entanto, o principal efeito que os egressos buscam é simbólico, é o de se afastar do estigma desumanizante que é ser “bandido”, visando mudar a imagem pela qual são vistos, através dos acionamentos identitários. Há um esforço grande das ONGs, em especial do Recomeçar, em atuar nessa dimensão simbólica, a partir dos rituais, visando promover essa mudança ideológica nos egressos. Há uma conexão entre a esfera material do neoliberalismo, pois alguns podem efetivamente conseguir empregos formais e se beneficiar disso, estes vão realmente “mudar de vida”. No entanto, a própria organização sabe que esse efeito material não acontecerá com todos os que são atendidos por ela, por isso, há um enfoque tão grande no aspecto ritualístico vinculado ao efeito simbólico. O efeito concreto dos rituais se dá a partir das reflexões, da passagem de “bandido” à “trabalhador”, ainda que não seja com carteira assinada, mas a modificação da imagem que o próprio egresso tem de si, o que já pode acabar impactando em sua mudança de conduta.

Nas vivências em campo pude perceber que os egressos só querem ser acolhidos sem que alguém os veja como “bandidos” e os rotule por algo que fizeram no passado; querem que alguém acredite no potencial deles como “trabalhadores”; querem uma rede social e afetiva harmônica que lhes permita desempenhar bons trabalhos; e que a convivência no “mundo do crime” não passe por uma ruptura necessariamente, mas, em muitos casos, por uma transformação. Ou seja, buscam a dimensão simbólica, além da material. Assim, ao final de toda a análise sistemática que aqui se buscou fazer, o que importa por fim são esses indivíduos, que não se atentam se é um serviço estatal ou não, mas que se importam com a forma como são

tratados, por serem pessoas muitas vezes reativos, que ainda carregam consigo “dores do aprisionamento”. Não pretendo romantizar a visão sobre o egresso, nem tampouco tratar essa categoria como uma massa homogênea, mas mostrar que independente de todas as redes, atores, campos e fluxos, são os egressos a razão de ser de tudo isso. Caso não houvesse nenhum egresso querendo “deixar o mundo do crime” - imbuído pela ideologia neoliberal de que “o trabalho dignifica o homem”, baseado no mito do homem trabalhador - nenhuma organização faria sentido, pois seria um “mundo” tão apartado que não se permitiriam fluxos e transições.

Se pensarmos nos atores que compõem o campo além dos egressos, todos possuem papéis bem estabelecidos nesta dinâmica social. Trata-se de um campo repleto de disputas? Não exatamente, são mais ruídos discursivos do que de atuação em si. As organizações da sociedade civil criticam os órgãos públicos por não saberem e não realizarem esforços em busca de aprimorar sua atuação, ao passo que os egressos acabam preferindo as ONGs pela linguagem, proximidade com sua realidade, “papo reto”, criação de oportunidades, disponibilização de cursos, possibilidade de reflexões. Entre os atores ocorrem fluxos sem nenhuma interferência direta de um grande agente e que fazem com o que o campo funcione em relativa harmonia, porém tenhamos em mente que a parcela de egressos prisionais que procuram essas iniciativas são ínfimas se comparado à quantidade de pessoas que deixam o sistema carcerário anualmente. Portanto, trata-se de um campo que deveria atender uma parcela muito maior da população, mas por várias razões ainda não consegue chegar a elas, ou não desperta o interesse dessas pessoas.

As instituições, sejam estatais ou não estatais, ainda têm um campo vasto de atuação e de melhorias de abordagens para que cheguem a cada vez mais egressos que encontram dificuldades em suas vidas pós-prisionais. A busca por essa “reinserção social” dificilmente é uma busca ativa do egresso, cabendo em muitos casos à organização chegar até ele, e não o contrário, inclusive por falta de conhecimento da existência desses programas. Há muitos entraves na esfera profissional para quem deixa a prisão, alguns deles conseguem sobreviver dos “bicos”, outros das práticas delitivas e, nesses caminhos, o auxílio de uma instituição a princípio

desacreditada que vai “falar mais do mesmo”, não parece atrativo - essa é a impressão que muitos egressos relataram ter antes de participarem das dinâmicas das ONGs.

Ademais, pensando nesse atendimento que os egressos recebem dos programas do campo estatal e não estatal, a identificação com as ONGs é bem maior, pois aquelas pessoas que estão atendendo, ofertando capacitações e ações com metodologias específicas, são pessoas que já passaram pelo mesmo que eles, que também já *tiraram uns dias*. Por outro lado, no campo estatal, trata-se de um serviço distante da realidade dos egressos, inclusive na linguagem, no procedimento e burocracia envolvidos, enquanto nas ONGs os programas são feitos por “gente como a gente”, que sabe como é, que estão “mandando a real”. O que os egressos costumam fazer na maioria dos casos relatados em campo é nem mesmo procurar a CAEF, já ir diretamente aos programas das organizações de terceiro setor. Ressalta-se que a atuação das ONGs na dimensão simbólica, não está presente nas ações estatais que se baseiam na dimensão material, o que pode influenciar também essa preferência dos egressos. Visto que ainda que não consigam a vaga de emprego, irão passar por um processo de mudança da própria imagem, para si e para os outros.

Por fim, ressalta-se que a experiência prisional, o estigma, o fato de terem passado por experiências duras, torna os egressos um público mais desconfiado e, de acordo com as ONGs, delicado, havendo um cuidado grande para que não sejam criadas expectativas inverídicas. São pessoas que já se iludiram muito e que às vezes depositam todas as esperanças naquilo, achando que automaticamente sairão dos projetos empregadas formalmente, então há essa cautela especial em alinhar expectativas e explicar com cuidado previamente como funcionam as ONGs. Se olharmos em uma escala micro que parte de observações subjetivas, as ONGs são os atores do campo que mais têm credibilidade com o público. No entanto, se situarmos esse aspecto no todo, considerando a dimensão material e simbólica de atuação, conseguimos compreender melhor a atuação de cada uma das instituições levantadas, conforme fizemos ao longo deste capítulo. Pensando nesse alinhamento de expectativas entre ONGs e egressos, é interessante notar os esforços das organizações em mostrar aos egressos

que eles não estão mais sendo punidos, que elas estão ali para ajudar, mas eles ainda se questionam: “Eu vou ser punido por isso até quando?”

Concluindo, os egressos têm papel central nessa grande rede de atores que compõem o campo das políticas públicas, se relacionando diretamente ou indiretamente com todos eles. É uma atuação central, mas ao mesmo tempo desconectada dos demais, pois de todos os atores talvez eles sejam os que têm menor compreensão sobre todo esse campo complexo, mas que tem a maior influência sobre ele, pois é em torno desses indivíduos que o campo se forma. Visualmente, trata-se do núcleo duro ao redor do qual os demais atores orbitam, alguns mais próximos, outros mais distantes. Se, até o momento, o que se imaginaria desse trabalho seriam as ONGs com esses papéis nucleares, não foi o que verificamos na observação mais ampla do campo, por isso mapear os atores foi tão necessário, para situarmos essa pesquisa em uma área expandida e complexa, repleta de variáveis e perspectivas diversas que envolvem aspectos micro das relações subjetivas, e também macro, envolvendo todo o campo que desenvolve relações estratégicas.

Considerações Finais

Espero que neste momento a primeira linha do texto - por que pesquisar egressos? - tenha sido compreendida e que o leitor tenha clareza da importância dos estudos sobre egressos prisionais. O contexto específico dos indivíduos que passam pela experiência prisional é repleto de nuances marcadas pela divisão entre “mundo do crime” e “mundo do trabalho” e as intersecções, sobreposições e fluxos que existem entre eles. Isso, se olharmos para a esfera profissional, há ainda uma multiplicidade de fatores que envolvem os laços afetivos familiares e de amizades, as relações estabelecidas no “crime”, a revolta com as condições das prisões e mais uma infinidade de questões que poderiam ser aprofundadas, pois todas interferem no todo complexo que é o indivíduo.

A partir do enfoque na fonte de renda que poderia possibilitar o afastamento do indivíduo das práticas delitivas, levando-o à condição de “trabalhador”, chegou-se às ONGs que visam auxiliar os egressos nessa mudança de trajetória. Ressalta-se que, como já dito anteriormente, nem todas as pessoas que praticam delitos estão necessariamente em busca de retorno financeiro, a motivação pode se dar por fatores emocionais e psicológicos, como já abordado no decorrer do texto. Observei as metodologias empregadas por essas organizações e busquei descrever e analisar as técnicas, dispositivos e dinâmicas praticadas. O ritual de passagem observado, como vimos no capítulo IV, produz nos participantes essa mudança simbólica da condição de “bandido” a “trabalhador”, pois eles modificam a imagem que têm de si próprios. O deslocamento na esfera simbólica, não necessariamente corresponde a uma mudança material, que irá realmente modificar o status do egresso na sociedade. No entanto, isso é uma característica do contexto político, econômico e social no qual os egressos e os programas estão inseridos, que obedece à lógica neoliberal. Segundo a qual, poucas pessoas são muito beneficiadas, ou seja, sabendo que não haverá vagas para todos os egressos, apenas para alguns que alcançaram esse deslocamento material, a ONG atua na esfera simbólica reforçando mitos, através dos rituais.

A metodologia das ONGs se empenha em atuar na subjetividade do indivíduo, possibilitando acionamentos identitários diversos, ora se identificando enquanto “bandido”, ora “trabalhador”. Estas categorias estão em esferas sociais opostas, pois o primeiro é o que *merece morrer*, enquanto o segundo é *digno e correto*, os acionamentos evidenciam que estes não são tão distantes quanto parecem e, às vezes, se manifestam em uma mesma pessoa. Assim, o participante das ações das ONGs passa a compreender que pode ter sua identidade de “preso” acionada, assim como pode também se reconhecer enquanto “autônomo” ou “empreendedor”. A possibilidade desses acionamentos se dá em decorrência dos rituais de passagem empregados pelas ONGs, em especial no Recomeçar, que propõe exercícios de reflexão, de mapeamento de potencialidades, conhecimentos e habilidades, o que impacta a percepção que esses indivíduos têm de si. A mudança de percepção pode impactar um aspecto fundamental, que é a mudança de conduta, infelizmente não existem dados sobre quantos egressos passam pelo programa e voltam ao sistema prisional ou retomam as práticas criminosas. Porém, a percepção em campo, após as ações, é de que realmente há uma modificação significativa na vida do egresso.

Considerando o contexto neoliberal, foi identificada a existência de redes que formam esse campo de atores envolvidos no atendimento ao egresso prisional em São Paulo e, a partir disso, pode-se observar fluxos de recursos financeiros e também quais relações se estabelecem entre as esferas estatal e não-estatal. Outro ponto, foi a identificação do trabalho simbólico, ligado aos rituais, que estão embebidos na ideologia neoliberal baseada na produção de mitos, reforçando a meritocracia e a ultra responsabilização do indivíduo. O campo e as relações que nele se estabelecem são formas de organização da circulação de riqueza, dos saberes e, a partir do trabalho das ONGs, formas de orientação da conduta para o mundo do trabalho. Mundo este, baseado nos ideais neoliberais, em que não há vagas para todos, portanto, quem quer, tem que lutar para ser um dos poucos que serão (re)inseridos. A problemática que se estabelece é de que as políticas públicas não deveriam funcionar para apenas alguns, deveriam abarcar toda a categoria dando igualdade de oportunidades, mas o

estado de bem-estar social não existe, e neste mundo, somente alguns egressos conseguem, de acordo com a meritocracia.

Quanto à atuação específica das ONGs estudadas, o Resposta e o Recomeçar, cada uma a seu modo, produzem efeitos materiais, empregando egressos e modificando a condição de vida de alguns deles, bem como atuando na mudança de condutas. No entanto, aspectos como o controle realizado por essas instituições e, principalmente, a dimensão ritualística que promove transformações simbólicas, introjetando no indivíduo aspectos relacionados à auto responsabilização, auto ajuda, empreendedorismo e etc, podem ser problemáticos. Não se pretende condenar ou cancelar atividades e metodologias dessas organizações, mas compreender como se relacionam com demais atores e analisar os efeitos dessas metodologias nos egressos participantes.

Ao longo dos capítulos foram exploradas diversas nuances e apontamentos que merecem considerações densas, como as trajetórias, as formas de atuação, os pormenores envolvendo as metodologias e a forma como se dão os rituais. Ao final, rememorando as discussões suscitadas observa-se que a base teórica sobre prisões é fundamental para compreensão do egresso prisional, não só no aspecto funcional da prisão, como mero espaço de vingança e não “reintegração” ou “ressocialização”, mas também como controle disciplinado de populações marginalizadas. Apontamos relacionados à raça e às bases atuariais, baseadas no neoliberalismo, são muito atuais e pertinentes quando olhamos para uma foto das prisões vendo as pessoas que nela vivem. Além disso, é possível compreender a partir dessa bibliografia que os egressos são um grupo que se encontra desencarcerado, portanto em liberdade perante a lei, porém com questões subjetivas e objetivas profundas em decorrência de sua experiência prisional. Como já dito, é um grupo que teve vivências individuais, mas também coletivas dentro do mesmo modelo de instituição, a prisão.

Quando observamos o momento pós-prisional é imprescindível que sejam considerados os estudos sobre egressos prisionais realizados no Brasil, existem muitas pesquisas se debruçando sobre este assunto, porém, buscou-se trazer as principais e as que mais se relacionam com a análise proposta. O diálogo com esses autores possibilitou compreender a

experiência prisional relatada pelos egressos em campo, dentro do universo de participantes das ações das ONGs. Neste momento, foi realizado um levantamento do perfil dos egressos no Brasil e também das políticas públicas voltadas a esse público em São Paulo. Neste ponto, observou-se uma atuação tímida e restrita desses órgãos estatais.

Em uma perspectiva mais analítica, a partir das metodologias aplicadas pelas ONGs chegamos aos principais resultados da pesquisa que evidenciam os rituais de passagem empregados, visando possibilitar múltiplos acionamentos identitários. As mudanças simbólicas ocasionadas pelos rituais, não necessariamente acompanham deslocamentos materiais dos egressos, no entanto, geram efeitos concretos a partir da mudança de conduta e da percepção que os egressos têm de si próprios. Ao final, após a observação do contexto político e econômico e dos atores da rede de atendimento ao egresso em São Paulo vimos que os ideais neoliberais pautam essas transformações simbólicas que se baseiam na produção de mitos ligados ao empreendedorismo, auto ajuda e auto responsabilidade do indivíduo. O enfoque ao final do trabalho é observar pontas soltas que possam ter surgido e que ensejem novas pesquisas, que possam continuar a explorar o campo e, assim, compreender em maior profundidade a rede de atendimento ao egresso prisional.

Há uma carência de olhares que se voltam para os egressos, sendo um número significativo de pessoas, mas considerados “casos perdidos” - levando-os a se questionar até quando serão punidos por um ato cometido no passado. O serviço estatal é deficitário, praticamente delegando a execução das políticas públicas às ONGs, que têm uma atuação complexa, mas ainda pouco expressiva se considerarmos a quantidade de pessoas que deixam as prisões todos os anos. Apesar de todo o exposto nas páginas desta dissertação, sei que ela também é insuficiente para contemplar todas as potencialidades envolvidas nesse campo. Os fios levantados ao longo da pesquisa permitem análises extensas que incluiriam a abordagem mais profunda sobre os mitos criados a partir da ideologia neoliberal, uma leitura mais densa sobre a dimensão simbólica e a material, ou ainda, uma imersão mais perspicaz no campo mapeando a teoria das redes que se formam e como se desenvolvem - vale lembrar que a pesquisa de campo foi

prejudicada com o advento da pandemia de COVID-19. Há ainda a possibilidade de análise mais específica sobre aspectos da prisão e a identidade dos sujeitos, sobre o estigma vivenciado pelos egressos e diversos outros espectros de observação. Neste ponto a pesquisa serviu a seu propósito, de trazer a partir de seus resultados mais questionamentos e possibilidades de outras análises, suscitando olhares, curiosidades e caminhos possíveis quando olhamos para os egressos do sistema penitenciário.

Referências Bibliográficas

ADORNO, Sérgio; BORDINI, Eliana. B. T. **Reincidência e reincidentes penitenciários em São Paulo, 1974 – 1985**. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, no 09, vol. 03, fev. 1989, p. 71 – 94

ADORNO, Sérgio; DIAS, Camila. **Monopólio estatal da violência**. In:Lima,Renato S.; Ratton, J. L.; Azevedo, Rodrigo G. Crime, polícia e justiça no Brasil. São Paulo: Contexto, 2014. P. 187-197.

_____. **Articulação entre o mundo interno e externo às instituições prisionais: questões para a construção de um novo paradigma no domínio da sociologia das prisões**. 37º ANPOCS. 2013.

ADORNO, Sérgio. **Sistema penitenciário no Brasil: problemas e desafios**. Revista USP, 9, 1991, p.65-78.

_____. **Crise no sistema de justiça criminal**. Ciência e Cultura, ano 54, n.1, 2002, p. 50-51

ALEXANDER, Michelle. **A nova segregação**. Racismo e encarceramento em massa. São Paulo: Boitempo, 2017.

SALLA, Fernando; GAUTO, Maitê; ALVAREZ, Marcos César. **A contribuição de David Garland: a Sociologia da Punição**. Tempo Social, Revista de Sociologia da USP, v. 18, no 1, junho, 2006, p.329-350

ANDRADE, Daniel Pereira. O que é o neoliberalismo? A renovação do debate nas ciências sociais. **Soc. estado.**, Brasília , v. 34, n. 1, p. 211-239, jan. 2019 .

AZEVEDO, Rodrigo. G., SINHORETTO, Jaqueline. **Encarceramento e desencarceramento no Brasil - A Mentalidade Punitiva em Ação**. 42º Anpocs. 2018.

BECCARIA, Cesare. **Dos delitos e das penas**. São Paulo: Martin Claret, 2006.

BECKER, Howard. S. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: HUCITEC, 1999.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: UNESP, 2004.

BRASIL, Lei nº 7.210, de 13 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 13/07/1984.

Brasil. Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Reentradas e reinterações infracionais: um olhar sobre os sistemas socioeducativo e prisional brasileiros/ Conselho Nacional de Justiça – Brasília: CNJ, 2019

BROWN, Wendy. **Les habits neufs de la politique mondiale**. Néolibéralisme et néo-conservatisme. Paris: Les Prairies Ordinaires, 2003.

CALDERONI, Vivian. **O agente penitenciário aos olhos do judiciário paulista**. 2013. Dissertação (Mestrado em Direito Penal) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

CARNELUTTI, Francesco. **As Misérias do Processo Penal**. Trad. Ricardo Rodrigues Gama. 2o ed. Campinas: Russel, 2009

CHIES, Luiz Antônio Bogo. A questão penitenciária. **Tempo social**, São Paulo , v. 25, n. 1, p. 15-36, Junho de 2013.

CLARKE, John. **Living with/in and without neoliberalism**. Focaal, v. 51, n. 1, p. 135-147, 2008

DIETER, Maurício Stegemann. **Política Criminal Atuarial**: a Criminologia do fim da história. Tese (Doutorado em Direito – UFPR), 2012.

ESPINOZA, O. (coord.) **Avaliação do Atendimento à População Egressa do Sistema Penitenciário do Estado de São Paulo**. Brasília – DF: ILANUD e Departamento Penitenciário Nacional, Ministério da Justiça, 2003.

FEELEY, Malcolm M.; SIMON, Jonathan. 1992. **The new penology**: notes on the emerging strategy of corrections and its implications. *Criminology*, v. 30, n. 4, pp. 449-474.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**, 17a.edição. Rio de Janeiro: Graal, 2002.

_____. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. **Os anormais**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. **Estratégia, poder-saber**. Rio de Janeiro, Forense Universitária. 2003.

_____. **Vigiar e punir: a história da violência nas prisões**. Trad. de Raquel Ramallete. 42. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

GARLAND, David. **Punishment and modern society: a study in social theory**. Oxford:Clarendon Press, 1995.

_____. **As contradições da “sociedade punitiva”**: o caso britânico. *Revista Sociologia e Política*, Curitiba, n. 13, p. 59-80, nov. 1999.

GLUCKMAN, Max. Ritos de rebelião. **Cadernos de Antropologia**, Brasília, n. 4, 1974.

GOFFMAN, Erving. **A Representação do Eu na Vida Cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1975

_____. **Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1990.

_____. **Manicômios, prisões e conventos.** 7a ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.

HADDAD, Eneida G. de M; SINHORETTO, Jacqueline. **Centros de Integração da Cidadania:** democratização do sistema de justiça ou o controle da periferia? São Paulo em perspectiva, 18 (1): p. 72-76, 2004.

HARCOURT, Bernard E. **Against Prediction:** profiling, policing and punishing in an Actuarial Age. Chicago (Illinois): The University of Chicago Press, 2007.

_____. **Neoliberal Penalty:** A Brief Genealogy, 2009. Disponível em: <https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1428463>. Acesso em: agosto de 2019.

LEMKE, Thomas. "Foucault, Governamentalidade e crítica". PLURAL, **Revista do Programa de PósGraduação em Sociologia da USP**, São Paulo, v.24.1, 2017.

LEMKE, T. "The birth of biopolitics": Michel Foucault's lectures at the Collège de France on neoliberal governmentality. **Economy and Society**, v. 30, n. 2, p. 190-207, 2001.

LIMA, Renato Sérgio de.; RATTON, José Luiz. **As Ciências Sociais e os pioneiros nos estudos sobre crime, violência e direitos humanos no Brasil.** 1a edição, São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2011.

MADEIRA, Lígia M. **Trajétória de homens infames. Políticas públicas penais e programas de apoio a egressos do sistema penitenciário do Brasil.** Tese (Doutorado em Sociologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008.

MELO, Felipe Athayde Lins de. **As prisões de São Paulo: dinâmicas, fluxos e as implicações nas trajetórias de egressos prisionais.** Uma perspectiva a partir do monitor preso de educação. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos, 2012.

MINHOTO, Laurindo Dias. Encarceramento em massa, racketeering de Estado e racionalidade neoliberal. **Lua Nova**, São Paulo, n. 109, p. 161-191, Abril 2020.

MISSE, Michel. **Sujeição criminal**. In:Lima,RenatoS.; Ratton,J.L.;Azevedo, Rodrigo G. Crime, polícia e justiça no Brasil. São Paulo: Contexto, 2014. P. 204-212.

_____. **Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria “bandido”**. Lua Nova, São Paulo, 79: 15 – 38, 2010.

PEIRANO, Mariza. **Rituais ontem e hoje**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2003.

PIMENTA, Izabella Lacerda. **Dos acessos ao “mundo do trabalho” - uma etnografia sobre os processos de construção institucional de presos e egressos no Rio de Janeiro (Brasil) e em Ottawa (Canadá)**. Tese (Doutorado em Antropologia). Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense, 2014.

RUSCHE,Georg; KIRCHHEIMER,Otto. **Punição e estrutura social**, 2ed. Trad. Gizlene Neder. Rio de Janeiro: Revan/ ICC, 2004.

SALLA, Fernando; GAUTO, Maitê; e ALVAREZ, Marcos César. **A contribuição de David Garland: a sociologia da punição**. São Paulo: Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 18, n 1.

SALLA, Fernando. **As prisões em São Paulo: 1822-1940**. São Paulo: Annablume/Fapesp, 1999.

SILVESTRE, Giane.; MELO, Felipe Athayde Lins de. **Encarceramento em massa e a tragédia prisional brasileira**. IBCCRIM, Boletim 293, Abril/2017.

SIMON, Jonathan. Poor discipline. University of Chicago Press, 1993

_____. Punishment and the political technologies of the body. In: SIMON, Jonathan; SPARKS, Richard (ed.). **The SAGE handbook of punishment and society**. London: Sage. p. 60-89. 2013.

SINHORETO, Jacqueline. **Ir aonde o povo está: etnografia de uma reforma da justiça. 2006**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2006.

SINHORETTO, Jacqueline.; SILVESTRE, Giane; e MELO, Felipe Athayde Lins de. **O encarceramento em massa em São Paulo**. Tempo Social, Revista de Sociologia da USP, v.25, n.1, 2013.

SINHORETTO, Jacqueline. SILVESTRE, Giane. SCHITTLER, Maria Carolina Camargo. **Encarcerados do Brasil: seletividade penal na gestão da riqueza e da violência**. 39º ANPOCS, 2015.

SOUZA, Rafaelle L. **Programas destinados a egressos do sistema prisional: um olhar sobre o PrEsp em Belo Horizonte**. Dissertação (Mestrado em sociologia). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2012.

SYKES, Gresham M. **The society of captives**. A study of a maximum security prison. Princeton: Princeton University Press. 1971.

TEIXEIRA, Alessandra. **Do sujeito de direito ao Estado de Exceção: o percurso contemporâneo do sistema penitenciário brasileiro** Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

TEIXEIRA, Bruno F. **Gato Escaldado em Teto de Zinco Quente: uma análise sobre os egressos do sistema penitenciário**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), UFRJ, Rio de Janeiro, 2007.

VAN GENNEP, A. **Os Ritos de passagem**. Petrópolis: Vozes, 1978.

VENUGOPAL, R. Neoliberalism as concept. *Economy and Society*, v. 44, n. 2, p. 165-187, 2015

WACQUANT, Loic. **O lugar da prisão na nova administração da pobreza**. *Novos Estudos*, São Paulo. N. 80, Mar. 2008.

WACQUANT, L. Three steps to a historical anthropology of actually existing neoliberalism. *Social Anthropology*, v. 20, n. 1, p. 66-79, 2012.